



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1470/05	DATA: 27/9/2005
INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 20h31min	DURAÇÃO: 05h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h36min	PÁGINAS: 131	QUARTOS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSÉ DIRCEU – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta. Houve intervenções fora do microfone, inaudíveis. Houve intervenções ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Solicito à Secretária que proceda à leitura das atas das reuniões anteriores.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Tendo sido entregues antecipadamente as atas, eu requeiro a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis à dispensa da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

A presente reunião tem por finalidade ouvir o depoimento do nobre Deputado José Dirceu, sobre a Representação nº 38, de 2005.

Inicialmente, o depoente usará da palavra pelo tempo que for necessário. Posteriormente, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas que poderão ser feitas neste momento e a qualquer momento que entender necessário. Após a inquirição inicial, será dada também a palavra ao nobre advogado do representado, o Dr. José Luís.

Eu gostaria que os Srs. Deputados fizessem as inscrições para, posteriormente, procederem às perguntas ao Deputado José Dirceu. Usarão da palavra somente os membros do Conselho. Inicialmente, os titulares; posteriormente, os suplentes e os Líderes partidários.

Com a palavra o nobre Deputado José Dirceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Ricardo Izar, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; Deputado Júlio Delgado, Relator; Deputados e Deputadas; meus senhores e minhas senhoras; imprensa que está aqui presente; Dr. Juca, que é meu advogado, eu volto ao Conselho de Ética com a mesma serenidade, com a consciência tranqüila, cada vez mais convencido da minha inocência e cada vez mais convencido de que nós estamos vivendo um processo político no País, que envolve, evidentemente, a disputa pelo poder e envolve a sucessão em 2006. E o que está em jogo, quando se trata da



representação que o PTB fez, e depois retirou, contra mim, contra o Deputado José Dirceu, não é apenas a acusação, seja ela qual for, de que eu teria sido o chefe do mensalão ou que eu teria levantado recursos para pagamento a Deputados e Deputadas neste Parlamento. Na verdade, o que está-se julgando, por mais que isso possa parecer uma falta, da minha parte, de humildade e de modéstia, o que está-se julgando é a minha história, é a minha participação na vida política do País e o projeto político que nós construímos, as esquerdas, os movimentos sociais e populares do Brasil. O que se está procurando julgar é o Governo do Presidente Lula e a possibilidade de se continuar no Brasil um projeto político como este, porque fica evidente que há um prejulgamento. Na verdade, eu fui submetido a um linchamento público. Do dia para a noite, virei chefe de quadrilha, virei bandido. Eu já disse isso no Conselho de Ética e quero repetir hoje. De nada vale a minha vida, os 40 anos que eu tenho de vida pública; de nada vale que eu, como Deputado, durante 15 anos, nunca tenha respondido sequer a um processo, ou como servidor público, ou como cidadão, ou como Ministro, que fui, de Estado, durante 30 meses, que não respondi, não tenho uma ação de improbidade, uma ação popular, uma representação aceita no Ministério Público, o que é raro no Brasil, porque mesmo homens probos, íntegros, honestos, geralmente, no calor, na paixão da disputa política, sofrem ações populares, ações de improbidade administrativa. As minhas contas e as da Presidência da República foram aprovadas com louvor pelo Tribunal de Contas da União. Nem a Comissão Alta, que é a Comissão de Ética Pública que existe no País, no Poder Executivo, ou a Controladoria-Geral da União fez qualquer representação contra o Ministro-Chefe da Casa Civil, enquanto Ministro, José Dirceu de Oliveira e Silva. Eu tenho pedido aos Deputados e Deputadas do Conselho de Ética, aos Deputados e Deputadas da Câmara dos Deputados justiça, a verdade e a justiça. Porque é verdade que esta é uma Casa política e que o julgamento é político. Mas cassar um mandato de qualquer Parlamentar — e é isso que eu quero... olhando para cada Deputado e Deputada que está aqui hoje na sessão — significa substituir o julgamento do povo, o julgamento do eleitor e da eleitora. A Constituição de 88 nos deu esse poder de cassação. Quebrar o decoro parlamentar é algo gravíssimo. Agora, mesmo no julgamento político — e isso eu quero dialogar com o Relator Júlio Delgado, venho pedindo vênias a ele —, mesmo no julgamento



político precisamos de provas, ou de testemunha, ou da confissão, ou... nós precisamos de prova documental. Eu não sou réu confesso. Eu me declaro, perante o Conselho e o País, inocente. Não há nenhuma prova documental contra o Deputado José Dirceu. Inclusive as testemunhas que vieram aqui deixaram claro, todas as testemunhas, que eu não tenho nenhuma participação nos atos que estão sendo investigados pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, porque não é verdade que eu organizei, consenti, me omiti ou participei de qualquer ato que levasse à compra de votos ou de Parlamentar. E nem está provado que tenha acontecido compra de voto ou o chamado mensalão. Está provado é que Deputados receberam recursos, através do Banco Rural, a partir de empréstimo que empresas do Sr. Marcos Valério fizeram, a pedido do ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares. E esses Deputados estão respondendo por esses atos. Eu, não. Eu não recebi. Não recebi. Eu sou acusado de ter tido conhecimento ou feito os empréstimos. Todas as testemunhas, todos os envolvidos, todas as partes negam e não há nenhuma prova documental sobre isso. Sou acusado de ter tido conhecimento dos empréstimos, mas o Sr. Delúbio Soares nega. Chega-se ao absurdo de subentender que eu teria continuado a ser Presidente do PT depois de ter deixado a Presidência, renunciado, em dezembro de 2002, e tomado posse, como Ministro da Casa Civil, dia 1º de março. Como se isso fosse possível do ponto de vista legal... de janeiro. Como se isso fosse possível do ponto de vista legal, material, temporal, espacial. Eu quero repetir perante o Conselho de Ética: não participei, não fui conivente com relação a qualquer ato ilícito que tenha acontecido nesta Casa com relação à compra de Deputado, se é que existe o mensalão e a compra de Deputados. Não era membro da Direção Nacional do PT em termos da Comissão Executiva Nacional. Não participava da vida orgânica, administrativa e financeira do partido. Não discuti, não fui consultado sobre nenhuma relação que o Sr. Delúbio Soares — como ele já disse nas duas CPIs — estabeleceu com o Sr. Marcos Valério, com as empresas dele, com os bancos ou com os partidos políticos, no caso, o PL e o PP. Enquanto Presidente do PT, participei das negociações políticas eleitorais que dizem respeito à aliança com o PL. *(Pausa.)* Uma série de questões... porque, na representação do PTB, que é uma representação bastante frágil, o próprio Deputado Roberto Jefferson reconhece,



quando depôs no mesmo dia em que eu depus, dia 2 de agosto no Conselho de Ética, além de não trazer nenhuma prova, a não ser a testemunhal — e eu quero repetir que o PTB retirou a representação —, não é pouca coisa. E eu recorri hoje à Comissão de Constituição e Justiça, *data venia*, da decisão soberana e legítima do Conselho de Ética, e vou recorrer aos tribunais do País, porque se quem representa contra um Deputado e depois retira a representação... Isso, primeiro, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tem um peso político extraordinário, porque a principal prova é a testemunhal. E o próprio Relator já deu a entender isso em entrevistas — se as entrevistas retratam o que o Relator disse, porque nós temos que fazer uma mediação, porque, evidentemente, eu não estava presente na entrevista e não quero fazer juízo de valor sobre as declarações do Relator, porque ele tem todo o direito de emitilas. E eu as respeito. Mas a principal testemunha retira a representação. Mas vieram à baila outras questões. E eu quero dizer, Sr. Relator, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que em cada caso, seja em nomeações... Porque um dos atritos políticos e uma das razões das desavenças e dos desentendimentos com o Deputado Roberto Jefferson foram as nomeações, no sentido que diversas vezes nós pedimos para que os nomes fossem trocados, por razões técnico-profissionais, por razões de condenações no Tribunal de Contas, por razões de falta de qualificação política. Isso pode acontecer para qualquer partido político em qualquer governo, um indicação não ser aceita. E porque, muitas vezes, eu me recusei de dar andamento a pedidos de nomeações, porque entendia que não era correto, por exemplo, nos Correios, acumular duas diretorias: a diretoria de administração, se não me engano, e a diretoria de tecnologia. As razões do atrito são as razões de que eu sempre me mantive vigilante e fiscalizei, porque era papel da Casa Civil, as ações em cada organismo público. E deixei no Conselho de Ética o relatório de todas as denúncias que chegaram à Casa Civil que eu remeti para os órgãos correspondentes, que é um relatório desse tamanho que está aqui no Conselho de Ética. Então não aceito, repilo, não há provas. E é inacreditável, porque as CPIs do Correio e as CPIs do Mensalão e da Compra de Votos produziram um relatório que está sob o exame da Corregedoria, que depois vai à Mesa e que poderá vir para esta Comissão de Ética, que tem uma introdução que conclui que existe o mensalão, que conclui que se organizou um sistema de nomeações adrede preparadas para



que os partidos levantassem recursos ilegalmente, ou para suas campanhas eleitorais, ou para comprar Deputado, ou para o seu caixa, sem prova nenhuma, sem terminar as CPIs. Nem existe o relatório final da CPI dos Correios nem existe o relatório final da CPI do Mensalão. E eu, inclusive, na mesma semana, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, apresentei — e enviei para o Conselho de Ética, inclusive, e para a Corregedoria — a minha defesa contra, defendendo o Governo, defendendo o Presidente Lula, defendendo o PT mais do que a mim. Porque aceitar o relatório é aceitar que no Brasil se organizou um sistema de mensalão e um sistema de nomeações para alimentar o mensalão ou os partidos políticos. Quando as CPIs terminarem os seus relatórios, quando o Ministério Público apresentar denúncia, quando a Justiça condenar, aí nós podemos dizer que houve corrupção no IRB, no Correio, e aí nós vamos dizer quem é o responsável pela corrupção. Porque eu quero dizer: se nós aceitarmos a tese porque há um ato de corrupção numa autarquia, numa empresa estatal, ou num Ministério, ou numa Secretaria Municipal ou Estadual, ou numa empresa estadual ou municipal e, por isso, o Governo organizou um sistema de corrupção e o Governo é corrupto, estamos dizendo que os governos no Brasil todos são corruptos, porque denúncias de corrupção, atos ilícitos na administração pública acontecem. E nós temos sistemas de controle, temos o Tribunal de Contas, o Ministério Público, temos as Controladorias exatamente para combater, fiscalizar e impedir isso nos governos. Eu quero repelir essa tese que tenha sido organizado no Governo do Presidente Lula, no Governo Federal, esse sistema de corrupção, que haja um sistema de corrupção. As CPIs, de uma maneira surpreendente, anexaram a essas 2 denúncias questões como o depoimento de Emerson Palmieri. O Sr. Emerson Palmieri deu vários depoimentos contraditórios, se autodesmentiu várias vezes, e que dizia que o Deputado José Genoíno ligava para mim todas as vezes para confirmar ou não os acordos político-eleitorais. É fácil, é só quebrar o sigilo telefônico. Tem que provar que isso é verdade, porque as testemunhas não podem ser aceitas segundo um prejulgamento. Se a dona Maria Cristina Caldeira Mendes vem aqui e depõe contra o Deputado Valdemar da Costa Neto, isso, se eu entendi, praticamente foi tomado como uma verdade pelo País. Mas, se a dona Ângela Saragoza faz uma carta depondo a meu favor, não tem validade. Quer dizer, que mundo do Direito, que



mundo político é esse que nós estamos começando a viver no Brasil? Então, nós temos 2 pesos e 2 medidas. Eu quero repetir aqui neste Conselho de Ética: o caso do seu Roberto Marques é o caso de uma plantação de um documento não reconhecido pela CPI que não corresponde aos documentos oficiais. Não há saque, e o saque foi realizado no mesmo dia, no mesmo cheque, no mesmo número de cheque, no mesmo valor, por outro cidadão, se não me engano, Luiz Carlos Manzano. Da mesma maneira que eu não participei, não fui informado, não fui consultado, porque a minha ex-esposa tem vida pessoal, profissional e familiar própria. Há mais de 15 anos estou separado. E Furnas? Faz-se uma denúncia sobre Furnas, que eu não participei, que eu não sou parte, mas eu sou envolvido de ouvir dizer, porque A falou para B, e B falou para mim. Isso vale! Não falou. E tenho certeza de que não falou também o Sr. Dimas Toledo. E Furnas fez uma sindicância. Então, eu tomo o tempo dos presentes, dos que estão nos acompanhando no País e do Conselho de Ética. Eu vou sempre me defender. Sempre vou usar o processo penal, o processo civil, as leis, a Constituição. É um dever. Nós não passamos 20 anos lutando pela democracia... E eu quero chamar a atenção do País, quero chamar a atenção principalmente da Ordem dos Advogados do Brasil, do Ministério Público, da Magistratura, porque, no Brasil, agora fazer uso do direito de defesa virou chicana, virou postergar uma decisão judicial inevitável, que seria a cassação, uma decisão parlamentar, aqui. Quer dizer, se um Deputado ou uma Deputada faz uso do seu direito legal de defesa e recorre ao Supremo, e o Supremo lhe dá o direito de ser ouvido na Corregedoria, quase que se transformou isso num acinte, como se nós estivéssemos violando as leis, quando é o contrário. Por isso que eu fui também ao Supremo pedir, por extensão, por analogia, o meu direito de defesa na Corregedoria. E o fiz, e a Corregedoria me ouviu. E o fiz hoje na Comissão de Constituição e Justiça, exercendo o meu direito como Parlamentar, como cidadão, também para que a Comissão de Constituição e Justiça reveja a decisão legítima, fundada em argumentos que, reconheço, precisam ser discutidos do ponto de vista constitucional e regimental, de que a representação pode continuar, mesmo com o PTB tendo retirado essa representação. Não vou me calar, não vou me amedrontar, não vou me acovardar, por causa dos editoriais de alguns jornais, por causa da... muitas vezes, por causa do noticiário tendencioso de muitos meios de comunicação



a meu respeito. Eu sei que existe uma luta política no País e que eu sou a principal vítima dessa luta política neste momento. Isso não significa que as CPIs não devam apurar as denúncias. Isso não significa — e eu já disse isso de público — que o meu partido, o PT, não tenha que responder pelos atos que foram praticados e que os dirigentes do PT que praticaram esses atos não tenham que responder. Isso não significa não investigar, apurar e punir atos ilícitos, ilegais, de corrupção em qualquer setor da Administração Pública Federal. Mas para cassar um mandato de um Deputado, para cassar o meu mandato, eu quero pedir a cada membro do Conselho de Ética que o faça levando em consideração não só a minha vida e a minha história, mas os fatos. Que leiam as minhas duas defesas, que vejam que todos — quero repetir —, todos que vieram depor em oitivas nesse Conselho de Ética negaram a minha participação nos empréstimos, negaram a minha participação em qualquer atividade com relação ao suposto mensalão. E o Presidente do PT até dia 9 de julho, Deputado José Genoíno, negou que eu exercesse na Executiva do PT qualquer papel. Muitos Deputados e Deputadas desta Casa conviveram comigo no Governo do Presidente Lula. Eu realizei 2.028 agendas em 30 meses de Governo — o que eu mesmo não acredito que eu tenha sido capaz de fazer. Fiz 15.597 ligações telefônicas, uma média de 25 por dia. Fiz uma média de compromissos diários de quase 8 compromissos por dia. A Casa Civil da Presidência da República, no Estado brasileiro, não é do Governo do Presidente Lula, ela tem o papel... Eu vejo muitas vezes a preocupação de vários Deputados e Deputadas na inquirição das testemunhas: por que a Casa Civil recebeu tal empresa, tal banco? Por que a Casa Civil responde por tal assunto ou qual assunto? Porque a Casa Civil ela é responsável por tudo o que o Presidente da República assina, decide, é a Secretaria Executiva da Presidência da República. Através da Secretaria de Assuntos Jurídicos, ela dá ao Presidente a segurança técnico-legislativa, legal e constitucional do que ele está assinando. E através da Secretaria de Assuntos Governamentais, a compatibilidade, a integração e a articulação com todas as políticas e todos os Ministérios de determinadas medidas. Não é a Casa Civil que inicia as decisões e ações do Governo; passam pela Casa Civil as decisões e as ações do Governo. A Casa Civil coordena, articula. No caso do nosso Governo, ela voltou ao seu papel de ter conselhos e Câmaras — Câmara de Infra-Estrutura, Câmara Social, Câmara



Cultural, Câmara de Política Econômica, o que havia sido deixada de lado no Governo passado. Voltou a coordenar uma sala de investimento e assumiu, pela demanda do País, a sala de investimento em portos, rodovias, ferrovias do País. Evidentemente articulada com os Ministérios. Ora, vou dar um exemplo: o Banco Espírito Santo tem um bilhão de investimentos no Brasil, de dólares. O Banco Espírito Santo me pede uma audiência, eu não atendo o Banco Espírito Santo, o Ministro-Chefe da Casa Civil do Presidente da República não atende o Banco Espírito Santo?! Mesmo que eu tivesse uma audiência com o BRADESCO ou com o Itaú ou com qualquer outro banco, há algum antecedente na minha vida política para que alguns dos senhores ou das senhoras possam colocar suspeição na minha ação republicana de Ministro-Chefe da Casa Civil? Eu passei pelo Parlamento. Estou no Parlamento há 15 anos. Saí e voltei. Fui Deputado Estadual. Muitos me conhecem, a maioria, aliás, me conhece e sabe que eu jamais atuei nas Comissões desta Casa até pela característica do meu mandato, não que não seja legítimo, os Deputados têm o direito de defender interesses regionais, setoriais, empresarias, sindicais, políticos, seja de uma empresa rural, seja de um assentamento, seja de um trabalhador rural, é um direito, porque eles representam a sociedade, evidentemente sem conflito de interesse público. Todos me conhecem e sabem que não foi característica, nunca foi, do meu mandato, atuar nessa linha, eu sempre fiz um mandato político, porque eu sempre fui dirigente do PT, sempre tive um mandato na Comissão de Constituição e Justiça. Aliás, eu atuei na área de Segurança Pública em São Paulo e não pude atuar como Deputado Federal. Atuei em ciência e tecnologia em São Paulo, em educação, porque fui líder estudantil e não pude atuar aqui. Atuei inclusive na questão agrária e não pude atuar aqui, porque, como Deputado Federal, sempre exerci o mandato político, eminentemente político. Muitos aqui exerceram. Talvez o maior exemplo de um mandato político que tenha deixado nesta Casa — é uma memória, é um exemplo para todos nós — foi o Deputado Ulysses Guimarães. E muitos que estão aqui exercem o mandato, em parte, com esse caráter, por causa das suas relações com a sociedade e político-partidária. E, como Ministro Chefe da Casa Civil, sempre atuei assim. Não aceito julgamentos, que são, evidentemente, de direito da Oposição, daqueles que discordam do Governo do Presidente Lula, mas nós temos responsabilidade com o País, com a



institucionalidade, com a democracia. Quem julga os Governos é o povo, e nós temos eleições no dia 1º de outubro de 2006. De 85, desde que o Presidente Sarney assumiu, a partir do impedimento e depois do falecimento do Presidente Tancredo Neves, até hoje, o Brasil já viveu muitos momentos políticos, muitos momentos de crise e momentos de avanço. Eu entendo que nós estamos incorrendo, talvez, num gravíssimo erro de não separar os problemas que estamos vivendo de denúncias de corrupção que precisam ser apuradas e o trabalho das CPIs. Os problemas políticos que estamos vivendo, inclusive agora com a eleição de um novo Presidente para a Câmara, com os avanços que são da sociedade brasileira, que já foram realizados no Governo do Presidente Lula. Avanços que são reais, quero repetir aqui, na criação de empregos, no aumento da renda, do salário, no controle da inflação, na estabilidade, no avanço em programas sociais, na reforma agrária, na agricultura familiar e na volta dos investimentos em infra-estrutura, em política industrial e na inovação tecnológica. Eu não vou me calar nunca, porque o Brasil já viveu muitas fases. E, por erros políticos, jogamos fora os avanços sociais, econômicos, políticos e democráticos — golpes, contragolpes. Juscelino Kubitschek terminou seu Governo acusado de ter sido o político mais corrupto do Brasil, e morreu em dificuldades. Tancredo Neves, quando foi indicado Primeiro-Ministro, me contava um Deputado que conviveu com ele, essa semana, de certa maneira me reconfortando, era aplaudido nos restaurantes de Belo Horizonte; quando chegou o começo do ano de 64, quando ele entrava num restaurante, os gritos de corrupto e subversivo impediam que ele sentasse no restaurante. No entanto, eu tenho suficiente experiência política, vivi já o suficiente para compreender o momento que estou vivendo e o que está acontecendo no Brasil. Mas eu vou lutar até o fim. Eu quero que cada membro, que as Deputadas que estão aqui, que os Deputados, olhando no meu olho, me perguntem hoje todas as dúvidas que têm, me inquiram, me peçam que os convençam da minha inocência. Estou aqui para isso, estou à disposição do Conselho de Ética, e vou estar à disposição novamente no dia da minha defesa e depois no plenário da Câmara. Agora, eu não posso aceitar ser cassado porque eu tenha que ser cassado, ou para saciar uma dita opinião pública, ou para provar que alguém é culpado, ou para saciar setores da mídia, que, muitas vezes, se comportam como partidos políticos, disputam o poder no País, procuram influenciar



quem ganha ou perde no Brasil em termos de eleições parlamentares ou do Executivo. Essa é a verdade. São verdadeiros partidos políticos, muitas vezes. Eu não vou aceitar ser condenado politicamente, porque mesmo a condenação política precisa ter provas de que o decoro parlamentar foi quebrado. Eu não quebrei o decoro parlamentar! Eu nunca fiz nada que desonrasse esta Casa ou o mandato de cada um que está aqui. E nem no Governo. Nem aqui, nem no Governo. E no PT, eu já disse, se eu cometi erros no PT, eles são políticos. As decisões políticas que o PT tomou, como aliança, programa, a forma de construir o partido, e isso, para ser julgado, tem que ser julgado pelos filiados — lógico que o eleitor pode julgar e vai julgar, e a eleitora — pelos filiados do PT num congresso que vai ser convocado. Não pode ser prejulgado. Foi o que eu falei na *Folha de S.Paulo*. Da mesma maneira que eu não aceito essa imagem que querem vender agora minha. Eu fui Deputado aqui 8 anos, fui Deputado, e os que conviveram comigo sabem que eu nunca fui soberbo, arrogante, na relação com os Deputados e Deputadas. Mas também quem conviveu comigo na Comissão de Constituição e Justiça, no plenário. Eu fui Presidente do PT e era Deputado. Nunca exerci o poder político que eu tinha como Presidente do PT nas reuniões da bancada do PT para influenciar decisões ou para me sobrepôr ao Líder da bancada. Eu perdi a liderança do PT para Wladimir Palmeira por um voto e virei Vice-Líder dele. Eu perdi as eleições internas no PT em 93 e voltei para a advocacia, porque perdi a eleição de São Paulo, e fui novamente exercer minha profissão. Eu sei perder. Gosto de ganhar. Sou da disputa política, sou da discussão política. Nada que nós fizemos no PT foi feito sem discussão, sem debate, na construção da linha política do PT. Não é verdade que eu construí sozinho, como não é verdade que aqui nesta Casa se constrói leis porque 10, 15 Deputados, 20, 50 lideranças o fazem, porque aqui existe democracia. Pedindo vênha pelo excesso do tempo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. e Sras. Deputados e Deputadas, quero me colocar à disposição do Conselho de Ética e reiterar a minha inocência e reiterar que eu vou lutar em defesa da minha biografia, da minha história, da história do meu partido, do Governo do Presidente Lula até o fim. E vou continuar lutando qualquer que seja o desenlace deste momento que nós estamos vivendo. Nada me afastará da vida política e social do País, nada me afastará. Pode me afastar da vida parlamentar, que eu já me afastei, perdendo uma eleição para



Governador. Podem me suspender os direitos políticos, mas eu vou continuar, porque tenho ideais, sempre lutei por eles; porque tenho compromissos com o povo brasileiro, tenho compromisso com meu partido, o PT; porque tenho compromissos com o Governo do Presidente Lula, com o programa do Governo do Presidente Lula; e tenho compromisso com a democracia brasileira, principalmente. Eu lutei 20 anos para que a democracia voltasse no Brasil, e tenho compromisso. E espero, inclusive, que nós possamos aprofundar a democracia no Brasil, inclusive fazendo a tão esperada reforma política. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ouviremos agora a palavra do Relator, Deputado Júlio Delgado, e posteriormente, então, ouviremos as perguntas do Deputado José Luís Lima, que é o advogado do Deputado José Dirceu. Então, com a palavra o nobre Relator Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; Sr. Deputado depoente e representado, Deputado José Dirceu, Dr. José Luís; Srs. e Sras. Parlamentares; assessores da Casa, dos partidos, desta Comissão; profissionais da imprensa que vêm cobrir este trabalho, eu gostaria de iniciar, ao citar o início das palavras do Deputado José Dirceu... concluir também, e irei logo para os questionamentos.

V.Exa. junto com outros tantos batalhadores da história política deste País ajudaram a construir a democracia, que não só lhe dá o direito e o dever de buscar os seus direitos, se porventura forem alienados, ou venham a ser suprimidos. E o que nos cabe, como Relator deste processo de representação — eu termino como V.Exa. iniciou — é buscar a verdade, a absoluta verdade e a justiça.

Eu, então, com essas palavras, inicio o questionamento ao nobre Deputado depoente, e espero rapidamente concluí-lo, para que a gente possa passar para o debate e, no transcurso do debate, nós termos também alguns esclarecimentos que possam surgir em virtude das perguntas dos nobres colegas e colegas Parlamentares.

Deputado José Dirceu, em reunião com Ministros, ontem, dia 26 de setembro, o Presidente Lula disse que considerou “injusta” — entre aspas, porque é a palavra do Presidente — a declaração que V.Exa. deu à *Folha de S.Paulo*, no final de semana, de que ele teria responsabilidade pela crise atual. De acordo com o



Presidente Lula, era V.Exa. que cuidava da articulação política no primeiro ano de mandato, quando teria começado o “mensalão”, aspas. Ou seja, o Presidente Lula afirmou que o mensalão surgiu sob a coordenação de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Só se o Chico Xavier psicografou, porque isso é uma matéria da imprensa que não merece nenhuma credibilidade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - São palavras do Presidente na reunião de ontem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Quem disse que o Presidente disse isso? Onde está a transcrição que o Presidente disse? Eu não posso comentar algo que não é público, que não é documentado. Seria uma irresponsabilidade minha aqui na Comissão eu comentar declarações do Presidente. Primeiro, nós precisamos confirmar essas declarações do Presidente. Se a reunião não é pública, se não há nenhuma testemunha que possa afirmar que o Presidente afirmou isso, eu não posso comentar. Por outro lado, eu nunca afirmei que o Presidente é responsável pela crise. A minha entrevista é bastante clara: eu estava afirmando que eu não construí sozinho o PT nesses 10 anos, que eu não posso ser responsabilizado sozinho pelas decisões tomadas com relação a alianças, programas. Porque a discussão que se fazia é que os erros do PT, os nossos erros, estão em sua raiz, no programa de Governo e na política de aliança. Sr. Relator, o que eu dizia na entrevista é que todos participaram, e uma maioria aprovou; e que o Presidente Lula, inclusive como Líder do PT, como é público e notório, não só apoiava isso como foi um dos principais defensores da política de Governo, do programa de Governo, da carta ao povo brasileiro, porque isso quem é do PT aqui sabe e toda a opinião pública sabe que é verdade. Eu não estava falando das denúncias que surgiram nem dos problemas nas finanças do PT ou dos problemas de levantamento de recursos de forma irregular nas finanças do PT. Eu estava falando da questão política.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Líder Arlindo Chinaglia, o Líder do Governo, declarou aqui — e aí ele declarou e nós temos as notas do processo — que V.Exa. era tido e havido como um homem forte do Governo; que tinha a palavra final nas votações do PT e atuava como coordenador político do Governo, mesmo depois de o ex-Deputado Roberto Jefferson ter denunciado o mensalão no Planalto.



Gostaríamos de saber quais, ao tomar conhecimento, quais foram as providências que V.Exa. tomou. Em nome da sua biografia, da sua história, não ficou chocado com as mesmas? Qual foi a reação de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Quem tomou conhecimento foi o Presidente da República, como é público e notório, numa reunião com o Deputado Roberto Jefferson, e instruiu o articulador político do Governo, que é o Deputado Aldo Rebelo, e o Líder do Governo, Arlindo Chinaglia, que vieram à Câmara dos Deputados, como é público e notório, e tomaram conhecimento de que, quando das notícias do *Jornal do Brasil*, a Corregedoria realizou um procedimento aqui na Casa, e arquivou; e que o Ministério Público também foi notificado. Disso eu tomei conhecimento como todo o País tomou. Eu disse e repito: Sr. Relator Júlio Delgado, Presidente, senhores e senhoras, não se pode transferir prevaricação para terceiros. Quem tinha que ter denunciado o mensalão desde o momento da notícia do *Jornal do Brasil* era o Deputado Roberto Jefferson. Por que ele não foi ao Ministério Público? Por que ele não foi à tribuna da Casa? Por que ele não foi à Corregedoria? Por que ele não foi à Mesa da Casa? Por que ele quer transferir isso, uma hora para o Deputado Aldo Rebelo, outra hora para o Ministro Ciro Gomes, outra hora para o Ministro Antonio Palocci, outra hora para mim? Ora, é ele... quando o Deputado... E se nós lermos a entrevista que o Deputado Miro Teixeira deu ao *Jornal do Brasil* essa semana — eu solicito que o Sr. Relator requeira essa entrevista —, nós vamos ver que o Deputado Miro Teixeira, quando solicitou ao Deputado Roberto Jefferson para fazê-lo, ele não o fez. Então... ora, agora eu é que prevariquei, eu é que tenho que responder por isso? Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. tomou conhecimento das informações sobre a existência de um esquema de mensalão nas denúncias do *Jornal do Brasil*, como todos nós?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Todos nós.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E a averiguação ficou sob responsabilidade do então Ministro Aldo Rebelo e o Líder Arlindo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. No momento ficou sob a responsabilidade da Casa, que tomou as medidas. O Líder Arlindo e o Ministro Aldo



Rebello, quando o Deputado Roberto Jefferson — não me lembro mais o mês — falou com o Presidente da República... São 2 momentos diferentes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E não surgiu aí — só uma dúvida —, não surgiu aí uma indagação e um sentimento de perplexidade pelas denúncias por V.Exa., que era, até quando assumiu a Casa Civil, o Presidente do PT? Assumiu no primeiro ano a coordenação política e a articulação da formação da base aliada. Não surgiu em V.Exa. uma estranheza em relação àquelas atitudes que podiam estar acontecendo dentro do Governo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não estavam acontecendo dentro do Governo. O Governo não organizou, não patrocinou, não incentivou nenhuma forma de pagamento ou de suborno ou de compra de votos no Parlamento brasileiro, e muito menos eu. Nem fui conivente, nem participei, nem patrocinei, nem o Governo. E não está provado isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A revista *Veja*, edição do último dia 3 de agosto, disse — inclusive, entre aspas, uma palavra dirigida a V.Exa. por ele — que V.Exa. teria pedido ao Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, que retirasse das investigações da CPMI a autorização de saque dada por Marcos Valério para um companheiro — V.Exa. já falou isso aqui no início —, Roberto Marques. Por que seu assessor Roberto Marques teria sacado 50 mil do Banco Rural?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem, primeiro, ele não é meu assessor, ele é funcionário da Assembléia Legislativa de São Paulo, e há 18 anos, se não me engano. Ele, aos sábados e domingos, nas férias, sempre me acompanhou, como amigo. Ele é um amigo. Segundo, ele não sacou, eu já disse. O cheque, o número e o valor foram sacados por Luiz Carlos Manzano, se não me engano o nome. Terceiro, eu não pedi nada para o Senador Delcídio Amaral, jamais. Como é que eu pediria uma... faria um ato desse? Terceiro, o Sr. Marcos Valério já disse que o Sr. Roberto Marques não sacou. A D. Simone Vasconcelos disse que não conhecia o Sr. Roberto Marques. Mais, a CPI Mista dos Correios não reconhece aquela documentação. Há uma nota oficial do responsável por isso, Deputado Abicalil, do Estado do Mato Grosso. Eu li essa nota no Conselho de Ética, quando vim aqui depor como testemunha. Quero aqui deixar claro que jamais solicitei e pedi



ao Presidente da CPI Mista dos Correios qualquer ação com relação a qualquer tema na CPI, a não ser para reivindicar meus direitos: direito de defesa, direito de ser ouvido, isso sim, anexar documentos. Mas não no sentido que ele... Aliás, porque seria uma fraude isso, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado José Dirceu, no último depoimento prestado na Polícia Federal, datado de 6 de setembro agora, o Sr. Marcos Valério afirmou, em depoimento à Polícia Federal, que o nome do Sr. Roberto Marques lhe foi passado pelo Sr. Delúbio Soares. Roberto Marques, não sei se é o mesmo amigo de V.Exa., mas o nome foi-lhe passado por Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ele diz... Eu li o depoimento. Por dever de ofício, eu leio todos os depoimentos. Ele diz que ele colocou e retirou esse nome. Então, mesmo tomando como verdade isso, não houve crime nenhum, ilícito nenhum, mesmo tomando como verdade. E não estou dizendo que isso é verdade, porque é preciso saber o que disse o Delúbio Soares. Só estou usando para efeito de argumento. Agora, o que precisa ficar claro é que o Sr. Roberto Marques, procurado pela imprensa, no mesmo dia, entregou o CPF dele, o RG, e se colocou à disposição, o que mostra inclusive a serenidade e a tranquilidade dele. Ele nunca sacou recursos do Banco Rural. E não há provas disso, pelo contrário, quero repetir: o mesmo valor, o cheque com o mesmo número, a mesma data, foi sacado pelo Sr. Luiz Carlos Manzano. E mais, o documento não é reconhecido pela CPI, porque não corresponde às mesmas características dos outros documentos que a CPI tem. Isso está dito em um parecer que está... que foi "publicizado" pelo Deputado Abicalil, que estava examinando esses documentos, que estava responsável por isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como V.Exa. explica a quantidade de documentos do Banco Rural mostrando que somas e somas de dinheiro das empresas de Marcos Valério, e não dos cofres do PT, não dos cofres do Partido dos Trabalhadores... A quantidade dos documentos é tamanha, que a CPI não conseguiu ainda avaliar a sua totalidade. Como é que essa quantidade de documentos mostrando que os recursos saíram da conta do Sr. Marcos Valério e não da conta do PT teriam sido sacados por Parlamentares de partidos diversos, inclusive do PT?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu não tenho que explicar isso. Quem tem que explicar isso é o Delúbio Soares. Eu não era da Executiva Nacional, não era tesoureiro, não participei, não decidi, não fui consultado. Eu não posso explicar. Pelo que eu li nos depoimentos, o Sr. Delúbio Soares com o Sr. Marcos Valério tomaram emprestado nos bancos, Banco Rural e BMG, um valor determinado, se não me engano 55,6 milhões — eu não tenho acesso a esses documentos para ter segurança do número —, e repassaram esses recursos por várias formas para Parlamentares e partidos. Agora, eu não posso responder por isso e eu não posso ser responsabilizado por isso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. disse, em determinado momento, que tomou à frente conhecimento de que o Banco Rural teria feito empréstimos ao Partido dos Trabalhadores. Tomou conhecimento dos empréstimos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Dos empréstimos...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Do PT.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... oficiais que foram relatados na direção do partido e foram devidamente inscritos na prestação de contas do partido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Gostaria de saber como é que V.Exa. explica o fato de só ter feito empréstimos, se o publicitário mais importante da campanha do PT, Duda Mendonça, declarou no Congresso, nas CPIs, que as suas despesas de caixa dois foram pagas em dólares, em conta no exterior, com dinheiro repassado pelo Sr. Marcos Valério. As contas no exterior eram alimentadas com os empréstimos do Banco Rural ao PT? V.Exa. tem informação a respeito?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Sr. Relator, eu não posso responder pelo Sr. Duda Mendonça e pelo Sr. Marcos Valério. Eu sou Deputado Federal, era Ministro-Chefe da Casa Civil, membro da Direção Nacional do PT. Eu não posso responder pelos atos praticados pelo Sr. Duda Mendonça, pelo Sr. Marcos Valério ou pelo Sr. Delúbio Soares. Como eu li todo o material e como eu tenho interesse tanto junto à opinião pública como junto à Comissão de Ética, se eu entendi — e aí depende da investigação da CPI Mista, porque não é papel do Conselho de Ética —, o Sr. Marcos Valério repassou recursos ao Sr. Duda Mendonça, que converteu esses recursos em dólares e os remeteu para o exterior.



Foi isso que eu entendi, pela explicação que ele deu quando depôs na CPI Mista, foi isso que eu entendi. Eu não entendi que vieram recursos do exterior ou...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Certo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... que qualquer outra operação tenha sido feita. Se foi feita, o Banco Central, a COAFI, a CPI Mista vai comprovar, certo? Eu tomei conhecimento desses fatos todos quando eles foram relatados ou pelos depoentes, ou pela imprensa, ou pelos membros, ou pelas investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Antes de ser Chefe da Casa Civil, V.Exa. estava não só no exercício do mandato mas era Presidente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Até 2 de dezembro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E participou ativamente da coordenação da campanha do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Fui coordenador da campanha e Presidente do PT.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. não teria participado da negociação que fechou com o publicitário Duda Mendonça para fazer a campanha do Presidente Lula?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não, quem... Quem negociou isso foi o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. não tomou conhecimento dos valores e nem da forma de pagamento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não. Tomei conhecimento que o Sr. Duda Mendonça estava sendo contratado; não tomei conhecimento especificamente dos valores ou como seria pago.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Sr. Duda Mendonça declarou, nas contas do PT — certamente, como coordenador, V.Exa. deve ter feito o fechamento das mesmas —, que ele teria feito a campanha por 1 milhão e meio de reais, e essa conta teria feito o fechamento lá no período da campanha em 15 milhões de reais, e que ele recebeu essa diferença em contas no exterior.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, eu teria que... teria que... Eu não posso responder a essa questão, porque eu teria que ver as contas, certo? Não me parece que foi essa a... que são esses os números. O que eu ouvi o Sr. Duda Mendonça dizer é que ele tinha, se não me engano, a receber 11 milhões, e que o Sr. Delúbio Soares lhe pagou esses 11 milhões, que eram de campanhas estaduais, que não era da campanha do Presidente Lula, dívidas de campanhas estaduais; lhe pagou através dos recursos obtidos via Sr. Marcos Valério, empresa do Sr. Marcos Valério, dos empréstimos do Banco Rural e do BMG, quanto foi o contrato com o Sr. Duda Mendonça. Quando terminou a campanha, para mim, nós tínhamos pago o Sr. Duda Mendonça e tínhamos prestado conta para a Justiça Eleitoral; campanha do Presidente Lula. Eu reli o depoimento do Sr. Delúbio Soares, e ele reafirmou na CPI do Mensalão que não se tratava de dívida da campanha do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. não pode afirmar que sabia ou não que o Banco Rural era um daqueles que pagavam no exterior, em dólares, as contas ou a campanha do publicitário Duda Mendonça?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Tomei conhecimento, como todo o País, durante os depoimentos e durante as investigações das Comissões Parlamentares de Inquérito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Os empréstimos do PT, partido que o senhor levou à Presidência da República, foram negociados pelo Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não tenho conhecimento. Eu não negocieei os empréstimos. Quem negociou os empréstimos foi o Sr. Delúbio Soares, e quem era Presidente do PT era o Deputado José Genoíno.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como o senhor conheceu o Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Seguramente, numa atividade social.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem os apresentou? V.Exa. se recorda?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não me recordo.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Se o senhor... se V.Exa. afirma ser verdadeira a versão dos empréstimos, se V.Exa. afirma que foram empréstimos feitos no BMG e o Rural ao PT, é porque sabia da sua existência?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não, porque foi informado ao País pelo Sr. Delúbio Soares e pelo Sr. Marcos Valério e pelos bancos. Eu acho que a CPI Mista dos Correios tem todas as condições, inclusive com o apoio do Banco Central e dos organismos oficiais do País, de comprovar se existiram esses empréstimos ou não. Acho que isso é uma coisa líquida e certa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, o que está passando, o que podemos entender é que, de acordo com o conhecimento da existência real desses empréstimos, o senhor também está-se atendo a afirmações do Delúbio, do Marcos Valério e dos bancos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Dos bancos, dos bancos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quem oficializou e confirmou, depois de vir ao conhecimento público, a V.Exa. a existência dos empréstimos? Quem foi... Os empréstimos existem, são reais e verdadeiros. Quem informou isso a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, informou...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria que V.Exa. solicitasse à Segurança que fechasse a porta, porque está difícil entender o que o Deputado Júlio Delgado está questionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, eu peço à Segurança para fechar a porta daqui e de lá, por favor. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Podemos continuar, Presidente?
(Pausa.)

Deputado José Dirceu, o empresário Marcos Valério afirmou que o então Ministro da Casa Civil sabia das dívidas do PT e dos empréstimos contraídos com objetivo de saná-las. Ao fazer essa afirmação, Marcos Valério deixa claro que o fato de o senhor saber das operações facilitava os acessos aos recursos e, ao mesmo tempo, era uma garantia de pagamento dos empréstimos. O senhor deu algum tipo de aval, seja citado ou seja verbal, ao Sr. Marcos Valério; ou ele agiu dessa forma solitariamente?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não dei aval, não tinha conhecimento. Aliás, o Sr. Marcos Valério, em um dos depoimentos dele, diz que ele não poderia afirmar que eu dei aval, diz. Eu não me recordo se o depoimento foi na CPI do Mensalão ou na dos Correios. Li, inclusive, isso de ontem para hoje. O Sr. Delúbio Soares nega que eu tivesse conhecimento. E os bancos reiteradamente negam que eu tivesse conhecimento, que eu tivesse discutido com os bancos, que eu tivesse participado de qualquer atividade com relação a esses empréstimos. Os dois bancos negam. E eu nego também.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – V.Exa. afirma que o ex-Tesoureiro Delúbio... Eu pergunto: V.Exa. tem alguma informação sobre por que o Delúbio, enquanto Tesoureiro, ou o PT, na pessoa... porque o ex-Deputado Genoíno também afirma também desconhecer, da mesma forma que V.Exa. Entre centenas de bancos do País, exatamente escolheu o Banco Rural, o mesmo banco que PC Farias usou para montar o esquema de corrupção do Governo Collor? V.Exa. sabe por que a escolha do Banco Rural?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não, não sei. Mas, se for para fazer uma análise, por causa das relações com o Sr. Marcos Valério. O Sr. Marcos Valério... O nobre Relator citou o ex-Presidente Collor, mas podia ter citado o Senador Eduardo Azeredo, o ex-Governador Eduardo Azeredo, porque o Banco Rural fez empréstimos também, em 1998, para a campanha no Estado de Minas Gerais. Eu diria que o Sr. Delúbio Soares — quer dizer, deduzo hoje —, conhecendo o Sr. Marcos Valério, fez uso de tomar empréstimos do Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Só houve uma diferença. Eu ia citar na próxima pergunta a questão do Senador Eduardo Azeredo, só que em 1998 o Sr. Marcos Valério usou a sua empresa DNA para poder fazer os empréstimos que foram dados como garantias às contas publicitárias do Governo de Minas. Em 2003, o Sr. Marcos Valério usou o Partido dos Trabalhadores para fazer os empréstimos que possibilitassem ao Banco Rural financiar esse esquema. A diferença, dita neste Conselho pela Sra. Kátia Rabello, é que o fato de empréstimo a um partido político era inédito no Banco Rural e a primeira vez que ocorria na história daquele banco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Os empréstimos legais, Sr. Relator.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Os empréstimos... Os empréstimos feitos ao PT e ao Sr. Marcos Valério. Mas o Sr. Marcos Valério usou desse expediente em 98. A primeira vez que ele usou do expediente com um partido político justamente foi com o Partido dos Trabalhadores, em 2003. Por isso, eu gostaria de saber o porquê da utilização do Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Eu não posso responder essa pergunta, Sr. Relator, porque ela tem que ser dirigida ao Sr. Delúbio Soares. Posso fazer suposição, como eu fiz.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – A Presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, em depoimento a este Conselho também, disse que a direção do banco manteve encontros com o senhor, então Ministro da Casa Civil. O senhor confirma esses encontros?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Confirmando.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – A mesma Sra. Kátia Rabello afirmou que esses encontros foram agendados pelo empresário Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não, não foram agendados pelo empresário Marcos Valério. E ele já desmentiu isso, ou pelo menos não confirmou, logo após o depoimento da Presidente do Banco Rural. Ela deve ter se equivocado. Eu li o relatório na íntegra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – O depoimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – O depoimento, perdão, da D. Kátia Rabello. Ela deixou claro quem é que solicitou as agendas: o Sr. Sabino Rabello, porque queria me apresentar, inclusive, a proposta sobre a questão do (*ininteligível*), que apresentou, que nós trocamos correspondência, que eu mandei analisar pelos órgãos competentes do Governo; e o Sr. José Augusto Dumont. E ela deixou claro que esses encontros foram formais, foram pedidos formalmente, eles pediram formalmente. E o terceiro, ela, em uma nota, quando do depoimento, se não me engano, da D. Renilda, deixou claro que eu fui convidado para um jantar em Belo Horizonte pelo Banco Rural, por ela.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Ela teria dito aqui que, inclusive, o jantar foi intermediado pelo Sr. Marcos Valério.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Comigo jamais o Sr. Marcos Valério intermediou nada. Aliás, ele diz isso. Nunca me telefonou, nunca telefonei para ele. Os encontros que eu tive com ele ou foram encontros oficiais ou sociais, e as declarações que o Sr. Marcos Valério faz a meu respeito — que podem ser lidas por todos os membros da CPI — é que ele não tem relação comigo. Aliás, em uma das declarações disse que era meu inimigo, certo? Então...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Por que, Deputado José Dirceu, a Sra. Kátia Rabello aqui disse que “o elo...” — o termo foi esse — “... o elo de ligação entre o Banco Rural e o Governo se dava através do Sr. Marcos Valério”?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não, comigo não se dava, com a Casa Civil não. Ele mesmo diz isso. Essa pergunta tem que ser dirigida à Sra. Kátia Rabello, não a mim. Eu não, nunca tive relação com o Sr. Marcos Valério. Recebi o Sr. Marcos Valério sempre acompanhando entidades a que ele prestava serviço: Banco Rural, BMG e Banco Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Em algum desses encontros que V.Exa. teve com o Banco Rural, seja com o pai da Sra. Kátia Rabello ou com ela mesma, o Sr. Marcos Valério estava presente?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – O Sr. Marcos Valério... acredito que estava presente no primeiro encontro, não tenho certeza. Não tenho certeza que a D. Kátia Rabello não estava com o Sr. Sabino. No primeiro, acho que ela não estava.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Ao conhecermos hoje toda essa história, o senhor acredita que o Sr. Marcos Valério seria uma pessoa confiável, a ponto de representar o PT em operações financeiras em outros países, em atuar como facilitador de contato entre instituições financeiras e o Governo Federal?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não, não me consta que ele tenha representado o PT ou atuado em nome do Governo em representação do Governo no Brasil ou no exterior. Ele nunca recebeu essa delegação do Governo, e não acredito que tenha recebido do PT.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – V.Exa. declarou à imprensa que participou da realização de acordos políticos que culminaram com o acordo entre o PT e o PL para a eleição do Presidente Lula, em 2004.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Dois mil e dois.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Dois mil e dois, desculpe. E com os partidos da base aliada para eleições municipais em 2004.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Esses acordos envolveram repasse de recursos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não. Eu não participei dos acordos políticos e eleitorais de 2004 porque não era mais Presidente nem membro da Comissão Executiva Nacional. Eu participei dos acordos políticos e eleitorais de 2002 com o PL, como é público e notório. Mas o Sr. Delúbio Soares já declarou — e o Sr. Valdemar Costa Neto, ex-Deputado, também — que eu não participei das questões do acordo de recursos. Eu participei do acordo político, que era o acordo da vice-candidatura ao Senador José Alencar, do apoio mútuo entre o PT e o PL, a partir do comitê da chapa majoritária para os candidatos a Deputados Federais, por causa da verticalização, nos Estados onde o PT e PL estavam coligados, porque o PL teria um grande prejuízo político, não podendo se coligar com outros partidos por causa da verticalização. Não participei. O senhor leia as declarações. Eu tenho aqui a do Valdemar Costa Neto, na CPI chamada “CPI do Mensalão”. Ele e o Sr. Delúbio Soares dizem exatamente isso, que eu não participei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Com relação ao PL — essa seria a próxima pergunta —, o Presidente Valdemar Costa Neto afirmou que o PT ficou responsável por repassar 10 milhões de reais na época em que o senhor era Presidente da legenda. O Deputado José Genoíno, em depoimento a este Conselho, afirmou que, ao assumir a Presidência do PT, não se responsabilizou por sua administração e muito menos pela área financeira. Aí eu pergunto — só para ficar registrado e porque é importante: o senhor manteve o compromisso de repassar os recursos ao PL?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – E, se não manteve, a quem delegou essa função?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Eu deixei a Presidência do PT e, por consequência legal, jurídica, administrativa, natural, o responsável por todas as



decisões do PT, no caso da Presidência, passa a ser o Deputado José Genoíno. Eu não deleguei nada a ele. Essa era uma questão que estava afeta ao Tesoureiro Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO – Então, V.Exa., do acordo de 2002, que foi feito quando V.Exa. estava na Presidência do PT, que celebrou a união com o PL para evitar os prejuízos, V.Exa., ao participar desse acordo, depois delegou ao Delúbio Soares?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim, que era o tesoureiro e o responsável pelas finanças. Veja bem, eu quero repetir: o Sr. Valdemar Costa Neto e o Sr. Delúbio Soares — o ex-Deputado Valdemar Costa Neto — declararam na CPMI do Mensalão que eu não tive participação na discussão do acordo com relação a recursos; que eram recursos do comitê, uma participação numa porcentagem do que fosse arrecadado na campanha do Presidente Lula pelo comitê financeiro do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse acordo celebrado com o PL... V.Exa. afirmou aqui que não conhecia os demais, feitos para 2004, que não estava mais na função. Mas, no acordo de 2002, ao ser feita uma dívida, assumida pelo PT — que foi reconhecida e foi inclusive, de certa forma, em parte paga através do esquema do Sr. Marcos Valério, articulada pelo Sr. Delúbio —, neste momento, com o PL, V.Exa. teria feito alguma afirmação ao Delúbio que procedesse ao acerto com o Partido Liberal, não em valores, mas que pudesse fazer a combinação do pagamento do acerto que seria feito entre o PT e o Partido Liberal?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Se o Sr. Relator e todos do Conselho de Ética lerem o depoimento do Sr. Valdemar Costa Neto, vão ver que ele declarou, na CPI do Mensalão, que eu deixei bastante claro para o Sr. Valdemar Costa Neto que a minha participação na discussão com o Sr. Valdemar Costa Neto e com PL era sobre a participação do PL no Governo. Está dito textualmente pelo Sr. Valdemar Costa Neto que não era...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em algum momento, depois de ter sido feito...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O que, sim, eu sabia é que havia um acordo de ajuda mútua nas campanhas estaduais a partir da arrecadação do comitê



de finanças do Presidente Lula, que é do conjunto, do Vice e do Presidente, o que eu considero natural e acontece em quase todas as campanhas, de aliança e majoritárias, no Brasil, quando é o caso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É porque o Sr. Valdemar Costa Neto teria dito que com o Sr. Delúbio fez um acerto para pagamento das despesas da campanha do Presidente Lula em 2002, e esses recursos vieram a ser repassados, através da conta do Banco Rural, a partir de março e... maio e setembro de 2003, que foram feitos empréstimos do PT e o do Sr. Marcos Valério junto ao Banco Rural. Eu pergunto a V.Exa.: o Sr. Delúbio Soares em algum momento fez relatório sobre o andamento desses acordos e desses acertos a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, porque eu não era mais nem Presidente, nem membro da Comissão Executiva Nacional. O Sr. Delúbio já declarou, reiterada vezes, em todos os depoimentos, que não tratava comigo de assuntos financeiros do PT.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Muito menos o determinado tal acordo feito com o PL.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Antes de V.Exa. estar na Casa Civil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, antes de eu estar na Casa Civil...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Antes de V.Exa. estar na Casa Civil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Depois que o Delúbio... Fizeram o acordo com o PL, houve esse acerto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E aí o Delúbio não reportou a V.Exa. mais em que base isso teria sido feito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. Não reportou se estava pagando, se não estava pagando. A base eu conhecia, que era que o comitê conjunto ia assumir responsabilidades sobre as campanhas comuns nos Estados, e dos Deputados, dos candidatos a Deputados do PL nos Estados. Essa era a base do acordo. Valores eu não participei.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em sua entrevista à *Folha de S. Paulo*, V.Exa. declarou: “*Não há dinheiro de empresa estatal desviado para o PT ou outros partidos e nem contratos superfaturados, nem dinheiro de empresas privadas. O dinheiro vem dos empréstimos*”. Como V.Exa. explica, então, o contrato de mais de 20 milhões da empresa de Marcos Valério com o Banco Popular do Brasil sem licitação? Como V.Exa. explica, então, que o dito artífice dos empréstimos tenha sido favorecido com esse volume milionário de contratos no Governo do PT?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, quem tem que explicar isso é a CPI Mista dos Correios, que está investigando, são as partes envolvidas. Se se chegar à conclusão de que houve... Porque, até agora, Sr. Relator, membros do Conselho de Ética, não há nenhuma prova definitiva de que houve repasse de recursos para o PT, para o Sr. Delúbio Soares, de superfaturamento, ou de empresas privadas ou outro dinheiro que não fosse dos empréstimos realizados. Eu não estou dizendo que isso não possa ser desmentido amanhã, mas o Sr. Relator está trazendo 2 casos que eu não conheço em detalhe. Se a CPMI Mista, ou o Tribunal de Contas, ou quem estiver investigando comprovar, evidentemente que eu mudo a minha opinião. Mas até hoje eu reafirmo o que eu disse na entrevista à *Folha de S. Paulo*. Eu não conheço, eu não posso fazer juízo de valor nem... Que eu não conheço, no caso específico, o contrato com o Banco Popular, sem licitação, os 20 milhões. Se os serviços foram prestados, ter licitação ou não em caso de publicidade há margem na legislação que permite. Eu não conheço o caso específico, teria que analisar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, nobre Deputado, eu tenho ainda alguns questionamentos a fazer, mas eu acho que esse depoimento tem sido bastante instrutivo. Eu espero agradecer ao depoente, o Deputado José Dirceu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Às ordens.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - ... e deixar que o nobre advogado possa fazer alguns questionamentos e abrir para os colegas Parlamentares. No transcurso dos questionamentos, eu vou inserindo algumas delas, para não tomar todo o tempo dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra então o Dr. José Luís Lima, advogado do Deputado José Dirceu.



O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Prezado Presidente, ilustre Relator, prezadas Deputadas, prezados Deputados, prezado Deputado José Dirceu, nas reuniões do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, após a saída do senhor da Presidência do partido, quando o senhor assumiu o Ministério da Casa Civil, o senhor foi comunicado da situação financeira do Partido dos Trabalhadores, após a sua saída da Presidência, quando assumiu o cargo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem. O Diretório Nacional recebe os relatórios trimestrais ou semestrais, que são enviados à Justiça Eleitoral por parte da Secretaria de Finanças e Planejamento do partido. E havia, evidentemente, a notícia de que o partido estava endividado e estava tomando empréstimos. E esses empréstimos, como eu já disse aqui, foram registrados oficialmente e informados à Justiça Eleitoral. Esse é o grau de informação que eu tinha. Quero lembrar que eu fui às reuniões do Diretório Nacional sempre para prestar contas da minha ação no Governo, da ação do Governo. Inclusive nem ficava em todas as reuniões. E também só fui a reuniões da Executiva, convocada pela Executiva, junto ou com todos os Ministros que eram do PT ou com os principais Ministros que eram do PT para discutir a relação com o Governo ou alguma situação política especial. As paredes e os móveis da sede nacional do PT em Brasília e em São Paulo sabem que eu deixei totalmente a vida orgânica, administrativa e financeira do PT quando passei a ocupar o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil. Todos que acompanham o PT sabem que isso é verdade. Todos sabem que isso é verdade. E todos que me conhecem sabem que, quando eu deixo uma função, eu viro uma página. Aliás, é o que aconteceu no dia 22 de junho de 2005, quando eu deixei o cargo de Ministro do Presidente Lula. Não mais voltei e não mais participei em nada que diga respeito ao Governo do Presidente Lula, a não ser como Deputado na bancada e no plenário desta Casa, porque é da minha natureza. Certo ou errado, eu sou assim.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - O eminente Relator indagou V.Exa. a respeito dos encontros com a Diretoria do Banco Rural, mas eu gostaria de saber especificamente: nesses encontros que o senhor teve com a Diretoria do Banco Rural, em algum momento, em alguma oportunidade, quer de uma maneira profunda, ou quer *en passant*, a Diretoria do Banco Rural, os representantes do



Banco Rural mencionaram a V.Exa. os empréstimos feitos ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Jamais. E a dona Kátia Rabello já confirmou aqui neste Conselho e na Sub-Relatoria da CPI Mista dos Correios que jamais tratou comigo — e também a Diretoria do BMG, através de seu advogado — qualquer questão relacionada a empréstimos ou a relação com o PT. Eu sou muito cioso no que diz respeito à função pública. Eu, como Ministro-Chefe da Casa Civil, tive sob a minha responsabilidade questões importantíssimas do País. E nunca — todos os empresários que eu recebi, todos os Deputados e Senadores, Deputados e Senadores são testemunhas —, nunca tratei nada que não fosse de interesse público. Não é da minha natureza, da minha formação, nem é da minha especialização, porque é natural que você possa tratar um interesse ou outro da tua região, da tua cidade, do teu partido. Isso não é ilícito, se não for incompatível com interesse público. Mas não é da minha natureza. Eu sou uma pessoa apaixonada, faço com paixão o exercício do cargo público e eu dei um exemplo aqui do que era a minha agenda. Eu tinha responsabilidades em demasia na Casa Civil e responsabilidade demais com o Presidente Lula e com o País para ficar preocupado com o PT. Aliás, eu já fiz até uma autocrítica pública, talvez eu devesse ter ficado mais preocupado com o PT, ter participado mais na vida do PT. Nós todos que saímos do PT e viemos para o Governo, talvez devêssemos ter empregado um tempo nosso para a vida política, orgânica do PT e não o fizemos.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Gostaria de saber também de V.Exa. se o senhor tinha conhecimento da relação entre Delúbio Soares e o Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu tinha conhecimento de encontrá-los em atividade social. Não tinha conhecimento do que depois veio a ser revelado para o PT e para o País.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Gostaria também de saber de V.Exa. se em algum momento, quer na época em que V.Exa. foi Ministro-Chefe da Casa Civil, quer após deixar o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, interpelou V.Exa. a respeito de um suposto pagamento do mensalão.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Depois que eu deixei?

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - O Ministério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Os 2 encontros que eu tive com o Presidente Lula, depois que eu deixei o Governo, foram, na verdade, encontros familiares, sociais e encontros onde nós conversamos mais sobre questões políticas do País e questões mais gerais do Governo. Nada que fosse uma reunião organizada com agenda, com pauta. Eu faço questão de deixar o Presidente Lula e o Governo à vontade, inclusive o meu partido à vontade, e faço questão de me defender não sozinho porque eu tenho o apoio de milhares e milhares de cidadãos e cidadãs, tenho apoio suficiente para me sentir reconfortado, mas eu não vou, em nenhum momento, pedir nada nem ao meu partido nem ao Presidente Lula. Eu vou me defender sozinho.

O SR. JOSÉ LUÍS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, tendo em vista a exposição inicial do Deputado José Dirceu e as indagações formuladas pelo eminente Relator, eu me dou por satisfeito pelo momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, estão inscritos 8 Deputados titulares e 3 suplentes e a primeira a falar e fazer suas perguntas é a Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, eu queria trocar com a Deputada Ann Pontes. Ela tem um compromisso, vai apresentar uma tese de doutorado dela às 6 e meia, e eu não quero ser a causadora de ela perder ponto nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Então, com a palavra a nobre Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Deputada Angela Guadagnin.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Deputado José Dirceu, de fato, esta é uma oportunidade ímpar que este Conselho está tendo para formar o seu convencimento e tirar todas as dúvidas que porventura ainda tenha com relação ao processo disciplinar movido contra V.Exa.

Vou fazer um resgate aqui do depoimento de V.Exa. no processo disciplinar contra o ex-Deputado Roberto Jefferson em que V.Exa. afirmou: "Não se recorda onde conheceu Marcos Valério; que não tem relação pessoal de amizade; que não



tem relação de governo; que o Sr. Marcos Valério esteve duas vezes na Casa Civil, em uma delas acompanhando a Diretoria do Banco Rural”. Pois muito bem. V.Exa. poderia nos precisar qual foi a segunda visita à Casa Civil? Porque no último depoimento fez referência que em uma delas acompanhou a Diretoria do Banco Rural. Qual foi então a primeira? Ou qual foi a segunda visita à Casa Civil? Com quem foi? Qual assunto foi tratado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu tive a primeira reunião com a Diretoria do Banco Rural, que foi quando esteve presente o Sr. Marcos Valério, o Dr. Sabino Rabello, que depois veio a falecer, foi dia 5 de fevereiro de 2003. A dona Kátia Rabello depois veio dia 7 de agosto, sozinha. Eu estive num jantar, depois, em 2004, em agosto de 2004, também ela e o diretor do banco. São as 3 reuniões que eu fiz com o banco. O Sr. Marcos Valério esteve, com o Sr. Rinaldo Soares, Presidente da USIMINAS, dia 7 de agosto de 2003 na Casa Civil. E esteve depois no Banco Espírito Santo, em 2005, dia 11 de janeiro.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Deputado, só para confirmar. No encontro com a Sra. Kátia Rabello...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu não estava.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... o senhor poderia me precisar o dia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Dia 7 de agosto de 2003.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sete de agosto de 2003. V.Exa. afirma que ele não participou da audiência?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O que consta é que ele não participou. Eu não me lembro que ele tenha participado.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Seria interessante...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - A senhora viu que são quase duas mil agendas.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então seria interessante uma pesquisa mais acurada, porque nesse depoimento ela afirmou que no primeiro contato que teve com V.Exa. o Sr. Marcos Valério estava presente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Isso eu disse para o senhora, na primeira reunião. Kátia Rabello... Não, ela não esteve na primeira reunião.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não, na primeira vez que ela o encontrou em audiência na Casa Civil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Bem, eu tenho que checar os dados, porque o que consta...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então seria interessante, porque senão surge a primeira contradição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... é que ela viria à reunião com o Sr. José Augusto Dumont e com o Sr. Sabino Rabello, que ela não teria vindo. Só se ela veio à reunião.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não. Ela confirma que nesta primeira em que o pai teria participado, ela não teria participado. Mas a primeira vez que ela o encontrou, o Sr. Marcos Valério estava presente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu posso checar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, por gentileza, fique constando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Farei isso. Farei isso. Quero deixar registrado que não seria surpreendente a presença dele, nem inusitado, porque eu sempre entendi que o Sr. Marcos Valério prestava serviço para o Banco Rural, para o BMG, para a USIMINAS e para o Banco Espírito Santo.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Era esse o entendimento de V.Exa.: prestava serviço a esses bancos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. tinha conhecimento de que o Sr. Marcos Valério prestava serviços ao Governo Federal por intermédio das empresas públicas?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Sr. Marcos Valério tinha contas no Governo Federal? Remotamente. Não era uma área que eu participava diretamente.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então vamos fazer uma comparação: dentre o entendimento de que o Sr. Marcos Valério prestava serviços a esses bancos, era mais seguro, mais forte do que a prestação de serviço ao Governo Federal?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Que ele tinha contas no Governo anterior e que tinha conta neste Governo eu sabia, mas eu não tinha que contas, o valor dessas contas. A importância da participação dele, eu não tinha informação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputada Ann Pontes, só um questionamento daqueles que a gente tem, mas dentro desse, porque está na mesma função.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em depoimento ao Conselho de Ética na representação que a Deputada citou, V.Exa. afirmou que não teve qualquer relação com as negociações com a Portugal Telecom. Já falou inclusive aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Os jornais *O Globo*, *Correio Braziliense* e *Folha*, no dia 05/08, no dia seguinte, divulgaram a seguinte informação: “segundo a agenda da Casa Civil — e V.Exa. acabou de confirmar — o *Ministro José Dirceu recebeu o Presidente do Banco Espírito Santo, acionista majoritário da Portugal Telecom, no dia 11 de janeiro deste ano, no Planalto. Da reunião também participou o empresário Marcos Valério*”. Isso, a rigor, transparece uma contradição, ou não? V.Exa. disse que não teve qualquer relação e teria recebido com o Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. Mas a Portugal Telecom tem direção, tem presidente. Eu não recebo a Vale do Rio Doce, porque eu recebo a controladora da Vale do Rio Doce, que é o BRADESCO ou a PREVI, porque se não nós vamos aí... Eu não tratei de assuntos da Portugal Telecom com o Banco Espírito Santo. O Banco Espírito Santo, que tem 1 bilhão de dólares investidos no Brasil, veio, solicitou audiência, veio me visitar para expor certos investimentos no País, investimento em turismo que está realizando, e o interesse nas parcerias público-privadas. Como nós sabemos, a Casa Civil tem uma sala de investimento, que foi organizada no começo do ano de 2004. Eu sou o responsável por essa sala de investimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E esse encontro teria sido agendado por quem? V.Exa. sabe?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Pelo Banco Espírito Santo. Eu tenho toda a documentação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Foi agendado por ele?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Foi solicitado por eles. Aliás, eles me convidaram para ir a Portugal num seminário; eu não pude ir; aí, solicitaram audiência, eu fiz, solicitaram uma segunda e depois cancelaram.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Obrigado, Deputada Ann Pontes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, não se aborreça comigo; é só para nós retomarmos aqui o raciocínio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, estou às ordens. Estou aqui para servi-la, como se diz.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada.

Quando o Sr. Marcos Valério foi acompanhando a Diretoria do Banco Rural, no dia 5 de fevereiro, V.Exa. poderia novamente precisar quem participou dessa audiência?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Sr. José Augusto Dumont, o Sr. Cristiano Paes e o pai dela.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E o Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Sr. Marcos Valério.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. O senhor já os conhecia, ou foi a primeira vez, o primeiro contato?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Primeira vez. Não os conhecia.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas o senhor já conhecia o Sr. Marcos Valério. Não foi a primeira vez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Pode ser que eu tivesse conhecido ele socialmente. Mas não me recordo das datas.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas não lembra se foi a primeira vez também?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Pode ter sido a primeira vez que eu vi o Sr. Marcos Valério nessa audiência. Pode ter sido.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não afirma com certeza?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não tenho; não tenho certeza, não tenho certeza.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mais uma vez V.Exa. então não confirma, na primeira audiência na Casa Civil com a Sra. Kátia Rabello, a presença do Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu tenho que verificar. Mas eu quero dizer: se ele estivesse presente, não haveria... não vejo nenhuma questão na presença dele.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Então, vamos ver se de alguma forma ajudo V.Exa. Vou dar uma lida no depoimento dessa senhora a esta Comissão. Foi até uma pergunta a partir do Deputado Orlando Fantazzini. Ela informa o seguinte: que foi o Sr. Marcos Valério que teria feito a introdução dela, a apresentação dela para o senhor. E afirmou assim, por exemplo, diz a Sra. Kátia Rabello: "*Nessa primeira audiência, eu me lembro muito bem que ele fez referência ao meu pai, que já tinha tido um encontro, fez referência à nossa mineiridade, nossa e do Ministro, e foi essa a introdução: que éramos amigos*". Então ficou claro, ficou patente a este Conselho que, nessa primeira audiência da Sra. Kátia com V.Exa., quem fez essa introdução, essa apresentação, teria sido o Sr. Marcos Valério. V.Exa. lembra desse tipo de introdução?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não, não lembro.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, teria que também verificar se não seria a segunda contradição. Quer dizer, o que a Sra. Kátia afirmou aqui, não teria havido essa introdução, essa apresentação prévia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não, pode ter havido. Eu não me recordo. Eu disse para V.Exa.: eu recebi mais de duas mil... faço 8 ou 9 audiências por dia — fiz —, na Casa Civil.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Mas o que eu lhe digo é assim, "a nossa mineiridade", são questões que o diferenciam dos demais contextos das audiências.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim, mas para mim, na época, não tinha a importância que tem hoje eu receber o BMG, o Banco Rural ou o BMG, não tinha a importância que ganhou hoje essa questão.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Nem que V.Exa. já teria recebido anteriormente o pai da Sra. Kátia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, eu teria recebido.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Ela diz que também foi feita referência a essa lembrança como a forma de fazer uma indicação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não me recordo. Não me recordo.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não se recorda. Então, vamos dar continuidade. V.Exa. confirma que houve um jantar em Belo Horizonte com a Sra. Kátia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Belo Horizonte.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Muito bem. V.Exa. lembra o motivo da ida a Belo Horizonte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ela me convidou.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Foi exclusivamente para isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, eu estava em outras atividades.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor lembra a atividade, especificamente?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Acredito que era uma agenda do Governo, do Sr. Presidente da República. Não tenho certeza se é essa mesma viagem.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - O senhor poderia nos precisar a permanência na cidade?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não tenho. Eu teria que ver...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Ela lembrou que no dia que teria jantado com o senhor era aniversário do filho dela.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Em 6 de agosto de 2003.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Eu checo já aqui no depoimento, na página 48. Quem sabe eu também lendo posso ajudar no resgate da sua memória, dos fatos. Ela afirmou aqui: *“Pelo que eu entendi, à noite ele teria um outro compromisso. No outro dia, teria esse espaço na agenda dele”*. Então, pelo que ela coloca, V.Exa. teria permanecido duas noites em Belo Horizonte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu posso levantar todos esses dados e depois remeter ao Conselho de Ética. Mas eu...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Só para concluir, Deputado, para lhe ajudar ainda mais: *“Enfim, ele cedeu esse espaço na agenda, e me coloquei à disposição, obviamente, para o espaço que ele pudesse atender. E o próprio Ministro teria sugerido que fôssemos jantar”*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Seguramente, porque eu tinha compromisso em Belo Horizonte e podia jantar com a D. Kátia Rabello e o Plauto Gouveia.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. E mais embaixo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu posso checar, depois, qual era a agenda que eu tinha em Belo Horizonte. Eu posso...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - ... ela afirma o seguinte: *“Ele, como Diretor, casualmente manifestou que na verdade não só o Ministro, mas outras pessoas do Partido dos Trabalhadores estariam em Belo Horizonte. Era alguma coisa que estava no jornal, era uma coisa pública, todo o mundo sabia”*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Não me lembro. Mas eu posso ver isso na minha agenda de Ministro e vou comunicar ao Conselho de Ética por que eu estava em Belo Horizonte, quais eram as outras atividades que eu tinha em Belo Horizonte. O que eu quero destacar, se a senhora me permitir,...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ...é a nota do Banco Rural. Houve um jantar, a convite do banco, realizado no Hotel Ouro Minas, aproveitando a passagem do então Ministro em Belo Horizonte, para participar de um evento do PT. Está aqui, olha. Era um evento do PT.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Evento do PT?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ela diz. Vou chegar e vou informar a senhora e ao Conselho de Ética.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Então, V.Exa. não confirma que era um evento? Foi a colocação da Sra. Kátia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Eu não quero confirmar, porque não tenho memória. Eu não tenho memória.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Correto, sem problema. Então, vamos...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu estou procurando para ver se eu tenho aqui alguma explicação e não estou encontrando.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Eu aguardo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Mas eu vou fazê-lo depois, vou comunicar ao Conselho de Ética sobre isso: qual era a minha agenda. Vou enviar a minha agenda do dia anterior, dos 3 dias.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Até para facilitar V.Exa. Ela disse que no dia do jantar que esteve com V.Exa. foi em 6 de agosto de 2004, porque era aniversário do filho dela. Então, deve ter sido entre 5 e 6 de agosto de 2004 que V.Exa. esteve em Belo Horizonte. Ainda voltando a este trecho aqui da Sra. Kátia Rabello a este Conselho. Ela coloca o seguinte... que... V.Exa. lembra quem marcou o jantar em Belo Horizonte com a Sra. Kátia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O banco me convidou, ela disse na nota. O banco me convidou.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, uma terceira contradição, porque ela diz assim: "*O próprio Ministro teria sugerido que fôssemos jantar*". Teria sido um convite seu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Mas eu li a nota para a senhora.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, teria mais uma terceira contradição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu sei que foi marcada... esse jantar foi marcado entre a Casa Civil e o banco, através de uma secretária de nome Júnia, no banco. E ela disse que foi a convite do banco, na nota. Mas não teria nenhum problema se eu tivesse solicitado, quero deixar claro aqui. Quero deixar claro que eu não me constranjo de ter ligado para algum banco, para alguma empresa e ter



pedido — ou empresário — uma reunião para discutir assuntos do País ou qualquer outro assunto. Mas não me consta que eu teria pedido esse jantar. Mas se tivesse pedido, também não teria nenhum problema.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, também V.Exa. não lembra de ter feito esse pedido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. A próxima pergunta, Deputado — não me leve a mal —, é justamente no intuito de formar o convencimento e aproveitar a oportunidade de V.Exa. neste Conselho. A Sra. Kátia também afirmou que ao longo do jantar V.Exa. teria falado um pouco da sua ex-mulher, que umas questões pessoais vieram à baila. V.Exa. confirma, lembra de ter comentado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu me lembro. Mas eu não falei da Ângela Saragoza, falei da D. Clara Becker. Porque eu vivi clandestino no Estado do Paraná, de 75 a 80.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - E fui empresário, um pequeno empresário do setor de confecção, boutique, alfaiataria. E a D. Clara Becker é uma pequena empresária até hoje no Paraná. Nós estávamos conversando, jogando conversa fora, como se fala, num jantar, e eu contei parte da minha vida no Paraná. Foi isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Então, não foi a Sra. Ângela?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E nessa oportunidade, então, V.Exa. fez o esclarecimento, nominou quem efetivamente V.Exa. estava tratando?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, loja... Quem tem loja — eu li o depoimento —, quem tem loja é D. Clara Becker.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sim, é isso que eu queria só precisar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - É isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Já estou encerrando, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Que é isso, eu estou...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. confirma que foi à casa do ex-Deputado Roberto Jefferson a pedido do Ministro Mares Guias e do Líder Múcio,



para que o Deputado retirasse o nome para que fosse instalada a CPMI dos Correios. V.Exa. poderia nos precisar onde se deu o pedido e o porquê desse motivo? Qual o motivo apresentado tanto pelo Ministro como pelo Líder Múcio para fazer essa solicitação a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Quem me acompanhou também foi o Líder, então Ministro, Aldo Rebelo, que, aliás, também insistiu para que eu fosse. Eu não queria ir, na verdade, porque eu não era mais articulador político do Governo, não era mais a minha atribuição. Eu estava convencido — e estou — naquele momento de que, com as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público e com o clima político que estava se instalando no País, não era necessário fazer CPI. É uma questão política. Como Deputado e Deputada, cada um de nós, assinamos ou não uma CPI, apoiamos ou não uma CPI. Não é verdade que não apoiarmos a CPI de antemão pode ser julgado como uma atitude... Depende. Pode ser prejudicada como uma atitude moralmente, eticamente equivocada. Depende de cada CPI. Nós tivemos CPI nesta Casa que tivemos de encerrar, porque havia suspeição séria sobre o funcionamento de determinadas CPIs. Existem CPIs e CPIs. No caso específico, eu estava convencido — por isso que solicitei — de que as investigações que estavam sendo feitas eram suficientes. Não quero entrar no mérito agora do desenrolar das CPIs e como elas foram ganhando um outro contorno, inclusive de desestabilização do Governo, de procurar inviabilizar o Governo, de atingir o Presidente da República. Sempre tem uma valoração política quando um Deputado ou uma Deputada ou alguém, no meu caso um Deputado licenciado que está no cargo de Ministro, dá uma opinião sobre instalar ou não uma CPI. Naquele momento, eu estava convencido de que as investigações seriam suficientes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Desculpe, Deputado, acho que eu não me fiz entender, porque V.Exa. teria afirmado que teria ido à casa do ex-Deputado atendendo a uma solicitação, na verdade, duas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Do Ministro Mares Guias e do Líder Múcio. Eu só quero essa confirmação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Exatamente, eu não queria ir. Exatamente, eles me convidaram e me solicitaram que fosse.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois é, e qual foi a alegação deles para fazer esse pedido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Que seria importante a minha presença. Seria importante a minha presença.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Para tentar demover o Deputado da idéia da assinatura?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Eles o procuraram na Casa Civil?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Na Casa Civil.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo, Deputado. Já está fechando. V.Exa. poderia nos precisar... Eu também recebi — todos os Conselheiros receberam — aqui uma agenda de V.Exa. quando estive à frente da Casa Civil. Eu fiz um levantamento e o que me chamou a atenção é que o Sr. Roberto Jefferson foi recebido 18 vezes. Foi um dos Deputados que mais foi recebido. Foram 10 audiências em 2003, 5 em 2004 e 3 em 2005, vai decrescendo. E nesse relatório enviado tem aqui uma audiência com o ex-Deputado Roberto Jefferson no dia 20 de janeiro de 2004. V.Exa. poderia nos precisar, não agora, mas *a posteriori*, qual o teor da audiência mantida com o ex-Deputado Roberto Jefferson na Casa Civil, nesta data, 20 de janeiro de 2004? Foi uma reunião com a participação de V.Exa. e o ex-Deputado exclusivamente ou mais pessoas participaram?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Vou mandar verificar, mas quero, se a senhora me permite,...

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... quero dizer que eu fui articulador político do Governo. Receber o Deputado Roberto Jefferson 10 vezes em 2003, sendo ele Líder do PTB, é pouco. Recebê-lo, em 2004, 5 vezes em 12 meses, sendo ele Presidente do PTB — eu recebi outros também —, 3 vezes em 6 meses, quero deixar claro que está dentro do razoável, porque eu fui deixando de ter atividades com relação à Câmara e ao Senado. Mas a Casa Civil, ela, como eu já expliquei aqui, não pode deixar de ter relações com o Parlamento, até porque quem dá a última palavra para mudar emendas, para mudar projetos, para mudar PECs, quem dá a última palavra, muitas vezes, inclusive no Orçamento, é a Casa Civil, porque a



Casa Civil articula os Ministérios afins para discutir qualquer projeto. Ela responde perante o Presidente da República. Aliás, o Líder Arlindo Chinaglia, no depoimento ao Conselho de Ética, deixou claro isto: que mesmo depois de eu ter deixado a articulação política, a última palavra, ele, como Líder do PT e, depois, do Governo, para reportar uma decisão de mudança ou não em projetos, sempre passava pela Casa Civil, porque os projetos, no fundo, são coordenados pela Casa Civil. Mas eu vou verificar a agenda de 20 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada, para encerrar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - A última pergunta, Sr. Presidente. Fique tranqüilo, Sr. Deputado, que eu não estou fazendo nenhum tipo de prejulgamento, só quero entender exatamente qual foi o teor dessa audiência, da conversa, e se ela foi somente com o senhor e o ex-Deputado ou se estiveram mais pessoas.

A última pergunta. Também veio a este Conselho a Sra. Maria Christina. No longo depoimento, ela até tece um elogio a V.Exa., diz que tem grande admiração pelo Deputado e que o teria convidado para jantar na casa dela. V.Exa. confirma esse convite, essa ida? Ela teria ligado para sua mulher, e o casal teria ido. Houve esse jantar?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Houve o jantar em homenagem ao Ministro Alfredo Nascimento, que havia assumido o Ministério e era então Prefeito de Manaus, com a presença de vários Ministros, Parlamentares de vários partidos, com a presença do Vice-Presidente José Alencar. Foi uma homenagem ao Alfredo Nascimento. E eu iria a um segundo — houve também um convite da D. Maria Christina —, mas eu não pude ir porque houve uma tempestade em Brasília, houve um incidente grave, caiu toda a... Foi inviabilizado o jantar. Eu fui avisado de antemão que não teria mais condições para o jantar. Até porque o Deputado Valdemar Costa Neto era Presidente do PL, era Deputado, nós tínhamos relações com o PL, eu teria comparecido ao segundo também, com muito prazer. Apesar de que não é da minha natureza, como todos sabem, ir a atividades sociais, ter vida social em Brasília, freqüentar restaurantes, até pelo excesso de trabalho. O que eu gosto mesmo é de ler e de cinema.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - A última pergunta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - A última, Deputada, por favor.



A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Deputado, fique à vontade se quiser responder ou não, porque ela ficou no ar. Ela teria dito que queria deixar claro a este Conselho que o Deputado José Dirceu não gosta do Deputado Valdemar Costa Neto. Alguma vez V.Exa. teceu algum comentário à D. Christina sobre o Sr. Valdemar? Fique à vontade se merece responder ou não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, eu vou responder, porque isso... Nós precisamos ser transparentes. Eu nunca fiz nenhum comentário, até porque nunca tive nenhuma relação com a D. Maria Christina a não ser de cumprimentá-la e conversar informalmente quando a encontrei, uma ou duas vezes. Não tive relação. O Deputado Valdemar Costa Neto é que reclamava muito de mim, vamos dizer assim. Eu acho que reclamava para ela também: que eu não atendia, que eu não dava retorno, porque, realmente, depois que eu deixei de ser articulador político do Governo, eu fui me afastando cada vez mais, a não ser naquilo que é da natureza da Casa Civil, que são as decisões que eu tenho de tomar, consultando os Ministros ou o Presidente, quando for o caso, sobre os projetos que estão em decisão na Câmara. Eu parei praticamente de atender às Lideranças, os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadores. Talvez seja porque ele fazia comentários para a D. Maria Christina, apesar que eu tenho uma boa relação com o Deputado Valdemar Costa Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Com a palavra a nobre Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Obrigada. Eu fiz algumas colocações, anotei algumas coisas para perguntar, algumas eu não vou nem fazer, porque já foram perguntadas anteriormente. Mas algumas eu quero que seja reforçada a sua resposta, para poder ficar clara para nós a compreensão.

O Sr. Delúbio alguma vez conversou, pediu a sua anuência, a sua concordância, organizou com o senhor esses empréstimos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor teve conhecimento desses empréstimos?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Com exceção dos legais...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - No banco, que foi feito pelo partido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... pelo PT e foram informados ao partido e à Justiça Eleitoral, não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - No seu primeiro depoimento, o senhor referia ter se arrependido de ter ido à residência do ex-Deputado Roberto Jefferson para retirar sua assinatura. Como se deu essa visita, o que foi falado nessa conversa, como foi tratada essa questão da retirada da assinatura?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - A visita, ela se deu a convite do Líder Múcio e do Ministro Mares Guia e do Ministro Aldo Rebelo. Foi um diálogo onde nós argumentávamos que, pelas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, pelo clima político que estava se criando, a opinião nossa é que não seria necessária a instalação de uma CPI com relação à questão dos Correios.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Essa conversa... Porque, nas diversas declarações que o ex-Deputado Roberto Jefferson fez aqui ao Conselho — inclusive, foi um dos motivos do relatório do Deputado Jairo — de que ele teria feito as declarações na imprensa e tentado um acordo... Essa visita foi antes dessa tentativa de acordo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, eu não participei e não tomei conhecimento de nenhum acordo. O que eu disse e repeti depois é que, talvez — e tudo indica que sim — o Deputado Roberto Jefferson tivesse uma expectativa de que o Ministério Público e a Polícia Federal não iam investigar as denúncias de corrupção nos Correios e que o Governo teria um comportamento leniente ou omissivo e que nós — eu, no caso — pudéssemos ter alguma interferência no Governo ou na imprensa. E ele manifestou isso várias vezes. E eu já expus aqui ao Conselho de Ética o que realmente disse naquela reunião. Eu jamais insinuei ou disse que teria qualquer influência sobre a imprensa. Pelo contrário, certo? Eu deixei claro para ele que eu mesmo tinha sido, durante o ano de 2003, vítima de uma verdadeira campanha de setores da imprensa contra minha pessoa, então... e que o Governo não tinha nenhuma ascensão sobre nenhum meio de comunicação. Pelo contrário. Os meios de comunicação têm exercido a fiscalização sobre o Governo e



têm exercido uma independência com relação ao Governo total no País. Então, eu não podia me comprometer com nada. Não é crível isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Essa visita ocorreu depois do pronunciamento do Deputado Roberto Jefferson no plenário da Câmara?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Acredito que sim, não é? Porque quando ele fez o pronunciamento, ele desceu e assinou o pedido de CPI.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor colocou aqui, reiteradas vezes, que esse processo é um julgamento político pela sua trajetória de vida. A que se refere essa afirmação? Por que o senhor fala isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Eu não estou fazendo referência ao processo de per si, em si, aqui no Conselho de Ética. Eu estou dizendo o processo político que eu estou vivendo está se transformando num julgamento político, porque, se o Deputado Roberto Jefferson afirma que eu sou o chefe do mensalão, que eu sou chefe de quadrilha, isso passa a ser verdade e é tomado como verdade por vários setores da mídia. Inclusive, fazem até editoriais. E eu tenho respondido. Até respondi a um dos editoriais que, de certa forma, pedia minha cassação. Evidentemente que isso está se transformando num processo político. É como se tivesse necessidade de ter alguém culpado para pagar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas em relação à sua trajetória? O senhor referiu a isso daí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O que eu sempre digo é que o que está sendo, muitas vezes, julgado por determinados setores da Oposição e por determinados setores da mídia não é o que nós estamos discutindo — muitas vezes — e, sim, o que eu represento. Evidentemente que essa é uma afirmação que eu assumo responsabilidade por ela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O que o senhor representa?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu represento, na verdade, grande parte da história da Esquerda do Brasil — ainda que isso possa parecer falta de modéstia —, a construção do PT e a vitória do Presidente Lula, pelo papel que eu exerci nesses últimos anos no Brasil na Esquerda brasileira e no PT. E o que está em julgamento, muitas vezes, é isso e, não, o que aconteceu. Quando o Senador Jorge Bornhausen afirma que nós precisamos acabar com essa “*raça durante trinta anos*”,



o que vem embutido nesse juízo de valor, além de um juízo de valor racista porque põe a palavra "raça" e dá uma conotação racista dentro da frase — é um juízo de valor que as classes políticas assalariadas, populares, as lideranças que não tiveram origem nas elites políticas do País, não podem ascender e exercer o poder político no País. Quero repetir: isso não significa que não tenha que se apurar as denúncias, que não tenha que se julgar e que nós não temos que responder cada um pelos erros que cometeu ou pelos crimes que praticou. São coisas diferentes, sem entrar no mérito se houve ou não erro, se houve ou não crime. São coisas diferentes. Mas o processo político foi ganhando — muito setores da mídia não aceitam, mas foi ganhando — uma tentativa de desestabilizar o Governo, de dar um golpe branco inclusive, pedindo que o Presidente da República renunciasse ao direito de se reeleger ou que eu tivesse que renunciar. Eu não posso me defender, eu tenho que renunciar. Como eu não posso me defender!? Eu não quero renunciar, eu quero é me defender! Se o Conselho de Ética julgar que eu devo ser cassado, vota e propõe para a Câmara, e a Câmara decide, mas eu vou me defender até o final.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. José Dirceu, por diversas vezes, o ex-Deputado Roberto Jefferson declarou que teria falado com o senhor sobre mensalão. O senhor afirmou aqui que não é verdadeiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Não é verdade.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Inclusive ele, no primeiro depoimento que ele fez aqui na Comissão, mas ainda lá no Plenário 2, com aquela grande movimentação de gente, ele teria afirmado que, quando conversou com o senhor, o senhor bateu a mão na mesa, que questionou, que não admitia, que isso não é possível.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Bem. Se eu tivesse feito isso, é uma contradição depois ele me acusar de ser chefe do mensalão. Isso já foi inclusive destacado por vários Parlamentares. Ou uma coisa ou outra. Porque eu não posso ficar assim no País: durante 3 semanas, eu sou o responsável pelo acordo entre o Citigroup e a Previ; nas outras 3 semanas, eu sou responsável pela pressão que foi exercida sobre o Governo, sobre os fundos de pensão, a favor do Banco Opportunity; aí, na outra semana, já tem uma nova versão. Eu quero responder só pelos meus erros. Eu não quero responder por aquilo que não me diz respeito.



Senão, nós não... Essa questão do Deputado Roberto Jefferson, o Deputado Roberto Jefferson — eu digo com franqueza aos membros do Conselho de Ética — não merece nenhuma credibilidade do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, porque ele já disse e desdisse inclusive dos seus próprios companheiros. Eu me recordo do dia em que o Deputado Roberto Jefferson, de boca cheia, disse que eram todos homens probos. Depois, ele foi entregando um por um. Eu já disse isso no Conselho de Ética e sou obrigado a repetir hoje. Na última entrevista que ele deu depois da cassação, ele voltou ao assunto: que ia revelar para quem e como distribuiu os 4 milhões. Então... Estava num cofre, mas no cofre não cabe. Aí não estava no cofre. Recebeu ou não recebeu? Quer dizer, os companheiros dele, que eram probos, que eram honestos, depois participaram dos esquemas de que ele se auto-incrimina. Sinceramente, eu sei que o dever do Relator, do Presidente, dos membros do Conselho de Ética é receber a representação e investigar, apurar, fazer as oitivas, me ouvir e depois julgar com independência, mas a cada dia que passa as acusações, pelo menos no que me diz respeito, vão ficando cada vez mais frágeis. A não ser que eu seja cassado por uma suposta responsabilidade política, porque eu fui Presidente do PT, porque eu fui Chefe da Casa Civil. Então, eu estou sendo cassado porque eu sou responsável político. Mas isso — eu vou dizer — é uma aberração jurídica e política. Eu posso ser condenado politicamente pelo eleitor. Estou falando isso... Evidentemente, não quero com isso dizer que o Conselho de Ética não tenha legitimidade para tomar outra decisão. Quero deixar bem claro isso. Eu estou sendo julgado aqui. Aqui eu sou, vamos dizer assim, réu. Eu não quero me colocar noutra posição. Eu tenho humildade para reconhecer isso. Mas, a rigor, quem pode e deve me julgar é o eleitor, se eu for candidato a algum cargo no dia 1º de outubro de 2006. Se a acusação é essa... Como dentro do PT. Se a acusação dentro do PT contra mim é que eu errei na estratégia política, na linha política, na política de organização do PT, no programa de Governo, quem tem que julgar são os delegados no encontro nacional. Não pode ser um membro da... É lógico que pode ter opinião. Um Deputado, um membro da Direção pode ter opinião de que eu sou culpado. Agora, daí achar que eu tenho que me desfiliar do PT, sair de chapa, ser expulso?! De jeito nenhum! Eu não aceito isso! Eu quero ir lá debater e discutir com o conjunto, como



eu quero discutir com a sociedade do que eu sou responsável e culpado. Eu não posso ser culpado por algo que — eu reafirmo aqui — não pratiquei, não participei. Se tivesse feito, assumiria, porque é da minha natureza. Assumiria. Se eu tivesse feito, eu teria assumido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O Sr. Relator fez uma pergunta para o senhor, e eu não entendi bem a sua colocação, se foi em relação... Então, eu volto a perguntar, porque não ficou claro para mim a sua resposta. Em relação à questão do Banco Rural com o Banco do Povo, o Banco Popular, o senhor falou de qualquer relação de publicidade... Não ficou claro para mim isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, porque o Sr. Relator me questionava sobre o contrato, pelo que eu entendi, pelo que eu tenho lido na imprensa, que foi realizado entre o Banco Popular e uma das empresas do Sr. Marcos Valério, de que ele participava, a DNA, sem licitação, de 20 milhões de reais. Eu disse a ele que a CPMI, o Tribunal de Contas, o Ministério Público têm que investigar a legalidade de fazer sem licitação e se os serviços foram prestados. Se houver uma ilegalidade, uma irregularidade, eu vou reconhecer. O que eu dizia é que até agora... Precisa saber se o recurso foi... se houve algum recurso desviado, se foi para o PT, se o PT se beneficiou disso. Até agora, pelo que eu tenho lido, ouvido, estudado, pesquisado — por dever de ofício, porque estou nessa situação —, não há nenhuma prova definitiva que outros recursos, além dos recursos dos empréstimos do Banco Rural e BMG para as empresas e o repasse para o PT, tenham sido feitos, de empresas privadas, de empresas estatais, de fundos de pensão, de superfaturamento. Não tenho notícia disso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu vou voltar à questão da Deputada Ann Pontes sobre quem marcou o jantar, porque também não ficou claro, entre a afirmação dela e a sua declaração. Ela declarou que o senhor sugeriu um jantar. Mas não foi o senhor que pediu o jantar?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem, eu posso ter sugerido o jantar, eu posso...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer, o banco solicitou uma agenda e sugeriu o jantar?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu li a nota que a própria instituição emitiu no dia em que a D. Renilda Souza prestou depoimento, a convite do banco. Eu posso ter pedido o jantar e, depois, o banco ter me convidado. Realmente não acho isso relevante, agora...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputada Angela, posso fazer um questionamento? V.Exa. lembra da pauta desse jantar? Porque se foi pedido por V.Exa. ou pelo banco, o que seria a tratativa?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nós conversamos basicamente sobre a economia brasileira, sobre o Governo, sobre os rumos do País, basicamente sobre isso, e houve, se me recordo bem, menção à questão do Banco Mercantil de Pernambuco, eu apenas ouvi. Se não estou enganado, foram esses dois temas basicamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas só para concluir, não houve uma agenda específica?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não, não tinha uma agenda específica.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não foi marcada para discutir tal assunto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não tinha uma agenda específica. Eu quero fazer só uma retificação, porque eu usei, senão me engano, a expressão “desmentiu”, quando eu falei, na vez passada, sobre esse tema. Não estou querendo desmentir a D. Kátia Rabello, porque eu li o depoimento dela, e essas questões depois de dois anos... Nós podemos nos enganar, quem marcou, quem não marcou. Não estou querendo desmentir. Pelo que eu me recordo, pelo que eu tenho, esse jantar... eu fui a convite do Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Essa dúvida surgiu mesmo, Deputado José Dirceu, porque a Sra. Kátia Rabello disse aqui que esse convite foi marcado a pedido do Banco Rural, agendado pelo Sr. Marcos Valério. E ela disse mais: que foi para tratar... o motivo da audiência teria sido para tratar do Mercantil de Pernambuco, o que só foi tratado ao final — o termo que ela usou: “*tratamos de pessoalidades, e ao final*, en passant, citou a questão”. Quer dizer, marca-se uma audiência ou agenda-se para depois ao final, *en passant*... Conforme V.Exa.



confirmou aqui, não chegaram a conversar efetivamente sobre o motivo da audiência marcada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Só para terminar, eu queria sugerir que o Sr. Presidente — eu não sei se já foi — apensasse os diversos depoimentos que foram citados pelo Deputado José Dirceu a esse processo com representação contra o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Defiro o requerimento de V.Exa.

Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nobre Presidente, nobre Relator, nobre Deputado José Dirceu, senhores advogados, nobres colegas, eu inicio sugerindo que o nobre Relator possa considerar a inquirição feita ao nobre Deputado José Dirceu no processo Roberto Jefferson e na parte em que eu fiz mais de 30 questionamentos. Creio que pode ser útil para a elucidação de fatos.

Com base na representação do PTB, eu inicio por aqui, com duas afirmações da representação contra V.Exa., dizendo que, em conluio com o Sr. Delúbio Soares, levantou fundos junto ao Banco Rural e ao BMG, com a finalidade de pagar Parlamentares para que, na Câmara dos Deputados, votassem projetos em favor do Governo. O que V.Exa. responde sobre isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu nego, e o Sr. Delúbio Soares nega, e os bancos negam, e nem a D. Renilda Souza nem o Sr. Marcos Valério afirmam. O que o Sr. Marcos Valério diz é que o Sr. Delúbio Soares disse a ele que eu tinha conhecimento, que é bem diferente de levantar. Mas o Sr. Delúbio Soares nega isso também. Evidentemente que eu nego ter levantado os recursos e, muito mais, que tenha... Aliás, nunca o Sr. Marcos Valério e a D. Renilda Souza afirmaram que esses recursos foram tomados emprestados para outra finalidade que não serem transferidos para o PT, para campanhas eleitorais. A D. Renilda Souza jamais afirmou isso. E o Sr. Marcos Valério também jamais afirmou que era para pagamentos a Deputados, como diz a petição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Na própria representação, há manchetes de jornais de grande circulação dizendo: *“Dirceu sabia dos empréstimos, diz mulher de Valério”*; *“Dirceu sabia de empréstimos ao PT, diz Renilda”*; *“Mulher de*



Valério liga Dirceu a empréstimos”. São manchetes de jornais de grande circulação. Mesmo que nos depoimentos que existem disponíveis, o Sr. Marcos Valério ou a Sra. Renilda tenham declarado que V.Exa. sabia dos empréstimos, como V.Exa. responde a essas afirmações?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eles afirmam que o Delúbio Soares disse a eles que eu tinha conhecimento dos empréstimos, e o Delúbio nega. O Delúbio Soares nega.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu confesso que eu não li os depoimentos deles dois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu, por dever de ofício, li todos os depoimentos, inclusive...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E não há afirmações deles próprios dizendo que V.Exa. tinha conhecimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Sr. Marcos Valério inclusive deixa claro que eu jamais discuti, conversei com ele sobre assunto de empréstimos, de dívidas do PT e jamais dei qualquer aval a ele. Aliás, o Sr. Marcos Valério nunca conversou comigo, até hoje, pessoalmente, sozinho, eu e ele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. foi o coordenador-geral da campanha presidencial e Presidente do PT. E os acertos financeiros não passavam por seu crivo, como coordenador-geral da campanha?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem, os orçamentos da campanha, as despesas gerais, o andamento geral da arrecadação da campanha passavam, mas o dia-a-dia das finanças da campanha, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E os entendimentos do PT com o PL para ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, o entendimento do PT com o PL, eu já declarei aqui que eu participei da reunião, da citada reunião na casa do Deputado Paulo Rocha, mas não participei — e tanto o Delúbio Soares como o ex-Deputado Valdemar Costa Neto confirmam isso —, não participei da parte do acerto com relação às finanças. O que ficou acertado é que da arrecadação total da campanha, por causa da verticalização e da coalizão de Presidente e de Vice-Presidente e da campanha dos Deputados nos Estados onde estavam os



coligados e onde a verticalização levou o PL a sair sozinho, haveria uma, um... as despesas seriam compartilhadas com recursos do comitê.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Vou fazer uma pergunta que pode ser um pouco até impertinente, mas pergunto a V.Exa.: houve recurso de caixa 2 para a campanha presidencial?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Categoricamente não?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nós prestamos conta à Justiça Eleitoral da campanha do Presidente Lula. E o Sr. Delúbio Soares já afirmou nas CPIs que dívidas de campanha estaduais levaram ao pagamento, no ano de 2003, de dívidas de campanhas estaduais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado Jairo Carneiro, Deputado José Dirceu, V.Exa. afirmou aqui, quando eu lhe perguntei, que não teve participação na celebração do contrato ou do acordo financeiro com o publicitário Duda Mendonça.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. afirmou também aqui agora ao Deputado Jairo que dos acertos gerais V.Exa. participou.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu queria que deixasse claro isso só para não pairar dúvidas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. São acertos gerais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. não participou do acerto com o publicitário Duda?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não participei de Duda Mendonça e não participei de acertos gerais. O que eu disse é que, numa campanha eleitoral, o comitê da campanha recebe informes 15 dias, 20 dias, como é que está a situação geral da campanha, em todos os aspectos e, também, no financeiro. Mas não detalhes, não de onde veio o recurso, quem fez doação, se tem dinheiro, se não tem, como é que está a campanha, como é que está a campanha em termos de viagem, em termos...



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quanto o publicitário teria cobrado... isso não?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. fez algumas afirmações...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Aliás, o Duda Mendonça afirmou isso também na CPI dos Correios, onde ele depôs, que eu jamais discuti com ele ou participei de qualquer atividade com relação às finanças, particularmente depois que deixei a presidência do PT.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. fez algumas afirmações aqui e, a tempo, corrigiu. E eu queria realçar, porque considero relevante a correção de V.Exa. Porque, inegavelmente, esse é um processo eminentemente político, porque corre no Conselho de Ética e também acontece no plenário da Casa. É o seu caráter, a sua natureza, claro que de forma responsável. Não é um tribunal de exceção. V.Exa., de algum modo, faz comentários sobre a mídia, sobre a imprensa em geral, que, muitas vezes, atua como partido político. Atua hoje como atuou no passado, como atuou em favor do *impeachment* do ex-Presidente Collor. Também fez o seu papel, com toda a liberdade que é assegurada na Constituição. E foi benéfico isso para a Nação e para o PT também. Então, é bom deixar muito claro que é um papel reservado à imprensa, que devemos preservar e enaltecer. E creio que V.Exa. também comunga desse sentimento. Se quiser comentar alguma coisa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu respeito a opinião do Deputado. Eu acredito que — já disse aqui — neste momento uma parcela significativa da mídia construiu uma versão para a crise. Existem leituras diferentes para essa crise. De direita, de esquerda. Existem leituras de diferentes setores da sociedade. E também há muitos interesses em jogo e uma disputa pelo poder. Evidentemente que seria ingenuidade nossa não reconhecermos isso. Mas eu respeito a opinião do Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. também merece a nossa saudação no instante em que reconhece a legitimidade do Conselho e o seu trabalho impessoal e imparcial. Eu acho que é muito bom deixar isso patente por parte de V.Exa., porque a sociedade está acompanhando, sabe a responsabilidade



que pesa nos nossos ombros. Em primeiro lugar, nos ombros do nobre Relator, para que não cometamos injustiças nem sejamos coniventes com a impunidade.

Eu creio que estarei concluindo para indagar se V.Exa. considera que Deputado Federal, nomeado Ministro de Estado, está sujeito à observância do disposto no art. 54 e suas alíneas, quando diz:

“Art. 54. os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a- firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b- aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a - ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b - ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis, ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a.

c - patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a.

d - ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.”

Eu indago se V.Exa. considera que, mesmo tendo sido nomeado para cargo de Ministro de Estado, está sujeito à observância do disposto nesse artigo que eu li, o 54 da Constituição Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - É o que está na Constituição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Exatamente. Concorda V.Exa.?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - É o que está na Constituição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. Eu estou fazendo uma indagação objetiva a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - É o que está na Constituição. Está escrito na Constituição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. V.Exa. por acaso recebeu algum valor de qualquer órgão ou empresa, entidade estatal, além do subsídio que está garantido como um dispositivo expreso na Constituição como opção?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Recebi como membro do Conselho de Administração da PETROBRAS, como recebeu o Senador José Jorge quando foi Presidente do Conselho de Administração, enquanto Ministro, de uma das principais empresas elétricas do País. Essa é uma questão que entendo que só pode ser dirimida pelo Supremo Tribunal Federal. Não considero que infrinja o dispositivo da Constituição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu respeito o ponto de vista de V.Exa. e digo que eu não tenho juízo formado a respeito, mas o artigo subsequente faz remissão ao 54 dizendo que, objetivamente, qualquer infringência ao disposto no 54 sujeita o Parlamentar a processo por falta de decoro. Mas esta é uma leitura que eu faço, respeitando a de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Edmar Moreira.

Deputado Edmar Moreira. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, só para dar uma informação com relação a minha agenda: dia 6 de agosto, em Belo Horizonte, era uma agenda acompanhando o Presidente da República sobre a Olimpíada do Conhecimento, se não me engano do SESI, que estava sendo realizada na cidade de Belo Horizonte, e eu fui acompanhando o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está respondido à Deputada Ann Pontes e à Deputada Angela.

Então, com a palavra o Deputado Edmar Moreira, por favor.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente Izar, Sr. Relator Júlio Delgado, meu conterrâneo, Sr. Deputado José Dirceu, Srs. Conselheiros, Sras. Conselheiras, demais presentes, eu, como sempre, Sr. Presidente, vou acumular meus créditos aí no banco de minutos desta Presidência. Vou ser absolutamente objetivo.

Eu já tenho o meu juízo formado — já tenho —, a não ser que surja um fato absolutamente novo e inusitado acerca da participação ou não de S.Exa., o Deputado José Dirceu, nesses acontecimentos que lhe são imputados, dos quais ele é acusado.

Nós tivemos oportunidades de ouvir a defesa do Deputado José Dirceu, se não me engano, na CPMI dos Correios, na Corregedoria. O Deputado já esteve neste Conselho de Ética, está voltando novamente e deverá fazê-lo por ocasião da leitura do relatório e do voto. Deverá também estar presente. Então, sobejamente nós já temos condições de fazer essa avaliação, como eu disse no início, a não ser evidentemente que surja um fato novo. Eu tenho para mim que os demais Conselheiros e Conselheiras também já devem tê-lo, e quem não o tem já está com o juízo prestes a ser formado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - *(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

Por favor, eu gostaria que fechasse a porta do plenário.

Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Seria subestimar o depoente, o Deputado José Dirceu, se nós ficássemos repetindo essas perguntas que já lhe foram feitas. E até o Deputado Jairo Carneiro teve ocasião de solicitar ao Relator que fizesse juntada das perguntas que ele fez quando aqui da vinda de Roberto Jefferson relativamente à atuação do Deputado José Dirceu. Então, isso está sobejamente provado e comprovado. E creio que o repertório de perguntas e indagações, pelo menos no que me diz respeito, está absolutamente esgotado. Mas eu me permito, meu caro Deputado José Dirceu, fazer se não uma indagação, mas uma leve consideração porque... O senhor alega que não tomou conhecimento de toda essa movimentação financeira que Delúbio fez durante a campanha de 2003, durante o ano de 2004; que o senhor não tinha acesso a essa parte administrativa



do PT; que suas funções e suas incumbências junto à então Casa Civil não lhe davam tempo para isso e, com certeza também, a seu juízo, não era de sua competência, tendo em vista que o senhor se encontrava licenciado como Deputado e exercendo a função de Ministro de Estado. Lá em Minas — o senhor também é mineiro — tem um ditado que diz o seguinte: não se tira leite da pedra. Muito difícil. É muito difícil. E eu respeito as suas negativas, e todos nós temos que respeitá-las, por que não? E vai ficar a juízo de cada um se elas são verdades ou se são inverdades. Mas é um direito que o senhor tem, como representado e, acima de tudo, como cidadão, de negá-las. E ainda mais se o senhor não participou dessas imputações que lhe são atribuídas.

E, para encerrar a minha breve fala, eu fui questionado outro dia, em Minas, quando o então Deputado Roberto Jefferson esteve neste Conselho de Ética, em dado momento do seu parlatório, do seu palavreado, ele virou para S.Exa. e disse que, às vezes, o senhor o movia, o instigava a alguns institutos selvagens. Muito bem. E eis que, de repente, ele retira a representação que fez contra V.Exa. neste Conselho de Ética. Então, na imaginação, no entendimento do espectador, do público, do povo brasileiro, com muito propósito fica aquela indagação: será que houve alguma tratativa? Por que, depois de um duelo tão ferrenho, tão perspicaz de trocas de idéias, de acusações e de fatos, eis que, sem se disparar um único tiro, um dos contendores sai da pista, desiste e fica o dito pelo não dito? Então, era a única pergunta que eu ia lhe fazer: se houve algum contato com V.Exa., se houve, me permita — não estou afirmando —, alguma tratativa, não estou afirmando, é uma indagação, no sentido para que ele retirasse a sua representação que, com certeza, de certo modo, isso pode, se não robustecer a sua defesa, para dizer que realmente quem representou contra V.Exa. não tinha certeza daquilo que estava fazendo, ou se arrependeu não sabemos por que razões.

Então, são apenas essas as minhas considerações, Sr. Presidente, Sr. Relator. Encerrando com as palavras que eu iniciei, eu já tenho, absolutamente, o meu juízo formado acerca — agora vou inverter — de sua culpa ou de sua inocência, relativamente ao que lhe é imputado. E, com certeza, a não ser que surja um fato absolutamente novo e inusitado, eu posso fazer um outro juízo, evidentemente sem a pretensão de ser um julgador, de julgá-lo ou de formar



qualquer juízo precipitadamente a seu respeito. São essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado. Deputado José Dirceu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não e não.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - A pedra é mais dura do que eu imaginava. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, nobre Deputado Relator, Júlio Delgado, colegas Deputados e Deputadas, senhores advogados, Deputado José Dirceu, eu tenho 10 anos mais que V.Exa. na vida universitária e na vida da política universitária. Eu era Presidente da União Metropolitana dos Estudantes e V.Exa., bem mais adiante, foi Presidente da UEE de São de Paulo. Eu convivia na política da UNE à época de Milton Coelho da Graça, José Batista de Oliveira, Marcos Heusi Neto, o Givaldo, Lúcio de Abreu. E por isso mesmo, quando voltei para o interior do Brasil, nunca me despreguei das notícias estudantis, principalmente depois de 1964, quando eu fui atingido também, de forma criminosa, pelo golpe de Estado, naquela ocasião, e pude perceber a vida que estariam e que estavam levando aqueles companheiros que me sucederam nessa briga. Nós nos encontramos aqui, para satisfação minha, em 1991. Foi o primeiro mandato. De certa forma ainda apenas como um político provinciano, mas pelas suas auréolas, a sua história, que, de certa forma, naquele período turbulento, inveja tinha dela, eu não pude me aproximar mais, evidentemente, até pelo seu comportamento de preservação por tudo aquilo que tinha passado. Aliás, essa anatomia de V.Exa. política foi bem descrita aqui pelo Fernando Moraes e, sobretudo, pelo Aldo Rebelo. A minha participação nesse episódio... Eu só tenho uma dúvida nesse processo de V.Exa., que é a preliminar — que aliás não é a questão para se discutir agora, vou fazê-lo com seu advogado, mais tarde —, da incompetência do Conselho de Ética para o seu julgamento. Eu digo que, quando o Presidente Lula assumiu e que V.Exa. foi nomeado Chefe da Casa Civil, comecei a perceber algumas coisas que não se encaixavam na sua história e na história de certos companheiros com mandato e



circunstancialmente na chefia, no comando dos partidos políticos. Eu fiz essa indagação ao Deputado Chinaglia.

Eu queria saber como é que V.Exa., com essa vocação enorme de articulador, de coordenador, no momento maior da sua vocação, no momento culminante, quando estava coordenando um Governo politicamente para dar condições, dentro da Câmara Federal, foi se aproximar de certos Deputados, de certos “companheiros” — entre aspas —, que V.Exa. sabia muito bem da sua formação, das suas condições morais para exercitar o comando de partidos políticos dentro desta Casa. E isso é evidente, porque nós aqui sabíamos e sabemos — como V.Exa. sabe — quais são os bons, quais os imaculados, quais os que têm mãos limpas e aqueles que têm facilidade enorme para ingressar numa sociedade de celerados.

E, justamente no momento que V.Exa. era o coordenador político de um Governo que por 25 anos — e V.Exa. também era responsável por isso — tinha pregado tanta ética, tinha pregado tanta moralidade, tinha pregado tantas condições para que os brasileiros acreditassem na evidência de um partido chamado Partido dos Trabalhadores, e de repente degrada-se com uma escolha sem nenhum outro pensamento, a não ser aquele de se apossar do poder pelo poder.

Não é ironia, não é idiosincrasia da minha parte, mas aquele episódio do relato do relógio Rolex — que aparentemente é uma piada — era uma demonstração, um sinal evidente de que alguma coisa de falso estava acontecendo; alguma coisa iria acontecer dentro do Poder do Estado. V.Exa. estava acertando com pessoas conhecidas de todos: um, vinculado a um processo criminal no Supremo Tribunal Federal por crime contra o Sistema Financeiro Nacional, que na realidade só não foi desatado pelo Judiciário porque a impunidade da chamada imunidade parlamentar o blindava. Mas V.Exa. tornou-se inclusive comensal deles. V.Exa. participava desse processo, que chegou à culminância de perigar a estabilidade do Estado.

Como é que V.Exa. armou isso? Como é que se criaram aqui dentro do Parlamento cloacas para a colocação de dejetos políticos em nome de uma governabilidade que eu chamo de amor remunerado?



Qual é a participação de V.Exa. nesses episódios? Será essa a minha única pergunta, para que possamos entender a engenhosidade de um fato que poderia ser culposo, mas que se excedeu e tornou-se, por isso mesmo, excesso culposo, em função daquilo que hoje, desastradamente e de forma desalentada, estamos tocando como se fôssemos aqui dentro do Congresso Nacional uma grande delegacia de polícia. É isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Muito obrigado, Deputado Nelson Trad. Nós não escolhemos os Líderes e os presidentes dos partidos, nem escolhemos os Deputados e Deputadas. Quem escolhe é o eleitor. O Presidente Lula foi eleito com três vezes mais votos que o voto parlamentar do PT. Portanto, ele tinha duas opções: fazer um Governo de unidade nacional, com o PSDB ou com o PFL, ou fazer uma aliança com os partidos que o haviam apoiado no primeiro e segundo turnos — no primeiro turno os partidos que o haviam apoiado, e, no segundo, a coalizão que apoiou o Ministro Ciro Gomes, que já o apoiou no segundo turno. Nós compusemos o Governo, o Ministro Mares Guia foi para o Ministério do Turismo e o ex-Senador Carlos Wilson para a INFRAERO, e, do Partido Liberal, o ex-Deputado e hoje Prefeito de Uberaba, Anderson Aduato, para o Ministério dos Transportes, com a participação do PL e do PTB. O PP, que já participava do Governo anterior, apoiou, no primeiro ano, o Governo, sem uma participação em nível ministerial, ainda que tenha mantido algum nível de participação que tinha no Governo anterior. Durante o exercício da articulação política do Governo e do cargo de Ministro de Estado, eu nunca negocie nada com as lideranças partidárias ou com os presidentes de partidos que não fosse ético. Eu não participei — se houve — de nenhuma negociação de transferência de recursos para Parlamentares. Nenhuma! Nem para os partidos, porque eu já não era mais Presidente do PT, não era Tesoureiro do PT, não vivia a vida política do PT. As alianças foram feitas a partir da realidade parlamentar e da necessidade de ter governabilidade e de ter maioria na Casa. Elas não foram feitas em cima ou a partir de esquemas de corrupção. O Governo nunca pactuou, nunca permitiu, nem nas nomeações nem no exercício dos cargos de Ministro, de presidente ou de diretores de empresas ou de autarquias ou nos Ministérios, com qualquer ato de corrupção. Pelo contrário, o Governo sempre adotou medidas contra isso, e eu entreguei para o Conselho de Ética o relatório da



Casa Civil de todas as notícias de denúncias que chegaram à Casa Civil e que foram encaminhadas para o Ministério Público, para a CGU ou para o Tribunal de Contas. O Governo inclusive fortaleceu os controles internos, e eu, particularmente, na Casa Civil, fortaleci o SICET, que é o sistema de controle do Palácio Planalto, como existe em alguns outros Ministérios — infelizmente não existe em todos no Brasil. As minhas relações com Parlamentares, sejam eles líderes ou presidentes de partido, sempre foram institucionais. Eu nunca tive relações de caráter social e de caráter pessoal. Sempre tive relações de caráter institucional. E já disse e já repeti: o Deputado Roberto Jefferson nunca me chamou de Zé, nem de Zé Dirceu; sempre me chamou de Ministro. Eu nunca tive relação com ele que permitisse que ele me chamasse assim e nunca tratei com ele nada que não fosse do interesse público e que não fosse relacionado com projetos, com emendas parlamentares, com recursos, com orçamento dos Ministérios. Ele afirma que eu tratava, mas não é fato. Então, eu não posso concordar que o Governo tenha permitido — porque o Governo não permitiu; eu, como Ministro, não participei e não permiti — a montagem de nenhum esquema de mensalão ou qualquer que seja aqui na Câmara. E muito menos que nós nomeássemos e permitíssemos que alguém capturasse determinados órgãos públicos para levantar recursos para partido, para campanha ou para a compra de Parlamentares. Eu jamais permiti a nomeação de quem quer que seja que não tivesse — tudo era verificado na Casa Civil — bons antecedentes, que tivesse sido condenado ou que não tivesse qualificação técnico-profissional. Podemos ter cometido erros, até porque um dos principais personagens da história era funcionário de carreira dos Correios, como nós temos casos em outras instituições em que os funcionários de carreira também praticam atos de corrupção. Não diria que havia e há no Governo uma vocação de poder pelo poder. Não. Nós exercemos o Governo para cumprir um programa e estamos cumprindo esse programa. Pode-se concordar ou não com o programa, com as medidas que o Governo vem adotando no País, os resultados dela na área social, econômica, política, mas o Governo tem um programa e está implantando esse programa. Os partidos políticos que apoiaram o Governo no primeiro turno são o núcleo desse programa porque construíram esse programa, apoiaram Presidente. Os que apoiaram no segundo turno podem ter concordância com aspectos desse programa



e votar no Congresso Nacional contra muitas propostas do Governo. O senhor chama a atenção para um episódio. Eu posso lhe assegurar que eu sempre me preservei e sempre mantive as relações dentro de um padrão ético, um padrão de discricção, certo, independente de ter acontecido ou não o incidente do relógio Rolex, que eu sabia, e já tinha tomado a providência de doar, porque eu não podia receber, certo, e já tinha tomado. Doei. Depois, se descobriu que era falso, que era falso, não é? Isso mesmo. Que era um relógio... Uma imitação, certo? O PTB depois fez a doação de um relógio Rolex verdadeiro à entidade à qual eu havia doado o relógio, certo?

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Mas sabe o que acontece? Esse arrependimento não foi eficaz.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não diria...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não o seu.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não o seu. A forma de dar outro verdadeiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu, na verdade, fui mais vítima do que ator nesse caso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Eu concordo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Então, Deputado Nelson Trad, eu compartilho da indignação do Deputado e sei que nós vamos responder por isso. Mas quero lhe dizer que nunca houve da parte do Presidente da República, dos Ministros, da minha parte, qualquer conivência, qualquer omissão com relação a qualquer ato de corrupção ou qualquer omissão ou participação em qualquer articulação para nomear quem quer que seja, adrede preparado. Pelo contrário, eu sempre me opus. E uma das razões, uma das causas do aumento do conflito entre eu e o Deputado Roberto Jefferson, do desgaste, certo, entre eu e ele, e uma das causas para justificar o que ele fez comigo é a minha resistência e minha oposição a muitas investidas que ele fazia para nomear determinados cargos ou capturar determinadas empresas. E também a minha constante posição de vigilância e de denúncia de qualquer ato que atingisse a probidade administrativa e o interesse público. Tenho certeza de que é por isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Vou terminar. Apenas para concluir, não seria essa a forma, e nem eu estou utilizando, com razoabilidade, o papel que neste momento faço aqui como membro do Conselho. Mas é a oportunidade que eu tenho, Deputado José Dirceu, de dizer a V.Exa., talvez eu gostaria de dizer, num ambiente mais livre um pouco, em termos até coloquiais, eu diria, que, pela admiração e pela representação de inteligência que V.Exa. goza — com razão e com justiça —, eu não admito e não admitiria nunca que o Deputado José Dirceu, na coordenação política de um Governo, que, por 25 anos, aspirava a isso tudo, não tivesse percebido que a ELETRONORTE, que o IRB, que diretorias dos Correios, uma gama de recursos que o PTB... E me desculpe o Presidente, os outros demais membros aqui, mas está falando a própria insatisfação de quem, por muitos anos, exerceu a qualidade de filiado a ele. Na verdade, não merecia naquela circunstância, naquele momento. Eu diria a V.Exa. que não é idiosincrasia nem frustração transformada, num momento como este, como satisfação primária de quem tem desalentadoramente o desprazer de ver um partido terminando dessa forma. E uma carreira tão grande e maravilhosa como a sua posta hoje perante a opinião pública, porque o grande algoz de V.Exa. hoje chama-se mídia, que é uma ditadora que na realidade nos amedronta e nos tem como suspeitos num ato como esse.

Era isso o eu que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, pela oportunidade, Deputado Nelson Trad, eu, até por dever de ofício, pela minha formação, não posso deixar de passar — até porque eu tenho que prestar contas a este Conselho de Ética — o seguinte: a raiz do conflito é exatamente porque nós não permitimos a nomeação de duas diretorias nos Correios. Inclusive, não permitimos a nomeação de um Presidente do IRB. Nós fomos até nomear um Presidente, que depois resistiu à investida do Deputado Roberto Jefferson. E da ELETRONORTE, ele disse já aqui, ele disse aqui, da ELETRONORTE, que a Ministra Dilma teria colocado um diretor financeiro. Disse, reclamou, protestou, que não deixava ele fazer o que ele queria. Isso foi dito. Então, o que eu posso dizer para V.Exa. é que o Governo sempre foi cioso de ter controle sobre as empresas. Aliás, ele reclama disso. Lógico que ele



fala que é o PT, que o PT não queria partilhar o Governo com os outros partidos. Mas isso não é verdade. O PT partilhou o Governo com os outros partidos. Aliás, nós temos 7 Ministros sem partido nos principais Ministérios do País, começando pelo Banco Central, pelo Ministério da Indústria e Comércio, pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério de Relações Exteriores, pelo Ministério... Falei da Indústria e Comércio. Tem mais Ministérios com Ministros sem partido. Ministérios que são fundamentais para o próprio funcionamento do Governo. Então, eu faço questão de responder ao Deputado Nelson Trad, primeiro, porque eu tenho que me defender não por ação, mas por omissão — porque eu posso ter me omitido. Nunca me omiti, sempre estive preocupado em que as empresas públicas e os Ministérios tivessem uma composição e os membros indicados tivessem uma qualificação técnico-profissional e tivessem antecedentes à altura daquele cargo. E que o Governo, nas diretorias de operação e planejamento, nas diretorias financeiras ou nas presidências, tivesse controle sobre o que acontecia nas empresas. Quero dizer a V.Exa. que na ELETRONORTE, no IRB e na Empresa de Correios e Telégrafos precisa ficar provado que houve alguma ação de corrupção, de subfaturamento, de direcionamento de licitação com a participação do Governo — porque pode ter havido procedimentos ilícitos. Eu quero saber se o Ministro, se o Presidente da República, se a Casa Civil, se o núcleo do Governo, se houve... Porque o que se passou para o País é que há um sistema, que houve uma montagem, é como se o Governo todo tivesse afundado na corrupção. E eu não posso aceitar isso. Na Empresa de Correios e Telégrafos... No IRB, por exemplo, surgiram uma série de denúncias, mas surgiram denúncias do Governo anterior também, de 200 milhões de reais de prejuízos. Na Empresa de Correios e Telégrafos, nesta semana, nos jornais, há denúncias com relação a este Governo e ao Governo anterior. Isso não quer dizer que o Presidente da República anterior e este, que o partido anterior e este, que os Ministros do núcleo do Governo anterior e este formem uma quadrilha, como falam muitas vezes Deputados da Oposição com a maior desfaçatez. E o Ministro Gushiken respondeu ao Deputado, se não me engano, Eduardo Paes, quando ele falou que se tratava de uma quadrilha... Onyx Lorenzetti, que se tratava de uma quadrilha. Lorenzoni. (*Risos.*) Hoje eu não estou no meu forte para nomes. Então é isso. Desculpe-me, Presidente, pela oportunidade, porque eu não deixarei



nenhuma questão sem resposta neste Conselho, nesta Câmara dos Deputados. Porque eu, quero repetir, não participei, não fui conivente, não fui omissivo, não prevariquei frente a nenhum ilícito, nenhuma irregularidade. Toda vez que me chegou ao conhecimento, eu mandei tomar providências. E nunca permiti a nomeação de ninguém se houvesse uma informação que desabonasse técnica e profissionalmente, ou do ponto de vista da probidade administrativa, aquele cidadão que estava sendo indicado. Daí a raiz de muito conflito que eu tenho e muito problema que eu tenho hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria de suspender a sessão por 5 minutos e voltaremos. Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Está reaberta a reunião.

Por favor, peço silêncio ao plenário.

Com a palavra o nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado José Dirceu, ex-companheiro de partido, vou começar pelo fim. V.Exa. disse que recebia — e o relatório da Casa Civil atesta isso — muitas denúncias de possíveis desmandos e corrupção em alguns órgãos públicos, como é sistêmico no Brasil — Correios, IRB. Eu percebi aqui que o DENIT — Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte perfila, aqui, talvez, a primazia, a liderança dessas denúncias que a Casa Civil recebia e encaminhava ao Ministério dos Transportes, com pelo menos dez denúncias. A Casa Civil se contentava em encaminhar para o próprio Ministério? Tinha algum retorno? Isso implicou destituição de alguém? Ou a relação política, que é muito cobrada, acabava fazendo com que não se pudesse ir muito a fundo? O seu acusador, ex-Deputado Roberto Jefferson, cunhou uma frase que é exemplo do dito pragmatismo político, espúrio, a meu ver: *“Eu não denunciei nada, porque em política a gente tenta ajeitar as coisas até quando não dá mais.”*

V.Exa. faria uma revisão, hoje, diante dessa situação em que a gente se encontra, inimaginável, de que essa contemporização, com uma série de denúncias,



de que o simples encaminhamento, sem tomar uma posição mais firme — quem sabe, para não contrariar um partido da base aliada —, teria sido equivocado e acabou gerando uma situação até de refém e de uma cumplicidade que poderia gerar essa situação que acabou sendo gerada?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Chico Alencar, meu companheiro de Parlamento... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - A vida é assim. Veja bem, eu nunca deixei de encaminhar uma denúncia ou de tomar as providências por causa de problemas de aliança política, aliança de Governo. A denúncia chegava, eu encaminhava. Evidentemente que o Ministério Público, a Controladoria e o Tribunal de Contas são responsáveis pela apuração, não é a Casa Civil — até porque eu nem poderia fazê-lo. Já me acusam de fazer o que eu não faço. Imaginem se eu começasse a investigar dentro do Governo. Já fui responsável pela ABIN, pela Polícia Federal e não sei mais pelo quê. Não posso fazê-lo. Funcionalmente, eu estaria cometendo uma ilegalidade. No caso do Ministério dos Transportes, eu quero, por dever de ofício e para não cometer injustiça, dizer que no nosso Governo, inclusive a imprensa noticiou, só num caso que fizemos a revisão dos contratos, fizemos toda... a economia foi de dezenas de milhões de reais. No caso das concessões que foram anuladas no Governo anterior, o processo foi todo anulado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, nós reabrimos todo o processo. E houve uma atenção especial para todos os contratos do Ministério dos Transportes, porque o Ministro Alfredo Nascimento o fez, com cuidado, junto com o Tribunal de Contas da União. Nós conseguimos economizar muitos recursos. Então, eu nunca deixei de fazer nenhuma investigação ou de encaminhar, quando era atinente à Casa Civil, para os órgãos competentes casos de questão de cumplicidade ou problemas de aliança política. Simplesmente, se chegava uma denúncia, mandava apurar. E havia sempre uma preocupação em comunicar aos órgãos responsáveis e acompanhar. Nunca houve uma atitude de desdém. Não é mais minha obrigação. O que eu não podia fazer era investigar.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Algum Parlamentar, o próprio ex-Deputado Roberto Jefferson, em algum momento, chegou a reclamar, procurar a Casa Civil para dizer que estava havendo uma pressão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR – ... uma investigação indevida...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR -... ou pedir alguma facilidade?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, retornando cronologicamente, eu vi que na sua entrevista à *Folha de S.Paulo*, neste domingo, V.Exa. disse que teve um primeiro momento em que chegou a pensar em colocar o cargo de Ministro à disposição: foi quando do episódio Waldomiro Diniz.

V.Exa., à época, disse que logo, brevemente, “*colocaria os pingos nos is*”. Essa frase também ficou famosa. O que seria isso? Foi uma frase de efeito. V.Exa. reconhece?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Foi uma frase de efeito. Primeiro, eu quero repetir aqui no Conselho de Ética e para o País que o Sr. Carlos Cachoeira, quando depôs na CPI dos Bingos, disse e repetiu — é bom lembrar a todos que foi ele quem fez a gravação, ele quem acusou o Waldomiro Diniz — que jamais o Waldomiro Diniz falou em nome da Casa Civil, em meu nome, ou do Governo. Jamais. E lembrar que os fatos ocorreram no Rio de Janeiro, antes do Governo do Presidente Lula. Os fatos da gravação. A LOTERJ é uma empresa estadual, do Governo do Rio de Janeiro. Não é do Governo Federal. O Lula não era Presidente da República, eu não era Ministro, porque o País, no nível de informação que tem, acredita que foi no Governo do Presidente Lula e que era algo feito dentro de organismos do Presidente Lula. É só fazer uma *enquête* que se chega a essa conclusão. Eu coloquei o cargo à disposição por dever de ofício. É evidente que eu tinha que colocar para o Presidente o cargo à disposição. Coloquei o cargo à disposição. Mas, acredito — tanto que vieram a público as denúncias que envolveram, se não me engano, o ex-Procurador da República, Dr. Santoro, a fita, que foi tornada pública, da forma como ele conduziu a investigação, com o objetivo dirigido para me atingir e atingir o Governo; a fita de *per si* fala, é uma prova



irrefutável, porque é ele falando, e depois, também, com o depoimento do empresário Carlos Cachoeira — que estão mais do que colocados os pingos nos is. Eu acredito que paguei — para usar uma expressão popular — o maior mico da minha vida com esse assunto, porque não tive nenhuma participação. Nenhuma, porque foi na LOTERJ, no Rio de Janeiro. E com relação à GETEC — as relações do Sr. Carlos Cachoeira, Waldomiro Diniz com a Caixa Econômica Federal —, eu não tive nenhuma. Até hoje não está provado que a Caixa Econômica teve alguma. E há um inquérito, que eu não sei por que não oferecem denúncia ou não arquivam — e eu não consigo entender, porque já faz um ano e meio que está com o Ministério Público Federal —, e sequer sou citado. O Deputado Carlos Sampaio fez uma representação — eu li o depoimento de todos — no Ministério Público. Eu não fui citado, não fui ouvido. Não sei se ela foi arquivada ou se ela existe, mas eu não fui citado. Acho que não fiz improbidade administrativa alguma, porque jamais soube das atividades do Sr. Waldomiro Diniz. Jamais permitiria. Pelo contrário, teria posto um fim a elas. E o Governo e a Caixa Econômica Federal, no caso da GETEC, resolveram um problema grave que o País tinha, porque a GETEC tinha o monopólio desde o Governo anterior. Essa empresa foi criada no Brasil com outro nome. O primeiro Presidente do Conselho Administrativo dela foi o ex-Senador, ex-Governador José Richa. Depois, ela se transformou em GETEC e passou a dominar, com *lobby*, com tráfico de influência, com decisões da Justiça, monopolizar os serviços da Caixa Econômica. E nós tiramos essa empresa do serviço da Caixa Econômica. Ganhamos na Justiça, fizemos licitação, e ela saiu. Hoje nós temos outro preço e outra empresa. O Governo saneou um problema que o País tinha. A Caixa Econômica jamais permitiu qualquer tráfico de influência de quem quer que fosse lá dentro. A Polícia Federal fez uma devassa na Caixa Econômica Federal, todos nós somos testemunhas disso. Levou, inclusive, computadores e informações que não podia levar. Deu até um problema, um inquérito administrativo dentro da Polícia Federal, houve uma queixa perante o Poder Judiciário por causa disso. E nada encontrou que compromettesse o Governo, a Caixa Econômica Federal. Então, quem tem que responder por isso, responda; mas não me envolva, porque eu não tive nenhuma participação. Por isso que eu falo: coloquei o cargo à disposição porque, pelo grau e a dimensão que tomou, eu achei que era o caso de colocar.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ainda em relação a cargo à disposição, passando de fevereiro de 2004 para agora, junho de 2005...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Março e abril de 2005.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, quando V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ah! Agora, quando eu saí.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...deixou a Casa Civil...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Vinte e um de junho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - É. V.Exa. afirma, com muita segurança, que não fez nada de ilícito, que não há dinheiro público desviado, não há nem mensalão comprovado ou propina para Deputados, que não há prova de nada. E afirma também, com muita convicção, perante este Conselho, que não tem nada a ver com essas histórias todas aí.

A indagação é essa, de ordem política mesmo: por que, então, cioso da importância da função — e todos sabemos que V.Exa. gostava de exercer a função de Ministro, tem muita vocação para essa função —, por que, então, sair? A leitura natural que se faz é essa: sai porque, como se dizia, pode chegar até o Presidente; o problema está na sala ao lado. Seria importante esse esclarecimento aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem, Deputado...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na medida da sua convicção de que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim, sim. A minha convicção é clara: que eu devia sair do Governo. E a fome juntou-se com a vontade de comer, porque o Presidente também tinha essa avaliação, e é ele quem decide. Essa decisão foi tomada no domingo, 3 dias antes de eu ser, realmente, exonerado do cargo de Ministro Chefe de Estado da Casa Civil. Se nós observarmos, desde que eu tomei posse até o dia 22 de junho, houve uma constante e permanente campanha e pressão contra a minha permanência no Governo, aberta, dos partidos de Oposição, que começou com o caso Waldomiro Diniz, e de parte importante da mídia, que, abertamente, pregava a minha saída do Governo. Fizeram editoriais várias vezes para eu sair do Governo. Era uma coisa, assim, inacreditável. Depois falam que não são os partidos políticos. Como não são os partidos políticos? Tomam partido, quem deve participar ou não do Governo, do partido do Presidente. Eu, em outubro e



novembro de 2004 e em março de 2005, já tinha avaliado, com integrantes do Governo, com dirigentes do PT, que eu deveria sair do Governo por essa razão. Porque eu fui me transformando, cada vez mais, no principal alvo da Oposição e de parcela daqueles que, fora dos partidos políticos, se opõem ao Governo. Fui me transformando quase que num problema, porque era uma constante campanha. É só fazer um estudo sobre isso, acadêmico, e ver como foram esses 30 meses que eu fiquei na Casa Civil. Por quê? Será por que queriam me tirar do Governo? Qual o papel que eu joguei no Governo? Isso nós vamos ter que... Eu vou fazer questão de escrever sobre isso o ano que vem, qualquer que seja o que aconteça aqui no Conselho de Ética e no Plenário da Casa, porque eu sempre defendi, dentro do Governo e na sociedade, posições muito claras. Eu sempre defendi uma estratégia política e um programa de Governo muito claro — e na entrevista da *Folha* eu falo um pouco sobre isso. Então, a minha convicção de sair do Governo era por isso, não era por causa das denúncias. É evidente que, ao ficar no Governo, eu estaria totalmente tolhido da minha defesa. É evidente que eu estaria. É uma consideração subjacente, paralela, correlata. E, segundo, que realmente, se dependesse de mim, eu teria mobilizado as parcelas da sociedade que apóiam o Governo e teria mobilizado o PT para defender o Governo. Eu tenho uma opinião sobre o comportamento do PT, que eu já dei, nessa crise. Acho que o PT, setores do PT acabaram assumindo a leitura da crise que a Direita faz, que aqueles que querem nos ver fora do Governo fazem. Lógico que é direito dos partidos de oposição, da Direita, de setores da sociedade fazer a leitura que quiserem. Agora, nós temos obrigação de fazer uma leitura do que é realmente, da profundidade e do impacto dessa crise, das razões dela. Eu quero repetir: uma coisa são denúncias de corrupção, corrupção num órgão público, nos Correios, denúncias de tráfico de influência; outra coisa é o que foi se transformando, que o PT é um partido de bandido, corrupto, que nós somos quadrilheiros, o Governo é um Governo corrupto, o Governo mais corrupto da história do Brasil. Isso tudo é uma inverdade. Isso não significa não investigar, não punir no partido, no Governo, na Justiça, aquilo que deve ser punido. A minha leitura é essa: que se aproveitaram. Vinham buscando, há muito tempo, uma forma de inviabilizar, de estabilizar, de paralisar o Governo, e encontraram, talvez até por erros nossos, mas encontraram.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. disse aqui, afirmou aqui que nunca participou de transferência de recursos para Parlamentares. Eu faço 2 indagações, a partir daí. Mas reconhece que elas existiram?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nem...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nos termos que está sendo colocado...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...Genu, aqueles... essas denúncias todas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. Isso aí é público. Tem documentos, provas, tudo. Estou dizendo que isso fosse para mensalão, para comprar Deputado, para comprar voto no Parlamento. Isso eu não reconheço, não está provado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim, mas há provas já de que assessores, ou mesmo Parlamentares pegaram somas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim, isso é lógico, eu reconheço.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...substantivas. Mas não era para os Parlamentares? Eu não entendi bem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ah, cada Parlamentar tem que responder por isso. Cada Parlamentar, cada partido tem que responder. Eu não posso responder por isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, V.Exa.... Transferências de recursos, não. Mas e transferência de Parlamentares para partido da base aliada. V.Exa. trabalhou, fez negociações, conversas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nunca fiz negociação...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR -... indicações e sugestões?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nunca.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu sei que para o PT não veio ninguém, mas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Aliás, o PT — ao contrário do PFL e do PSDB, que aumentaram em 30%, 40% no Governo anterior as suas bancadas — não aumentou a sua bancada neste Governo. O PT não aumentou. E, relativamente, a troca de Parlamentares de partido — a *Folha de S.Paulo* publicou agora, esses



dias, os dados — aconteceu tanto no Governo passado como neste Governo. Eu nunca participei, nunca estimei nenhuma troca de partido, a não ser com base em discussão política, em discussão de apoio ao Governo. Tirando os critérios políticos, nunca participei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Deputado Chico, só um...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pois não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No depoimento do ex-Presidente José Genoíno, ele disse que essa forma orgânica de funcionamento do PT proibia que nós tivéssemos ou que o PT fosse o desaguadouro desses Deputados, como, por exemplo, foi o crescimento do PSDB quando o Presidente Fernando Henrique chegou à Presidência da República. É importante dizer que o acréscimo no PTB foi de 100%, no PL foi de 100% e no PP foi cerca de 30% nessa gestão. Em torno de 30%, 20% a 30% foi o PP. Os outros 2 partidos que foram citados foi em torno de 100% o número de Deputados que ingressaram nessas agremiações.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O problema agora é como que o companheiro Babá vai explicar: o P-SOL cresceu 150%. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso no critério exclusivamente ideológico e propositivo que tanto falta na política brasileira.

Deputado José Dirceu, vamos entrar no setor bancário, que o Governo Lula — é uma avaliação — confronta pouco ou nada, e essa ofensiva da Direita, que eu reconheço que há, seguramente não é por se contrariar o capital financeiro minimamente, como seria desejável, e muitos de nós temos essa visão. O senhor disse que o indigitado Marcos Valério — o adjetivo é meu — defendia os interesses do Banco Rural, do BMG e outros. Junto ao Governo ele fazia isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu não afirmei que ele defendia. Eu afirmei que, para mim, estava subentendido que ele prestava serviço a esses bancos, as empresas que ele representava, e lá nas empresas quem marcava, quem não marcava agenda eu não posso responder. Eu respondo pela Casa Civil. Nas empresas, nos bancos, eu não respondo. Eu nunca disse que ele defendia. Comigo ele não defendeu, porque ele nunca conversou comigo sobre assunto



nenhum. Quem falou nas reuniões foi o Sr. Sabino Rabello, a Presidente do Banco, Kátia Rabello, e Seu Flávio Guimarães e o Plauto, que estava presente. E que o Sr. Fábio Guimarães, se não me engano, o Ricardo Guimarães, se não me engano, posso estar equivocado... E os assuntos são públicos, que eu tratei com esses bancos.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Com o BMG o senhor teve quantas reuniões, com a direção do BMG?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O BMG eu tive um convite para ir na inauguração da fábrica aqui em Luziânia, que eu fui, até paguei um mico também porque recebi uma manchete: "Dia de Presidente", porque fui de helicóptero. Segunda, uma conversa em Belo Horizonte sobre questões do País, da política econômica, do desenvolvimento, do investimento. E depois da intervenção do Banco Santos. Eu já expliquei aqui no Conselho de Ética: o Ministro Palocci e o Presidente do Banco Central estavam no exterior, a Associação de Bancos Comerciais e alguns bancos me procuraram porque era preciso tomar medidas, senão ia haver uma quebra no sistema, e o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional tomaram essas medidas. São as 3 reuniões.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A Sra. Kátia Rabello, como é do seu conhecimento, disse aqui que o Marcos Valério era um facilitador e que inclusive esteve presente nessa reunião aqui na Casa Civil, no dia 7 de agosto. Qual foi o papel dele nessa reunião?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nenhum.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E é usual isso, uma pessoa que não tem, pelo menos assumidamente, nenhum papel institucional nessa negociação ali estar para discutir a liquidação judicial do Banco Mercantil de Pernambuco?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Não. Quem tem que responder isso é o banco, porque ele veio com o banco, ele não veio...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não o indagou sobre... Não lhe causou estranheza essa presença.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque há denúncias de que ele receberia comissões e, pela estreita relação dele com o Sr. Delúbio Soares, na



medida em que esses negócios evoluíssem, a Comissão, pelo êxito no caso da massa líquidante desse banco, que uma parte ele destinaria ao PT. Isso é uma investigação que se está fazendo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ... plausível. Mas, de qualquer forma, o senhor reconhece que, pelo menos, foi uma desatenção deixar uma figura como essa na reunião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não, não. Eu não posso dizer quem que a Diretoria de um banco traz ou não numa reunião comigo. O Sr. Marcos Valério, para mim, não era o que é hoje. Eu não conhecia ele, eu não tinha informação sobre ele.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor nega que ele tenha agendado ou...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Jamais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - ...feito a mediação para qualquer desses encontros?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ele já negou isso, inclusive, e eu nego também.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ele, portanto, não tinha nenhum papel junto ao Governo. Não facilitava nada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Na Casa Civil, na Casa Civil, nas reuniões que eu mantive e que ele estava presente, ele não jogou nenhum papel importante.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ele estava acompanhando, e eu sempre subentendi que ele prestava serviço para os bancos e para a USIMINAS.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A última indagação. O senhor sempre reitera que, desde que deixou a Presidência do PT, não teve mais participação intensa na vida partidária, embora tivesse ido a muitas reuniões — e eu sou testemunha disso. Agora, isso significa que o senhor, com sua vocação política, não tenha mais tido ascendência junto ao setor do qual o senhor é uma figura importante dentro do PT — chamado campo majoritário — ou a figuras políticas,



como Delúbio Soares, Marcelo Sereno, Silvio Pereira? O senhor diria que, desde que deixou a Presidência, parou até de ter o debate político e ascendência política — que é inegável com a sua liderança — sobre esses filiados ou ex-filiados?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O que eu repito e reafirmo é que eu não era membro da Comissão Executiva Nacional, não tinha responsabilidade sobre as decisões administrativas, orgânicas e financeiras da Comissão Executiva Nacional. Não participava de nenhuma decisão da Comissão Executiva Nacional, nem de nenhuma Secretaria. E não... Jamais me imiscuí nos assuntos da Presidência ou de qualquer outra Secretaria, até porque fui muito zeloso: fiz questão de me afastar completamente — como o Lula fez comigo —, aliás, até para que o Deputado José Genoíno pudesse se transformar num Presidente do PT. Vamos lembrar que ele não foi eleito. Eu fui eleito 3 vezes em encontros — é bom que se diga: sempre disputados e sempre com uma pequena margem —, porque agora se vende para a sociedade a idéia que eu era o rolo compressor do PT, era *stalinista* ou, então, que eu fiz tudo sozinho. Politicamente, o PT sempre construiu as suas políticas no debate e na discussão. E sempre se votou tudo, dentro das tendências das correntes, inclusive dentro do campo majoritário, e, dentro do partido, nas instâncias, nos encontros e no voto direto. Eu me afastei totalmente da vida orgânica do PT e da Comissão Executiva Nacional. Aliás, me afastei também do campo majoritário, dos debates, das discussões. Eu me afastei do Diretório Nacional. Então, eu faço autocrítica. Devia ter participado mais. Acho que nós todos que fomos para o Governo devíamos ter participado mais da vida política do partido, não da orgânica, que isso é impossível. Mas eu não vou e não posso assumir responsabilidade sobre aquilo que eu não tenho. Aquilo que eu tenho eu assumo. Eu não tenho responsabilidade sobre essas decisões, nem fui consultado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o senhor concorda que, segundo suas palavras mesmo, isso se constituiu numa tragédia política, que a gente está vivendo. Se montou, na verdade, sobretudo do ponto de vista dessa captação de recursos, de paraíso fiscal até — como o depoimento de Duda Mendonça indicou numa CPML... Isso foi operado de forma paralela e clandestina dentro do partido? Essa é a sua leitura?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Isso quem tem que responder é o PT e a CPMI, no caso, porque se trata do que houve com relação à remessa de recursos para o exterior. Já falei sobre isso aqui. Não vou afirmar, porque não é o que o Sr. Duda Mendonça disse no depoimento dele. Não é o que a investigação está até agora comprovando. Não há comprovação de que haja dinheiro de fora para o País e/ou de outra natureza, a não ser os transferidos pelos empréstimos para o Sr. Duda Mendonça. Mas isso é uma questão que cabe à CPI indicar. Com relação ao PT, cabe ao PT analisar isso. Eu não era membro da Direção da Executiva. Não vou fazer juízo com relação a essa questão. Se for um esquema paralelo, qual é o nível de conhecimento que a Executiva tinha — que responsabilidade tem, até por omissão. Alguma responsabilidade todos nós temos, política, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para terminar, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Sr. Delúbio Soares tem assumido totalmente a responsabilidade, como o Deputado sabe.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, o senhor desconhece? Tinha ciência de alguns desses empréstimos legais?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Já falei aqui, tinha dos empréstimos legais, como todo partido tinha, porque foi informado e foi, inclusive, registrado na prestação de contas da Justiça Eleitoral.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Agora, essa suposta Comissão que Valério receberia por intermediação de instituições financeiras junto ao Governo, o senhor...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - É impossível acontecer isso no Governo. O Governo não toleraria; saberia e não toleraria.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Saberá que ele era esse lobista?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, você acha que um Governo pode permitir que haja qualquer tipo de relação entre empresas do Governo ou qualquer tipo de empresa ou de instituição com comissão para terceiros? Primeiro, isso não está provado, pelo que me consta até agora. Posso estar na ignorância, mas não está provado. Segundo, não permitiria, não participaria e denunciaria.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Então, encerro, Sr. Presidente. Esse cenário, essa hipótese, é uma investigação que está se fazendo e que é necessária



de ser feita: o Marcos Valério, a tal origem do dinheiro. São somas que mesmo dentro do PT a gente não está acostumado a ver. O Marcos Valério, obtendo, por exemplo, êxito, e ele estava nessa reunião no Palácio, em relação à liquidação judicial do Banco Mercantil de Pernambuco, que o Governo entendeu em implementar, facilitar, fazer legalmente. Não fez...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, já vinha do Governo passado a liquidação extrajudicial.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu sei que não fez. Pois é. Mas o senhor considera impossível a possibilidade desse Valério, como Delúbio declarou, inclusive, no Diretório do PT, amigo íntimo dele, ter, de um ganho de uma comissão, repassado isso para o partido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu nunca tratei com o Sr. Marcos Valério nenhum assunto de natureza do Governo. O Banco...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Não, mas com o Delúbio?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Muito menos com o Delúbio. O Banco Mercantil e o Banco Rural jamais propuseram, para mim, pelo menos, nada com relação ao Banco Mercantil de Pernambuco. E eu não disse nada, só ouvi. Quem tratou disso foi a Diretoria do Banco Central, como no Governo anterior, e os representantes do Banco Rural. Se o Banco Rural delegou ao Seu Marcos Valério ir ao Banco Central, quem responde por isso é o Banco Rural, não é o Governo. Não tenho notícia. Essa é uma questão do banco. E o Banco Central já fez uma nota esclarecendo que eu jamais tratei desse assunto com o Banco Central; o Presidente do Banco Central fez uma nota, que tenho e que a Comissão tem também, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço licença ao Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - À vontade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estávamos tratando de alguns assuntos, tinha deixado a pergunta e, como o Deputado Orlando Fantazzini e o Deputado Carlos Sampaio estão fazendo questionamentos muito em cima do Banco



Rural, quero trazer ao nobre depoente, Deputado José Dirceu, alguns questionamentos com relação ao BMG, que possam até elucidar os companheiros do Conselho. Segundo entrevista concedida ao jornal *Valor Econômico*, publicada na edição de 05/07/2005, o Vice-Presidente do BMG, Roberto Rigotto, afirma que o banco contribuiu com o Governo na edição da Medida Provisória nº 130, de 18/09/2003, a medida provisória que instituiu o crédito consignado no País, hoje Lei nº 10.820, aprovada em 18/12/2003. A imprensa publicou também que quem fez a negociação em nome do Palácio aqui na Casa, na Câmara dos Deputados, foi o assessor de Relações Políticas, o Sr. Waldomiro Diniz. O que V.Exa. tem a dizer a respeito dessa questão dos empréstimos consignados e da edição dessa medida provisória, que aprovou a permissão para que os bancos privados viessem a operar?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu desconheço que o BMG tenha participado da elaboração das medidas que o Governo adotou, até porque já fiz uma nota pública respondendo ao jornal. O crédito consignado surgiu a partir do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a partir das centrais sindicais. Quem elaborou a proposta foram os Ministérios da Previdência e da Fazenda, a exposição de motivo, a MP nº 130, tudo isso. O Governo enviou ao Congresso Nacional, que aprovou praticamente sem alterações. Nunca houve nenhum questionamento sobre crédito em consignação. Depois, foram adotadas outras medidas, primeiro, para acabar com a reserva de mercado, que era um pedido de todos os bancos de menor porte, porque havia uma reserva de mercado que o banco só podia emprestar, quer dizer, o associado só podia tomar empréstimo no banco que ele recebia o benefício. Isso o Congresso aprovou — eu não sei —, ninguém se opôs a isso. E depois houve uma segunda medida, um projeto que não teve alterações, que foi transformado em lei, que ampliava as alternativas de acesso a empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil aos titulares de benefícios do Regime Geral da Previdência Social, especialmente aos que recebiam benefício menor. Então, eu não tenho nenhuma notícia que o BMG tenha sido beneficiado por uma medida que beneficiou o País, dezenas de milhões de funcionários públicos e trabalhadores. O BMG, o que ele tinha de vantagem é que ele tinha *know-how* lá em Minas Gerais, já fazia, tinha um sistema igual da Avon, de visita de casa em casa e,



com base nessa experiência, nessa base técnica, nessa base funcional o banco se posicionou no mercado, como qualquer outro banco pode fazer com qualquer produto que seja colocado no mercado. O Sr. Waldomiro Diniz, se ele tratou dessa questão, tratou como de todas as outras questões que ele tratava como Subchefe de Ações Parlamentares aqui na Casa, quando se tratava de emendas parlamentares, de emendas no sentido de mudar o projeto. Mas quem decidia isso era o Ministério da Previdência, o Ministério da Fazenda e o Presidente da República. Não era o Sr. Waldomiro Diniz, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estou reiterando alguns questionamentos aqui porque fiz os mesmos a V.Exa. quando depunha no caso do Deputado Roberto Jefferson, e talvez não tenha ficado esclarecido para a opinião pública ou até para os Anais. Eu queria que registrasse na nossa... nessa representação que é oferecida contra V.Exa.

Como V.Exa. explica o fato de o BMG ter sido o primeiro banco privado a obter o credenciamento junto ao INSS; a operar o crédito consignado de aposentados? O BMG conseguiu essas informações 5 meses e começou a operar 5 meses antes dos demais bancos e instituições privadas que tiveram esse acesso que V.Exa. diz permitido a poder ampliar aos aposentados e pensionistas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não posso, eu não posso explicar isso, porque quem tem que explicar isso é o INSS e o BMG. Eu suponho, tendo-me interessado pelo assunto, tendo lido sobre o assunto, tendo estudado, depois que surgiu essa questão no País, que pela experiência anterior que o banco tinha já em Minas Gerais de conceder crédito consignado para os funcionários de Minas Gerais, do serviço público em Minas Gerais. Isso posso dizer pelo que eu li. Agora, teria que se ver no INSS e junto ao banco por que que isso aconteceu. Eu não posso responder. Eu não tive nenhuma participação na Casa Civil nessa questão, porque não é atribuição dela, não faz parte da Casa Civil. Isso é uma questão onde que o banco tem que ser credenciado. Não acredito que tenha havido irregularidade, porque os outros bancos teriam protestado, evidentemente, privilégios ou irregularidades, num mercado tão competitivo como esse do crédito consignado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O convênio entre o BMG e o INSS foi firmado, segundo o Ministério da Previdência, em 26/08/2004. De acordo com o



jornal *Valor Econômico*, de 18/01/2005, o BMG fechou o ano de 2004 com um lucro de cerca de 275 milhões, contra 90 milhões de 2003. Um salto de 205%. A *Folha de S.Paulo*, o jornal *Folha de S.Paulo*, de 05/07/2005, demonstra um crescimento, entre os anos de 2002 e 2004, na ordem de 223%. Em dezembro de 2002, os ativos do BMG não permitiam que ele figurasse entre as 50 maiores instituições financeiras do País. Já no início deste ano o banco saltou para a 31ª posição. V.Exa. vê alguma relação dessas informações com relação aos créditos consignados de aposentados e pensionistas?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu teria que estudar o balanço do BMG, teria que estudar a evolução histórica do BMG, estudar a carteira de crédito, estudar as implicações, estudar o mercado bancário. Não vejo uma relação direta com o crédito consignado. Agora, que o BMG foi o banco que mais se posicionou no mercado com esse produto, porque tinha *know-how* antes e, quero repetir, tem um sistema de visita de porta em porta, que é um diferencial para se ir até o cliente, certo? Isso é público e notório. Agora, eu não posso... eu teria que estudar o balanço. Daí a CPI teria que fazer um estudo para saber por que que o BMG teve esse crescimento — não sei se aplicações no mercado financeiro; não sei se aplicações em títulos da dívida; não sei se são aplicações do próprio grupo, que é muito grande. O Deputado conhece o grupo. Sabe que é um grupo que é muito maior do que o banco, talvez o dobro do tamanho do banco. Tem várias atividades agropecuárias, agroindustriais. O banco é um banco que... é grupo que tem uma dimensão no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Eu não saberia dizer qual é a razão de o banco ter tido esse crescimento. Até porque o meu contato com o banco, quero repetir, foi para atender um convite, em nome do Presidente — porque o convite era para o presidente; eu fui representante do Presidente —, a uma inauguração e a visita que ele me fez, quando da intervenção do Banco Santos. E uma visita que eu fiz a eles em que nos encontramos em Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O depoimento a este Conselho foi no dia 02/08, quando eu lhe perguntei a respeito da venda da carteira para a Caixa Econômica. V.Exa. afirmou que a prática — e V.Exa. soltou que talvez o BMG tenha se antecipado pela sua dinâmica e pela forma... Mas V.Exa. afirmou que é a prática dos bancos de segunda linha venderem as suas carteiras aos bancos de primeira,



como a Caixa, e que esse poderia ter sido o caso do BMG, quando vendeu parte da carteira de crédito consignado à Caixa, que teve, no mesmo período, a autorização para o funcionamento.

Por que um banco de segunda linha foi o privilegiado em um negócio tão lucrativo, que trouxe um rendimento de 223% depois que ele começou a operar com essa consignação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu não posso responder a essa questão. Não está ao meu alcance; não é da minha atribuição. A Caixa Econômica Federal tem que responder por que ela comprou. O que eu sei, como leigo, é que os bancos de segunda linha, no Brasil, venderam, durante esses meses últimos, várias carteiras para bancos, como Itaú, UNIBANCO, BRADESCO por dificuldades, por causa dos problemas que acontecem no mercado bancário, como foi o caso da quebra do Banco Santos. No caso específico, eu fiz uma hipótese, eu dei uma resposta, talvez eu não deveria nem ter dado. Ter falado: “*não sei, não é da minha conta*”, vamos dizer assim, entendeu? Eu não posso explicar uma coisa dessas, por que a Caixa Econômica comprou a carteira do BMG. Eu fiquei sabendo disso, quando o senhor me perguntou, Sr. Relator. Eu nunca acompanhei os negócios da Caixa Econômica Federal e do BMG, a não ser de maneira geral.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque o BMG fez um contrato também pioneiro com um partido político que foi o caso do Partido dos Trabalhadores. Em matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19/07/2005, as operações de financiamento do BNDES, via BMG, cresceram 755% de 2001 para 2004, saltando de 7,528 milhões para 64,422 milhões. Apesar de nominalmente o valor não ser representativo, já que outras empresas movimentaram valores maiores — o BRADESCO, por exemplo, movimentou 3 bilhões — nenhuma outra instituição financeira teve aumento tão expressivo como o BMG na intermediação dos recursos do BNDES.

V.Exa. não vê que o BMG foi profundamente privilegiado neste Governo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Conhecendo a direção do BNDES, o corpo técnico profissional do BNDES, os 2 presidentes do BNDES, no Governo do Presidente Lula — o Prof. Carlos Lessa e o ex-Ministro Guido Mantega — tenho certeza de que o Sr. Relator... se a CPMLs forem investigar vão encontrar as razões.



Aliás, o senhor conhece o BMG e conhece... Acho que são 2 bilhões o balanço do BMG, se não me engano. Acho que são 2 bilhões. Numa das leituras eu gravei o número — 64 milhões para 2 bilhões; é um banco que pode pegar 64 milhões de reais no BNDES, sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Ah, mas por que cresceu de 7 para 64?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Porque cresceu de 7 para 64 eu não chego à conclusão de que houve favorecimento; não posso chegar. Eu não tenho condições. O Sr. Relator tem todo o direito de levantar a questão e de pedir para investigar. Acho que a CPMI e as autoridades bancárias do País, do Banco Central, podem investigar. Pelas notas que o BMG tem publicado, pelas notas que o Banco Rural tem publicado, que eu tenho lido por dever de ofício, não há nenhuma oscilação, tanto na aplicação dos fundos de pensão como de bancos como o BMG, Caixa Econômica, nas relações interbancárias que releve qualquer privilégio ou qualquer anomalia entre essas instituições. Pelo que eu ouvi do depoimento da Dona Kátia Rabello, dos esclarecimentos do Ricardo Guimarães, das notas que foram publicadas, das investigações que estão sendo feitas na CPMI dos Correios, até agora não surgiu nada que possa levar à compreensão que houve favorecimento ou tráfico de influência entre quem quer que seja no Governo e o BMG. Mas, evidentemente, tem que ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o Deputado Orlando Fantazzini, eu gostaria de lembrar a todos que está programado terminar esta sessão às 19h30min com uma prorrogação máxima até as 20h. Então, temos inscritos ainda 2 titulares, 5 suplentes e 1 não-membro.

Então, com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado. Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Dirceu, ilustres advogados, eu vou procurar ser o mais sucinto possível e vou aproveitar a própria solicitação do Deputado José Dirceu para que nós o indagássemos sobre tudo, sobre todas as dúvidas nossas ou até dúvidas que porventura a sociedade já tenha suscitado.

O senhor foi Presidente do PT por 8 anos, 10 anos?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Presidente de 21 de agosto de 1995 a 2 de dezembro de 2002.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Oito anos, correto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Estou ruim de conta a essa hora.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu também... Sete anos e pouco, aproximadamente 8 anos. Nesse período, o Delúbio também era o tesoureiro do partido ou não?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. Os primeiros 2 mandatos, se não me engano — porque a essa hora eu já estou... A Clara Ant foi tesoureira, depois foi o Delúbio Soares nos outros 2 mandatos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, então o senhor tinha uma relação, conhecia muito bem o Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Trabalhei com o Delúbio Soares na Comissão Executiva Nacional do partido. Ele era tesoureiro, eu era presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor acha que o Delúbio era capaz de fazer todos esses contratos e empréstimos e todos esses acertos que vieram à tona sem dar conhecimento a ninguém da Direção Executiva do partido, conhecendo a pessoa do Delúbio? É um juízo de valor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Essa pergunta tem que ser dirigida ao Sr. Delúbio Soares. Eu não tive conhecimento, ele não me consultou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, até porque não estava mais lá.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Agora a pergunta tem que ser dirigida a ele. Eu não tenho conhecimento que ele tenha dado conhecimento a outro membro da Comissão Executiva Nacional. O que eu sei, que ele disse de público, que ele recebeu uma delegação — essa questão já foi até discutida no Conselho de Ética — para resolver os problemas que o partido estava enfrentando e para tomar empréstimos; ponto final. Isso que eu sei que ele declarou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Em 2002 o senhor era o presidente e coordenador da campanha do Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E obviamente todos os contratos que eram firmados, de contratação, *shows* e outros tipos de contratação eram feitos de forma verbal ou por escrito?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não posso lhe responder.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O presidente não tinha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O que eu sei é que, terminada a campanha, foi prestada contas à Justiça Eleitoral, se não me engano ficou uma dívida de 700 mil reais, se não me engano as receitas e as despesas foram cerca de 32, na verdade 39, mas na verdade 32, porque são 2 comitês, 32 milhões ou 33 milhões de reais. Eu não acompanhava cada contrato, cada ação que era feita na campanha e sim as discussões que eram feitas no comitê sobre as orientações da campanha, sobre a direção geral da campanha.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então, o que eu posso pressupor é que todas essas contratações se deram pelo comitê financeiro da campanha e não pelo partido, porque se fosse pelo partido o presidente teria que assinar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não é pelo partido, é pelo comitê financeiro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pelo comitê financeiro. Nenhuma dessas contratações ocorreram pelo partido?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom, o senhor disse que tomou conhecimento pelo *Jornal do Brasil* das denúncias de eventuais compras de Deputados para votar com o Governo, exato?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Já respondi essa questão, porque eu agora vou... Já respondi 2 vezes essa questão.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, é que eu estou só querendo confirmar porque eu quero avançar um pouco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Exato.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Exato, não é? E V.Exa. é uma pessoa extremamente minuciosa, cautelosa e que sempre zelou pela reputação do Governo e do próprio partido e, pelo que disse aqui também, entendeu que não era



responsabilidade da Casa Civil, era só da Câmara dos Deputados, embora, se isso estivesse ocorrendo, estaria envolvendo um arco de alianças de Deputados, partidos, que foi articulado por V.Exa. E V.Exa. não teve a preocupação de tomar alguma medida no sentido, ainda que tratasse de compra de Deputados, não sendo nenhuma ação do seu Ministério, do Governo, mas de Deputados que estavam atuando no arco de aliança? V.Exa. não adotou nenhuma medida no sentido de tentar levantar se haveria alguma hipótese daquela denúncia ter o mínimo de verdade, até para que no futuro não respingasse sobre quem fez articulação política para que aquela base se constituísse?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - A Câmara dos Deputados tomou as devidas medidas. Se a Câmara dos Deputados tomou as devidas medidas, inclusive comunicou ao Ministério Público, eu me senti atendido. Se ela não tivesse tomado, eu poderia, mesmo como cidadão, ter exigido medidas. E quero retomar aqui a mesma questão que o Deputado Miro Teixeira já colocou, quer dizer, colocou agora também numa entrevista para o *Jornal do Brasil*. Quem tinha que tomar era quem tinha informação, que era o Deputado Roberto Jefferson. Ele tinha que ir ao Ministério Público, à Corregedoria, ao Plenário e não o fez. Não dá para transferir a prevaricação dele para terceiros.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não, a tentativa não é essa, muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, absolutamente, estou dizendo o assunto em si, não com relação à pergunta de V.Exa. Eu tomei conhecimento que a Câmara dos Deputados tinha aberto na Corregedoria um procedimento e tinha comunicado ao Ministério Público. Depois tomei conhecimento, pela própria imprensa, pelas matérias que vieram em seguida, que o Deputado Roberto Jefferson não sustentou a acusação. Portanto, como eu nunca tive conhecimento, nunca participei, não toleraria nada com relação a isso, eu me dei por satisfeito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A pergunta é muito mais no sentido da prevenção, porque tendo sido V.Exa. que fez toda articulação política, obviamente poderia, no futuro, como está hoje, respingar em V.Exa. Por isso que a minha pergunta é para saber se não houve naquele momento nenhum desejo, nenhuma... não vou dizer desejo, mas não suscitou a possibilidade de um



levantamento, mesmo que informal para saber se tinha alguma veracidade ou não naqueles fatos? V.Exa. disse que não era favorável à instalação da CPMI. Isso aí foi bem claro, inclusive nesse aspecto e até o ponto daqueles do Partido dos Trabalhadores que assinaram, V.Exa. tomou uma posição muito dura. Eu fiz a mesma pergunta ao ex-Deputado José Genoíno, se V.Exa. era contra a CPMI, porque tinha certeza de que os órgãos de Governo dariam conta de levantar e apurar todos os fatos ou se V.Exa. tinha receio da abertura da CPI.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu já respondi essa questão, já está registrada, a minha posição é que a Polícia Federal, o Ministério Público e a Controladoria-Geral da União estavam tomando todas as providências com relação aos Correios, era uma CPI dos Correios, ponto final. Não temia e não temo nenhuma investigação, tanto é que tenho colaborado com todas as investigações.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor nos disse aqui que o Sr. Marcos Valério acompanhou-o em 3 audiências que o senhor concedeu, uma para o pai da Sra. Kátia Rabello...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Uma para o Banco Rural, uma para a USIMINAS e uma para o Banco do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Banco Rural... Não, ao pai da Sra. Kátia...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, nós temos que verificar isso porque há uma dúvida se a presença dele foi na audiência com o Sr. Sabino Rabello ou com a dona Kátia Rabello.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ela informa que a primeira foi só com o pai, até porque parece que o pai tinha várias propostas, que queria apresentar ao Governo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - De imóveis, de casas populares.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Isso. A alegação dela aqui, a segunda, ela diz que se fez presente e, questionada aqui, ela dizia o seguinte: *"Marcos Valério que entrou em contato para acertar essas audiências"*.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu já respondi, não foi ele. Ele negou, inclusive, logo depois do depoimento da Dona Kátia Rabello.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só estou reforçando porque eu insisti com a Sra. Kátia, e ela enfaticamente respondeu três vezes: “*Sim, sim e sim*”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu li, eu reli hoje. Mas, anteriormente, ela disse que, formalmente, foi pedido audiência e que o Sr. José Augusto Dumont é que marcou a segunda e que propôs a primeira.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sei. Eu estou só enfatizando porque há uma contradição, Sr. Relator, ou nos depoimentos, porque ela insiste e foi reperguntada várias vezes sobre essa mesma questão e algumas vezes ela divagou e, aí, eu fiz questão de que ela fosse objetiva na resposta e ela foi enfática ao responder. Então, eu acho que nós temos de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu já respondi essa questão detalhadamente aqui hoje, audiência por audiência quem marcou.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Uma outra questão. Ela afirma — também foi uma insistência da minha parte, que eu até consegui irritá-la — ela afirma que... Eu perguntei a ela se na audiência que houve entre V.Exa., na qualidade de Ministro, ela, o Sr. Marcos Valério e mais um Diretor do Banco, que ela não recordava o nome, como é que foi a introdução da conversa. Se ela não... O Sr. Marcos Valério não fez menção alguma no sentido de que está aqui a Presidenta do Banco Rural, que faz os empréstimos, lá, para o PT no Banco? Ela disse: “*Não*”. Ela disse que você pode considerar... Eu perguntei se de forma explícita. Ela disse: “*Implicitamente, talvez. Por exemplo, nessa primeira audiência, eu me lembro muito bem que ele fez referência ao meu pai, que já tinha tido um encontro, fez referência à nossa ‘mineiridade’ — nossa: dela, Valério e V.Exa. —, e foi a introdução e que éramos amigos*”. Quer dizer, então, nessa audiência...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Quem éramos amigos?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ela e o Valério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, nessas audiências que eram com o Banco... Aí, para mim, fica uma indagação: por que o Sr. Valério comparece a audiências para tratar de assuntos de banco, da USIMINAS, como se fosse alguém muito formalizado, faz apresentação... Porque é até normal que quem



faz, quem consegue audiência, geralmente, abre a audiência dizendo: está aqui a solicitação, está aqui a Presidenta do Banco ou está aqui esta ou aquela pessoa. E ela insiste em dizer que todas as relações do Banco com o Ministério se deram através do Sr. Valério. Entretanto, ela não afirma que foi uma relação dele direta com V.Exa. Poderia ter sido com alguém que elaborava sua agenda?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem, Deputado Orlando Fantazzini, Deputados, Presidente e Relator, em primeiro lugar, os bancos negam que eu tivesse conhecimento ou tivesse discutido ou participado dos empréstimos. Isso é importante. Os bancos negam que eu tivesse discutido com eles qualquer assunto que não fosse de interesse público. Terceiro, o Sr. Marcos Valério nunca marcou agenda. Ele pode ter sido delegado, lá do Banco Rural, para marcar a agenda. Não foi ele quem marcou as agendas, já expliquei isso aqui, na Casa Civil. Por último, o Sr. Marcos Valério não falou nessas reuniões, não opinou, não propôs nada; ele estava acompanhando. Quem o levou foi o Banco Rural. Então, eu não posso responder por isso, não fui eu que convidei. O Banco Rural que o levou, e, pelo que me consta, ele tem, presta serviço ao Banco Rural, trabalha com o Banco Rural, como trabalha com a USIMINAS e trabalha com o Banco Espírito Santo. Quem me pediu audiência foram as entidades e eu dei as audiências. Os assuntos são públicos que foram tratados. São públicos. Então, eu acredito que... Eu não posso responder pelas questões internas do Banco. O Sr. Sabino Rabello queria me conhecer, me encontrar e queria fazer proposta para o Governo. Eu o recebi na Casa Civil. Não foi só o Marcos Valério que marcou essa agenda. O Sr. Dumont... Inclusive, ela diz, o que ela diz, se o Deputado ler de novo, ela diz que, formalmente, ela pediu para o Sr. Dumont, e o Dumont falou que ia marcar as audiências e marcou a primeira e a segunda. O jantar, eu já disse aqui: ela fez uma nota dizendo que eu fui convidado para ir ao jantar, fez uma nota pública! No mérito, no mérito, eu quero repetir ao Conselho de Ética: jamais o Banco BMG ou o Banco Rural ou USIMINAS ou Banco Espírito Santo me propôs qualquer... e eu propus ou tratamos de qualquer assunto que não fosse de interesse público. O Banco Espírito Santo, quero repetir, me pediu várias vezes uma audiência, e eu dei, tratou comigo sobre os investimentos do Banco no Brasil. Ponto final. O Sr. Marcos Valério estava acompanhando. A USIMINAS... Eu era responsável — recebi quase todas as



empresas da área de siderurgia, recebi com o Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, tínhamos em questão para tratar —, eu era responsável pela área de investimentos de infra-estrutura. O Sr. Marcos Valério veio acompanhando o Dr. Rinaldo — se não me engano é o nome —, que é o Presidente da USIMINAS. E no caso do Banco Rural já está explicada inclusive a questão do Banco Mercantil de Pernambuco: que eu apenas ouvi, e a Dona Kátia repetiu isso várias vezes. Jamais tratei de assunto do PT, jamais tratei de assunto de empréstimo, jamais tratei de assunto de dívida, nem ela, Dona Kátia Rabello, nem ele, Dr. Flávio Guimarães, ou os outros diretores. E muito menos o Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, meus questionamentos se dão em face dos próprios depoimentos das pessoas que estiveram aqui neste Conselho de Ética. Obviamente, nós não estamos aqui para desconsiderar depoimentos. Então, eu não vou desconsiderar e vou dizer para V.Exa. claramente, quer dizer, os depoentes têm deixado entender que havia uma relação estreita com o Sr. Marcos Valério. E às vezes deixam insinuações do tipo... Quando eu pergunto: *“No governo passado, V.Exa... V.Sa. tratava também dessas questões do Banco com a Casa Civil?”* *“Não, nós tratávamos com o Banco Central.”* *“Nunca tratou com a Casa Civil?”* *“Não. Só neste Governo é que passamos a tratar com a Casa Civil.”*

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Vamos ver o depoimento dela depois, frase por frase, porque é um depoimento bastante contraditório, Sr. Relator, Sr. Presidente. O que eu quero dizer, Deputado Orlando Fantazzini, se o senhor me permite...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... é o seguinte: ela mesma diz que eu apenas ouvi. Ela me colocou a questão do Banco Mercantil... Jamais — e o Banco Central já expôs isso em nota — tratei desse assunto com o Banco Central.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ela disse que o senhor apenas ouviu, mas depois ela disse também que só tratou desse assunto com a Casa Civil. Então, por isso eu me vejo na obrigação de fazer as indagações, até porque eu preciso formar meu juízo de valor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Hã, hã.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, eram as perguntas e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Deputado Carlos Sampaio com a palavra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, demais Conselheiros, nobre Relator, ilustres advogados, eu queria deixar bastante claro a este Conselho e, particularmente, ao depoente, Deputado José Dirceu, que eu não estou aqui com um juízo formado sobre a representação feita contra V.Exa. Acho que é meu dever analisar o conjunto de provas para tão-somente manifestar-me sobre o que penso especificamente no tocante à representação sobre V.Exa. E tenho respeito pela história de V.Exa.

Deputado José Dirceu, como já foi dito várias vezes aqui, o PT fez de tudo para tentar impedir a instalação da CPI com a retirada de assinaturas, parecer contrário na Comissão de Constituição e Justiça e até mesmo tentou formar uma chapa-branca, que acabou não obtendo êxito em razão do proceder do Presidente e do Relator da CPMI dos Correios. V.Exa. já disse aqui que achava desnecessária a instalação da CPMI dos Correios. A pergunta que faço é num outro sentido. V.Exa. acha que a CPI ainda não mostrou a que veio?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, eu não vou emitir nenhum juízo de valor sobre CPI, até porque eu estou respondendo aqui, já fui julgado pela CPI sem direito de defesa, sem direito de defesa. O relatório foi aprovado por unanimidade sem eu ter direito de defesa. Estou respondendo no Conselho de Ética, não vou fazer juízo de valor sobre a CPI.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu pergunto isso porque V.Exa. afirmou, num dado momento aqui, que efetivamente era contrário à instalação dessa CPI. Mas eu queria lembrar a V.Exa., Deputado José Dirceu, que o episódio que envolveu os 3 mil reais recebidos pelo Sr. Maurício Marinho, funcionário dos Correios, já gerou até o presente momento a queda e, portanto, a demissão, de todos os diretores do IRB, todos os diretores de Furnas, 2 diretores do Banco do Brasil, todos os diretores da ELETRONORTE, todos os diretores dos Correios, a queda de 2 Ministros, dentre eles V.Exa., e também a queda do diretor da SECOM.



V.Exa., diante dessa afirmação que faço, entende que a CPI era necessária ou entende que os órgãos do Governo, o Ministério Público e a Polícia Federal poderiam dar conta da apuração dos fatos que relacionei?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Carlos Sampaio, a decisão do Presidente de fazer exonerações só demonstra o compromisso que o Presidente tem com a investigação, mesmo sem terem sido concluídas as investigações, sem ter concluída a culpabilidade de qualquer desses que o Deputado se refere que foram demitidos. O Presidente fez questão, para mostrar ao País e ao Congresso Nacional, de trocar os Ministros, os dirigentes, independente de qualquer julgamento, para que houvesse, da parte do Governo, uma total isenção nas investigações. Eu quero louvar o Presidente por isso. Com relação a... Não vejo relação entre isso e propriamente dito a CPI, porque as denúncias que surgiram surgiram não necessariamente em função do trabalho da CPI. O que nós precisamos é esperar a CPI terminar o seu trabalho, apresentar o relatório. E o senhor sabe que o relatório, de *per si*, não significa julgamento de ninguém, que o Ministério Público vai ter que depois fazer denúncia ou não e a Justiça vai ter que julgar, porque estamos no Brasil criando um precedente que pode ser perigoso para a democracia. Então, eu prefiro aguardar o fim da CPI, a análise do Ministério Público, a oferta das denúncias, o julgamento e o Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu só faço uma ponderação aqui que já fiz da outra vez que tive a oportunidade de indagar V.Exa., que a sua posição hoje contraria frontalmente a sua história no que tange a posicionamentos sobre CPI. Antes bastava haver uma fumaça e V.Exa. atacava e prejudgava, como aqui reconheceu que prejudgou um representante do Governo Fernando Henrique Cardoso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Já me arrependi...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E já se arrependeu e pediu inclusive desculpas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... de ter assumido aqui, não já?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Acho importante isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Se o senhor me permite...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ...quero hoje aqui dizer ao País que eu realmente reconheci, mas, infelizmente, o comportamento que eu tive não teve o Sr. Eduardo Jorge, que não aceitou a minha posição. Quero deixar isso claro também para o País. Eu tive o gesto, porque eu tenho humildade para reconhecer meus erros. Infelizmente, essa minha posição foi tratada de uma forma que é quase inacreditável pelo Sr. Eduardo Jorge.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - É importante isso. Se me permite, Deputado José Dirceu, V.Exa. reconhece e pede desculpas quando está sendo acusado pelo Congresso, e está sendo analisada a sua culpabilidade ou não pela Nação. V.Exa. não se desculpou com ele num ato ou num gesto de humildade que não numa inquirição feita numa CPI. É outro momento. E V.Exa. não quer que se veja nobreza no seu ato de pedir desculpas quando está sendo investigado pela Câmara. V.Exa. me perdoe, mas seria pedir nobreza demais para quem foi, por V.Exa., acusado e apunhalado por meses, sem nenhuma prova. E V.Exa. prejudgou ele e instigava a imprensa também a prejudgá-lo. V.Exa. tem uma posição bastante diferenciada. Quando é o Governo do PT, o Ministério Público tem que ter mordaza e a liberdade de imprensa tem que ser restringida. Quando o Governo é o de Fernando Henrique Cardoso, V.Exas. defendiam exatamente que o Ministério Público fosse livre e autônomo, como deve ser, e a imprensa deve ser investigativa, como deve ser. É uma mudança de postura que evidencia uma incoerência, mas uma incoerência nefasta, até mesmo para aqueles que integram ou tinham uma admiração pelo Partido dos Trabalhadores. Por isso eu faço esse registro, porque V.Exa. falou que o então Secretário particular não teve um gesto nobre. Eu só acho que V.Exa. não deveria esperar nobreza de quem V.Exa. acusou com tanta veemência. Mas eu vou voltar à pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado, eu gostaria de responder o senhor.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não. Foi só uma colocação, não foi uma pergunta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Mas eu quero. Em primeiro lugar, Deputado Carlos Sampaio, é inacreditável que o senhor venha aqui... O senhor tem



o direito, mas eu quero lhe dizer: quem propôs a mordaza no Ministério Público foi o Governo do partido de V.Exa., quem resistiu foi o Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu sou do Ministério Público e sou contra. V.Exa. é a favor?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sou contra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas o PT não tem-se posicionado contra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O PT se posicionou contra. Não andou aqui nesta Casa porque o PT ficou contra.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Muito pelo contrário. A liberdade de imprensa, V.Exa. é a favor?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu estou perguntando, porque V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado, eu peguei em armas pela liberdade de imprensa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, mas todos hoje prejudgam V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. Nem todos me prejudgam.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Todos prejudgam. V.Exa. hoje aguarda um julgamento com condenação criminal com trânsito em julgado para poder ser questionado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O senhor falou...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E na sua época de oposição, fazia o que bem queria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O senhor permite que eu responda? O senhor teve o direito de falar e o senhor cortou minha palavra já 3 vezes. Deixa eu concluir meu raciocínio. Então, quero reafirmar para o País que quem propôs a Lei da Mordaza foi o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o apoio partido de V.Exa. Se V.Exa. é contra, excelente. Eu também — certo? —, em primeiro lugar. Segundo, não estou discutindo liberdade de imprensa. Estou fazendo um juízo de valor que eu tenho direito de fazer sobre o comportamento da imprensa.



Não estou dizendo que a imprensa não deve investigar. Não estou dizendo que o Ministério Público não deve investigar. Agora, o Ministério Público tem o direito de investigar, a CPI tem o direito de investigar, mas o senhor sabe que sem o devido processo legal, sem transitado em julgado, se nós começarmos a condenar aqueles que são citados, são denunciados, estamos invertendo todo o processo democrático.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Concordo. V.Exa. já deve ter lido os testemunhos dados por suas testemunhas de defesa. E pergunto aquilo que já perguntei, portanto, V.Exa. já deve ter conhecimento: por tudo que se passou, por tudo que se evidenciou até o presente momento, posso afirmar que é evidente que a responsabilidade pela obstrução criminosa nas investigações é do Presidente Lula?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Presidente Lula jamais obstruiu qualquer investigação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esta afirmação minha seria uma afirmação incorreta, leviana?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Presidente Lula jamais obstruiu qualquer investigação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Esta frase é de V.Exa. com relação ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando disse que houve compra de votos e, portanto, V.Exa. fez essa afirmação categoricamente se antecipando à CPI, se antecipando à imprensa, se antecipando ao Ministério Público e a qualquer julgamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. disse o que bem quis enquanto Parlamentar. Mas hoje quer que os Parlamentares aguardem o julgamento com trânsito final pelo Supremo Tribunal Federal. Acho que é uma mudança de postura.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Posso responder?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se V.Exa. me permitir concluir, pode. Quero dizer o seguinte: quando V.Exa. fez essa afirmação, dizendo que é evidente que o Presidente Fernando Henrique estava por trás da obstrução da



investigação, V.Exa. não agiu com a correção que exige hoje dos Parlamentares, ou estou enganado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Está enganado, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, a afirmação foi correta?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Correta.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - À época?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - À época. O Presidente Fernando Henrique Cardoso...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, acho que qualquer informação neste sentido hoje com relação ao Presidente Lula, em razão das evidências, é muito mais correta ainda. Acho que a sorte que o PT tem é que o PSDB tem responsabilidade e está efetivamente na Oposição, porque fosse como o PT nós sairíamos com inúmeras, inúmeras afirmações todas elas inverídicas e sem respaldo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O senhor me permite que eu responda?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Em primeiro lugar, está havendo 3 CPIs no País. No Governo Presidente Fernando Henrique Cardoso nem houve CPI da compra de votos nem o Ministério Público investigou, nem o Ministério Público investigou. Por isso é que permanece válida a minha afirmativa. Eu, da outra vez, não trouxe, mas dessa vez trouxe, e vou deixar aqui, o mapa da corrupção do Governo Fernando Henrique Cardoso e toda ação que houve para impedir as investigações. É longo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deve ser um mapa muito parecido com esse que o PT tem feito agora para impedir todas as investigações. Deve ser muito semelhante, imagino.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Izar) - Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Vou continuar na inquirição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Mas eu só queria dizer isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. disse que não há provas do mensalão. Afirmou isso aqui de que está convencido disso. E apesar de não ter conhecimento específico, porque também já afirmou que não sabia dos



empréstimos, V.Exa. acredita que os empréstimos de fato ocorreram e que só o Sr. Delúbio sabia deles?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Já respondi esta questão, Sr. Presidente. Não vou retomá-la.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa., então, acredita que tão-somente o Sr. Delúbio sabia e os empréstimos ocorreram?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Já respondi esta questão aqui mais de 3 vezes.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Para seus colegas de partido respondeu a quarta e a quinta. Para mim, não é a primeira vez que quando indago a V.Exa. não responde e diz: "*Já respondi a esse questionamento*". Tenho uma linha de raciocínio que preciso desenvolver. Se V.Exa. pudesse tão-somente responder que acredita nos empréstimos e que foi tão-somente o Sr. Delúbio que teve conhecimento deles, eu poderia avançar nas perguntas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Carlos Sampaio, existe uma CPI investigando esses empréstimos. O senhor faz parte dela, inclusive. Cabe a ela esclarecer Ao País se foram só esses empréstimos. O Sr. Delúbio Soares tem dito e afirmado ao País que só ele tinha conhecimento. Ele nunca disse que eu tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço a resposta de V.Exa. Queria fazer algumas ponderações, porque o PT sempre se notabilizou pelas suas infundáveis reuniões como, aliás, afirmou aqui o ex-Presidente e ex-Deputado José Genoíno. Especificamente, neste caso que envolve empréstimos de 55 milhões, o PT quer nos fazer crer que tão-somente o Sr. Delúbio sabia. Em segundo lugar, o porquê do meu questionamento sobre os empréstimos: que empréstimo é esse em que o Sr. Marcus Valério tira 55 milhões de instituições financeiras e repassa a Parlamentares, por determinação do Sr. Delúbio, ou a partidos, que seja, e simplesmente não tem nenhum compromisso, nenhum contrato que lhe garanta receber os 55 milhões? Será que o que garantiria esses empréstimos ao Sr. Marcos Valério seriam contratos que seriam feitos pelo Poder Público, pelo Poder Executivo, pelo atual Governo do PT, uma vez que ele emprestou 55 milhões ao Partido dos Trabalhadores, sem um único contrato, mas nem de gaveta, tão-somente no fio de



bigode? Por fim, que empréstimos são esses que não exigem nenhuma garantia? V.Exa. acredita nos empréstimos, mas eu pondero — e queria ouvi-lo sobre isso — que nem mesmo o Vice-Presidente da República, que, obviamente, governa junto com o Presidente Lula, acredita, e disse isso textualmente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu já respondi essa questão, exaustivamente, aqui no Conselho de Ética, hoje. A CPI Mista dos Correios está investigando, Deputado Carlos Sampaio — o senhor faz parte dela — se houve alguma relação com o Poder Público, algum benefício para as empresas do Sr. Marcos Valério ou para o banco.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nós vamos concluir essa investigação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não me consta que houve. Eu não permitiria. Não participei. Repeliria qualquer proposta nesse sentido. Segundo lugar, o Vice-Presidente José Alencar tem o direito de ter a opinião dele. Cada cidadão, como cada um de nós, tem o direito de ter a opinião. O que eu posso dizer pra V.Exa. é que o Sr. Marcos Valério já tinha feito empréstimos com o Banco Rural no passado, sem aval e sem garantias, inclusive repassado pra partidos políticos — no caso, o PSDB de Minas Gerais, na campanha de 98. Então, não era, não é inusitado que ele tenha feito novamente, agora, em 2003, 2004. Independente de que isso está sendo investigado e vai ser apurado, eu quero repetir: não tinha conhecimento, não participei e não respondo por essas decisões.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. afirmou, em um dado momento, que deixava a Casa Civil — até mesmo em seu pronunciamento final — para defender-se, como Deputado, das acusações que eram feitas contra V.Exa. Agora, como Deputado, tem afirmado, constantemente, que não deve responder pelas acusações, porque estava, à época, como Ministro. Isso implicaria uma incoerência no seu proceder?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem, Deputado Carlos Sampaio, eu tenho-me defendido e vou continuar me defendendo, independente se tem... Mesmo que eu seja inocentado pelo Conselho de Ética ou pela Câmara eu vou continuar me defendendo, porque isso, esse assunto não vai, essa questão não vai terminar com cassações ou não, com o fim ou não de CPIs, com indiciamentos ou não, com



juízos ou não. Que abriu-se no País uma chaga. Abriu-se no País. Nós vamos ter que fazer muitas mudanças no País em função disso, e nós vamos continuar debatendo essa questão. Eu não relaciono a minha decisão de me defender com a minha decisão de fazer valer meus direitos, porque, se a Constituição diz á-bê-cê, eu vou defender para que seja aplicado o á-bê-cê. Isso não é incoerente com se defender. Eu vou continuar me defendendo, mas, se os meus advogados julgarem e eu tomar a decisão política, eu vou recorrer às instâncias do Poder Judiciário para fazer valer os meus direitos. Se o Poder Judiciário e/ou a Constituição diz que eu tenho esse direito, eu tenho que fazer valer esse direito. Isso não tem nenhuma relação com a minha decisão de me defender no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Concordo que é um direito de V.Exa., e deve exercitá-lo. É que existe uma defesa, que é uma defesa de mérito, e existe uma defesa, que é uma defesa procedimental. No mérito, o que eu esperava — acho que todos esperavam ouvir de V.Exa. — é que, quer como Ministro, quer como Deputado, V.Exa. não vê nenhum problema em ser analisado o seu caso aqui, porque tem certeza de sua inocência. Era o que nós aguardávamos, e não que, procedimentalmente, como Ministro, não poderia responder por essas acusações.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Mas eu vou responder no Supremo Tribunal Federal por crime de responsabilidade, por improbidade administrativa, por qualquer outro crime. Qualquer cidadão tem que fazer valer os direitos que ele tem na Constituição. Por que eu vou desconhecer a Constituição? Isso não significa que eu não quero ser julgado. V.Exa. é promotor, é advogado, e sabe que eu só... nós só estamos mudando a instância de julgamento: em vez de ser o Congresso Nacional, vai ser o Supremo Tribunal Federal. Eu não vou deixar de ser julgado, não vou deixar de me defender, porque, se eu cometi algum ilícito, eu vou responder, seja aqui, seja no Supremo Tribunal Federal. Não ficará impune isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Repito: eu concordo que é um direito de V.Exa.

V.Exa disse hoje, aqui, que as reuniões que teve com o Sr. Marcos Valério na verdade não foram em razão de solicitações dele, mas, sim, pelo fato de ele estar acompanhando representantes ora do BMG, ora do Banco Rural, enfim — não sei



se esse foi o termo, que ele seria representante desses bancos, BMG e Banco Rural. Seria isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Eu não digo representante. Ele estava acompanhando esses bancos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tinha ligações com esses bancos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O caráter são os bancos que têm que explicar para o Conselho de Ética e para a CPMI.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeitamente.

Se V.Exa. sabia, como de fato sabia, que ele representava o BMG, não lhe parece estranho que V.Exa. não tivesse conhecimento ou mesmo que nenhum dos integrantes do BMG levassem ao seu conhecimento que o BMG estaria, por solicitação do Sr. Sílvio Pereira, segundo informou o próprio Marcos Valério, empregando a sua mulher — ex-mulher, me perdoe — e não seria estranho também que, nesse mesmo período, o Banco de Minas Gerais fizesse um empréstimo também a pedido do Sr. Marcos Valério?

Eu digo pelo seguinte: V.Exa. já falou, e eu sei e compreendo, que, com relação à sua ex-mulher, V.Exa. não tem que ficar dando satisfações, porque ela tem a vida dela — e reconheço isso; V.Exa. disse hoje, e eu reconheço. O que me assusta é por que — e não é com relação a V.Exa. — o Sr. Marcos Valério usava, em todos os cantos, o nome de V.Exa., inclusive para Sra. Kátia Rabello. Quer dizer, quem o legitimava? O Sílvio Pereira? O Delúbio? Porque, que não foi ele que marcou está evidenciado. Não foi ele. Mas ele dizia a ela que iria agendar, e a reunião acontecia. Que não foi ele que marcou o jantar me parece que isso está claro, mas ele dizia a ela que o jantar iria ocorrer e ocorreria; que não foi ele que solicitou, que não foi V.Exa. que solicitou empréstimos e nem emprego para sua ex-mulher, isso também está evidenciado e patenteado, reconheço. Mas, mesmo assim, ele foi e pediu ao Sr. Sílvio Pereira, e o Sr. Sílvio Pereira pediu ao Presidente do BMG, e o Presidente do BMG disse isso em depoimento. Por que esse proceder dele e por que essa vontade de agradá-lo? Por estar próximo ao poder?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Carlos Sampaio, em todos os depoimentos do Sr. Marcos Valério ele deixou claro que não tem nenhuma relação comigo. Chegou a dizer que se considera meu inimigo e que nunca teve relação



comigo, nunca telefonou para o Ministro José Dirceu. Segundo, como o senhor mesmo disse, V.Exa. mesmo afirmou, D. Ângela Saragosa é minha ex-esposa. Tem seus círculos de relações pessoais, familiares, profissionais e é responsável pelas suas decisões e suas ações. O Sr. Sílvio Pereira, idem. Os bancos já afirmaram que eu não tive nenhuma participação. Nenhuma. Se eu tivesse tido, eu assumiria. Mas não tive. O Sr. Marcos Valério nunca se dirigiu a mim para marcar nenhuma agenda. A D. Kátia Rabello já disse que me convidou, que me ofereceu um jantar. Está numa nota dela, assinada pelo banco, certo?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu reconheço isso. Eu reconheço e, inclusive...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - E as outras agendas tem também quem as pediu. Com relação à relação do Sr. Marcos Valério com os bancos, quem tem que responder por isso é o Sr. Marcos Valério e os bancos. Na Casa Civil o Sr. Marcos Valério nunca teve comigo nenhuma relação, nenhuma influência.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Já finalizando, Sr. Presidente, eu apenas trago ao conhecimento de V.Exa. e do depoente que o advogado Rogério Tolentino, agora na Subcomissão dos Correios, ele, como sócio do empresário Marcos Valério, disse, há pouco, em depoimento à Sub-Relatoria de Movimentações Financeiras, que sabia, no fim de 2003, que havia comprado um apartamento da ex-mulher do Deputado José Dirceu, então Ministro-Chefe da Casa Civil, Maria Ângela Saragosa, na Capital paulista: *“Me foi colocado que o apartamento era de uma ex-mulher do José Dirceu”* — afirmou Tolentino. *“É claro que, quando me foi solicitado que comprasse esse apartamento, estava embutido que essa transação estaria nos ajudando”*.

É ele falando por ele, evidentemente não envolvendo diretamente V.Exa., mas é mais um a afirmar isso. E o próprio Presidente do BMG confirma que realmente atendeu a um pedido do Sílvio Pereira para empregá-la. Eu só queria que V.Exa. tivesse conhecimento disso, porque, em que pese...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Cada um...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deixa eu...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O senhor sabe que a D. Ângela Saragosa não sabia quem era Rogério Lanza Tolentino. Ela já afirmou isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu li nota.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - E eu não sabia que ele tinha comprado esse apartamento. O Sr. Ivan Guimarães disse a ela que não tinha condições de comprar o apartamento e que um terceiro o faria e alugaria o apartamento para ele, e ela acreditou nisso. E eu não tinha conhecimento disso, como não tinha conhecimento... tinha conhecimento do emprego do BMG, que ela fez uma seleção, passou e presta serviço — e não me consultou. Não tinha conhecimento do empréstimo do Banco Rural também; tomei conhecimento agora, quando surgiram os fatos. Quero dizer que estou separado há 15 anos da Sra. Ângela Saragosa, que é a mãe de uma filha minha, e que ela tem... Ela responde pelos atos dela, e cada um responde pelos seus atos nesse caso. Eu estou absolutamente tranqüilo com relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Deputado José Dirceu, eu queria até consignar algo aqui importante. Eu sou radicalmente contrário a envolvimento de quaisquer questões que digam respeito a família, a ex-mulher ou a coisa que o valha, porque não é o foco dessa investigação. Eu peço que V.Exa. compreenda que, quando falo disso, é porque foi uma ponderação feita pelo Silvio Pereira, uma ponderação feita pelo Sr. Marcos Valério e pelo Presidente do BMG. Em hipótese alguma eu estaria trazendo para o foro, para a análise deste Conselho questões pessoais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Carlos Sampaio, só... Mas como, feliz ou infelizmente, o assunto veio à baila, eu sou obrigado a defender a Sra. Ângela Saragosa. Primeiro, porque ela fez uma seleção, fez uma pesquisa e presta serviços ao banco e é reconhecido... Pode-se ir ao banco e ver com todos os funcionários do banco que ela presta o devido serviço. Segundo, é real que ela fez um empréstimo no banco lá, mas ela paga pontualmente o empréstimo, e o empréstimo que ela fez está tudo declarado no Imposto de Renda, tudo declarado corretamente, então... porque não pode passar a imagem também... Porque eu tenho que defender a imagem dela. Se houve erros, não foi da parte dela, e, na nota



dela, ela é muito clara que não sabia que o Sr. Rogério Tolentino era alguém ligado ao Sr. Marcos Valério. Ela não tinha essa informação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito. E a última colocação que faço para ouvi-lo sobre isso é que V.Exa. afirmou que, com relação ao envolvimento do Partido dos Trabalhadores ou deste Governo nas nomeações, indicações para IRB, Furnas, Banco do Brasil, ELETRONORTE, enfim, que cabe à CPI apurar, mas que uma coisa é existir irregularidades dentro dessas estatais, outra coisa é evidenciar-se o envolvimento do Presidente ou de Ministros.

Eu só queria colocar que, com relação a essa reflexão feita por V.Exa., que o Governo tem duas modalidades de culpa: ele tem a culpa quando elege seus representantes para as estatais e tem a culpa quando deixa de vigiá-los — são as chamadas culpa *in elegendo* e *in vigilando*. É nesse aspecto que eu acho que o Governo pecou, e pecou para valer quando fez as indicações.

Eram essas as minhas palavras finais. Agradeço a atenção de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Só, Sr. Presidente, para constar que, evidentemente, eu discordo. O Governo vigiou, e uma das razões inclusive do crescente atrito é a negação do Governo de nomear determinados indicados, a negação do Governo de nomear para determinados cargos. O Governo não só exerceu a vigilância como tomou medidas preventivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Deputado José Dirceu, Presidente, Relator, companheiros, vou tentar ser o mais técnico possível para a gente não partidarizar qualquer tipo de discussão. Existe um fato: houve um dinheiro não declarado, conseqüentemente irregular, que foi distribuído entre partidos que eram da base do Governo. Esse é um fato. A origem, talvez o empréstimo... E eu queria saber até como é que eles vão justificar o empréstimo, o gasto do empréstimo, porque ao dar para uma pessoa que não pode ser declarada tem que justificar de alguma forma esse empréstimo. Eu não sei como isso aconteceria, mas é um fato. E é esse fato que originou, que deu maior substância às denúncias verbais, o fato de a gente encontrar empréstimos com garantias pífias e empréstimos direcionados para partidos sem que houvesse os devidos registros legais nesses empréstimos. Esse é



o fato maior que corrobora que houve doações para partidos não registradas. E a origem, aí, fica uma origem dúbia. E é esse fato que faz tudo isso acontecer, isso teoricamente beneficiou a base do Governo. Então, por isso que se traz à baila que teoricamente foi beneficiado o Governo.

Agora, o que eu penso é o seguinte: a relação com o Congresso, no meu ver, é vital para qualquer Presidente da República. Quer dizer, não tem como um Presidente da República ficar alheio à relação com o Congresso.

A pergunta que eu faço é se a Casa Civil, ela se reporta diariamente na evolução dessa relação com o Presidente da República ou com que frequência ela se reporta ao Presidente da República.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Enquanto eu fui Ministro-Chefe da Casa Civil, me reportava nos momentos mais importantes, nos momentos de votações mais importantes, de impasse ou de mudanças da situação política dentro do Congresso.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E nisso se reportava tudo ao Sr. Presidente da República?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Nos termos que eu acabei de afirmar, nos momentos mais importantes, nos momentos de crise, nos momentos de grandes votações.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - E talvez dizendo quando tem problema num partido ou noutro, quando precisa de ajuda de outros Ministros, coisa desse nível. Não estou falando no caixa dois; estou falando de distribuição de cargos, de emendas, de coisas desse tipo assim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - No meu caso particular, como eu era Deputado licenciado, como eu fui Presidente do PT, como eu tinha relações políticas, é evidente que esse reportar é menor que em qualquer outro caso. Todos aqui sabem que eu tinha um nível de relação com o Congresso, até 21 de janeiro de 2004, e de conhecimento das Lideranças partidárias, todas, da Oposição e da Situação, e um nível de diálogo inclusive com a Oposição, que dava evidentemente à Casa Civil, ao exercer articulação política, uma capacidade maior, que, inclusive, atenuava a necessidade da participação do Presidente da República — enquanto eu fui responsável pela articulação política.



O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Porque eu acredito que, dentro dessa articulação, V.Exa. mesmo fala que não fez nada ilegal; então, toda a sua articulação era, tudo que V.Exa. fez, era reportado ao Presidente da República. E V.Exa., pelo que eu vejo, funcionava como um anteparo até para o Presidente da República. Não é nesse sentido, mais ou menos? Por exemplo, quando tinha...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Supõe-se que os Ministros têm delegação do Presidente para resolver aquilo que podem resolver.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não, mas eu acho que o Ministro da Casa Civil é pior ainda ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim, em certo sentido, sim.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN -... porque, geralmente, quem tem que dizer não é o Ministro da Casa Civil. Quer dizer, quando tem que fazer as coisas ruins é o Ministro da Casa Civil, quando o negócio deu certo, aí a gente joga tudo para o Presidente, que é para ... Isso não tem novidade nisso, não. Acho que qualquer Governo, qualquer Secretário de Governo geralmente age assim também no intuito de ser um anteparo para o principal. É mais o menos isso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem. O Presidente Lula é o único Presidente com quem eu convivi. Ele governa, exerce o Governo, acompanha os projetos prioritários, acompanha as políticas. O Presidente da República construiu junto com vários Ministérios o Projeto de Integração do Vale do São Francisco, quando construiu o projeto de gás, o projeto do *biodiesel*, construiu vários projetos para a área de educação. É um Presidente que se reúne com as câmaras, que acompanhou a integração das bolsas — Vale-Gás, Bolsa Família, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola. É um Presidente que atua. Nesse sentido, ele não delega; ele é um Presidente que acompanha, que define as políticas de Governo. Estão tentando passar para o País uma outra imagem do Presidente Lula, o que é uma injustiça com ele. No caso específico do dia-a-dia do Congresso Nacional, das questões políticas do Congresso Nacional, ou do dia-a-dia dos Ministérios, é evidente que o Presidente não acompanha. Eu levava ao Presidente os grande problemas do Congresso Nacional, os grandes impasses.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Mas ele tem interesse...



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Vou dar um exemplo: o Ministro tal pediu demissão, e não há mais como se chegar a um acordo. é uma hipótese, porque não aconteceu isso, principalmente enquanto eu estava lá. Como resolver? É uma coisa que depende do Presidente. não posso levar para o Presidente os problemas das emendas que serão aprovadas ou não, que a própria base do Governo ou a oposição estão propondo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Até porque quem assina todas as medidas provisórias é ele. Então, não tem como ...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Todas as vezes que há um impasse... Por exemplo, o caso do Orçamento. É evidente que o Ministro Palocci, o Ministro do Planejamento e a Ministra Dilma...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - “Deu problema na base aqui”, “deu problema”, “essa medida provisória vai ter problema” — isso aí é conversa normal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Mas enquanto eu fui Ministro-Chefe da Casa Civil não aconteceu aqui na Casa nenhum grave problema com a base do Governo. Até pelo início do Governo, pelo momento que o País estava vivendo, porque as reformas que foram propostas tinham apoio em alguns setores da Oposição. Só dentro do PT que deu muito problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Moroni, eu queria fazer um apelo a V.Exa. e aos Srs. Deputados. Estava programado para terminar às 19h30. Vamos levar até as 20h. Então, gostaria que todos falassem. São 4 inscritos, mais o Relator. Então, se pudesse apressar as suas perguntas, seria muito importante. Por favor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Estou tentando, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Então, eu vou direto a um outro ponto. Parece que toda a culpa do empréstimo, do caixa dois e dessa distribuição aos partidos recai sobre o Delúbio. Aí, a pergunta vem: quem é que deu tanta força para o Delúbio? Inclusive até hoje, mesmo ele sendo culpado, nunca saiu do partido? De onde vem essa força do Delúbio, que mesmo todo mundo dizendo — *“Não, o problema é do Delúbio; isso aí é problema do Delúbio; o negócio do caixa dois é Delúbio; o negócio de dar dinheiro é Delúbio.”* De onde vem essa força?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não é que dizem. É ele que diz, ele que assumiu, ele que afirma. Essa é uma questão. Essa pergunta não pode ser dirigida a mim, porque eu não era da direção do PT Executiva e não participava das decisões — quero repetir —, administrativas, orgânicas e financeiras da direção do PT.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sabe qual é a imagem que fica? A gente tem o costume de falar que quem dá o dinheiro dá a ordem também, não é? Se o Delúbio era quem distribuía o dinheiro, então, e se ele decidia — *“Não, eu vou dar agora 2 milhões para o PL; agora, vou dar 4 milhões para o PTB”* —, então, o verdadeiro articulador político do Governo era o Delúbio, porque ele é que distribuía o dinheiro para o pessoal. Dá para pensar assim?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Moroni Torgan, o ex-Tesoureiro Delúbio Soares, que está em processo de expulsão do PT, que só não foi julgado porque ele ganhou uma liminar na Justiça, porque não foi obedecido o devido processo legal...

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Mas será...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deixe eu responder.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não. Eu vou deixar tu responderes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu vou lhe responder, vou lhe responder.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Só fazendo um adendo para tu poderes responder. Será que ele também não é um anteparo para o PT?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Veja bem. Eu quero — o senhor me tirou a resposta aqui.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Desculpe. É que estava dentro da...

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - É que estou cansado já. O senhor me tirou a resposta.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - É que estava dentro da resposta. Desculpe.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - No caso dos repasses que ele assumiu, que foram realizados para o PL e para o PTB, do PL eram um acordo político-eleitoral que não foi cumprido, segundo o Delúbio, em 2002, e foi pago em 2003. Para o PTB, eram acordos político-eleitorais da eleição de 2004. Portanto, as



decisões políticas não foi o Delúbio que tomou. A premissa que... Estou querendo dialogar. Não é de minha responsabilidade, não é minha seara, mas até por respeito à pergunta de V.Exa., o que eu posso responder é isso. As decisões políticas eram tomadas na Executiva e no Diretório Nacional.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Até porque o Delúbio diz exatamente isso. Ele diz que essas dívidas foram colocadas para a Executiva e que a Executiva mandou ele dar um jeito para se virar, não é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Já falei sobre essa questão, Deputado.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Eu vi que já tinha colocado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, para encerrar, por favor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Vou encerrar, Presidente. Eu não estou nem há 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Há mais 5 inscritos. V.Exa. está há 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Dezesesseis minutos, não pode ser, Presidente. Quando houve um vácuo, quando V.Exa. saiu e até Aldo Rebelo entrar, quem é que coordenava nesse ínterim esses acordos políticos?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Não houve vácuo. No dia que saí, o Aldo Rebelo foi nomeado o articulador político do Governo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Não. Eu fiz errado, eu fiz errado. Foi depois que o senhor saiu da coordenação política e ficou na coordenação administrativa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sim.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Ali houve um vácuo. Quem é que ficou?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - O Aldo Rebelo. Ele era o articulador político do Governo. Eu assumi a coordenação do Governo.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Porque várias vezes, várias vezes colocavam — e eu acho justo — que várias vezes quem realizou esse acordo foi o Presidente Lula, no caso. E eu acho justo que o Presidente se preocupe com isso. Ele está tão preocupado com isso que está botando o coordenador político dele para



ser o Presidente da Câmara, o candidato a Presidente da Câmara. Acho uma ação direta do Presidente. Inclusive foi lançado o Chinaglia e, logo depois, houve uma articulação do Planalto colocando o Aldo Rebelo. Então, há uma preocupação do Presidente nesse sentido.

O que que fica no ar? Por exemplo: ninguém acredita que o Delúbio determinava tudo, determinava os milhões, determinava os empréstimos sem respaldo. Ninguém acredita nisso. E mesmo porque eu acho que os partidos, quem devia para os partidos não era nem o PT, quem devia foi a campanha, se isso foi um pagamento de dívida, foi a campanha que ganhou.

Quer dizer, o PT, para dizer a verdade, não era o devedor do PL, do PTB e do PP. O devedor do PL, do PTB e PP era a campanha que ganhou, ou seja, a Presidência, o Governo que ganhou. Nesse sentido é que fica difícil de a gente acreditar que o Delúbio decidiu tudo sozinho e não foi uma ação em que a Executiva, junto com membros do...

Porque o errado na ação não foi decidir em pagar dívida; o errado na ação foi ter feito isso tudo por baixo do pano. Esse é que foi o erro da ação. Por isso que eu acho difícil, e eu concordo com V.Exa. quando V.Exa. diz que no PT nada foi feito sem discussão e sem ir a debate. Eu acredito que também o Delúbio não tomou nenhuma posição sem ter discutido com todo o mundo, e ter debatido, e ter decidido. Infelizmente, o modo como foi feito posteriormente, foi um modo errado, que propiciou aí, inclusive, contas no exterior e essas coisas desse tipo.

Então, isso que eu gostaria de dizer: no meu ver, da mesma forma que V.Exa nunca atuou sozinho, não adianta chamar toda a responsabilidade para si. Eu acho que todo o Governo é responsável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Moroni, vamos terminar, por favor.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Vou terminar. Todo o Governo é responsável. Da mesma forma com o Delúbio. Eu acho que não foi ele sozinho que realizou isso. Eu acho que, mais tarde, é ver as declarações para acarear, para ver, talvez, alguma acareação nesse sentido: Delúbio, Marcos Valério ou coisa parecida. Uma sugestão ao Relator. Eu agradeço a V.Exa.



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, só para deixar esclarecido: quando eu falo das decisões, eu estava falando de decisões de programas, de política de aliança a partir da minha entrevista na *Folha de S. Paulo*, de construção do PT, de estratégia. Não estou falando de decisões em campanha eleitoral, de arrecadação de fundo, e muito menos nessa campanha eleitoral de 2002 ou na de 2004, ou sobre esse fato específico das relações com o Marcos Valério, com as empresas dele e com os bancos. Em segundo lugar, quando eu falo do Governo, eu falo das decisões do Governo, não das decisões do PT. O Governo toma as suas decisões, tem uma forma de decidir, que é completamente diferente do partido, porque nós estamos no presidencialismo. E quero reiterar: quem afirma e reitera que tomou a decisão de fazer os empréstimos junto aos bancos, através das empresas do Sr. Marcos Valério, e tomou a decisão de utilizar o Banco Rural como uma forma de repasse desses recursos, é o Sr. Delúbio Soares. Eu não respondo pelo PT desde que eu deixei a Presidência e a Comissão Executiva Nacional. Eu não posso responder por isso. Eu, muitas vezes, acabo respondendo, porque eu, por dever de ofício, tive que estudar, nesses 150 dias, tudo o que aconteceu. Então, eu tenho todas as informações, até pelas minhas características, pela forma que eu tenho de agir, que eu faço questão... Eu li todos os depoimentos; eu li meu o depoimento todo do Conselho de Ética, anotei, fiz resumo de cada um. Porque, como eu estou convicto da minha inocência, eu tenho que me ater também aos fatos, às provas, aos depoimentos concretos, mas eu não posso responder. Quem tem de responder isso são o Sr. Delúbio Soares e o Presidente José Genoíno, que, aliás, já estiveram aqui no Conselho de Ética, não no Conselho de Ética, o Sr. Delúbio Soares, mas na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado José Dirceu, demais Deputados e Deputadas membros deste Conselho. Deputado José Dirceu, o senhor, reiteradas vezes, e hoje aqui também, repetiu que tem sido vítima de um processo que chega às vezes quase às raias de uma espécie de um linchamento moral da sua trajetória, da sua história, por setores da imprensa, por setores da Oposição. Em relação a isso, recentemente, inclusive em vários artigos de jornais têm sido publicados, sustentando esta mesma tese. Wagner Tiso, do



jornal *O Globo*, no sábado, muito interessante a entrevista com ele. O artigo do Paul Singer, *As Razões do Ódio*, na *Folha de S.Paulo*, de sábado. Mas talvez ninguém tenha verbalizado isso de forma tão escrachada como o Senador Jorge Bornhausen, quando veio a público e disse: “*Não podemos perder a oportunidade de acabar com esta raça por 20 anos*” — ou por 30 anos —, numa clara manifestação de quem faz desse debate não um debate motivado por uma investigação de maior ou menor amplitude, mas, sim, como um biombo, digamos assim, de uma disputa de proporções muito maiores.

Como V.Exa. analisa esse processo, especialmente as acusações que são feitas com relação a V.Exa. em meio a esse cenário, em meio a esse contexto?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu já fiz referência a esse quadro político que o País passa e ao comportamento que cada ator tem adotado, e quero reiterar rapidamente, pelo adiantado da hora, que nós não podemos e não devemos, evidentemente, nos opor às investigações e à ação das CPIs ou do Ministério Público, do Tribunal de Contas. O País precisa adotar medidas evidentemente em todos os níveis, ou da reforma política, ou da reforma administrativa, do aumento do controle, para impedir esse problema sistêmico que nós temos de corrupção. Mas não posso aceitar, quero repetir aqui, que o Governo tenha promovido ou seja um Governo corrupto. Segundo, que eu seja o chefe do mensalão ou que eu tenha participado de alguma ação concertada para fazer nomeações com objetivo de levantar recursos através de atos de corrupção e muito menos que eu possa ser cassado por algumas outras questões laterais. Acredito que o País, cada semana que vai passando, vai separando o joio do trigo, vai compreendendo a dimensão dos problemas que tivemos, o PT vai compreendendo também a dimensão dos erros que nós cometemos e vai separando o que é a necessidade de manter a estabilidade econômica, de manter instituições funcionando, de não se propor golpe branco, não se propor *impeachment* do Presidente por uma questão só político-eleitoral, de não se fazer prejulgamento do PT como um todo ou do Governo como um todo. Acho que o próprio debate político no País, a própria ação das CPIs vai construindo uma outra leitura, uma outra imagem da crise. Por isso é que estou tranquilo. Acredito que a frase do Senador Jorge Bornhausen acordou muita gente, despertou muita gente para a gravidade da situação que estamos vivendo, no



sentido da ofensiva que estavam começando a fazer não para apontar os erros do PT, mas para destruir o PT; não para apontar ilicitudes que possam ter acontecido na administração pública, responsabilidades, mas para procurar desestabilizar o Governo, e também esse substrato que tem mais racista e mais classista, que acabou misturando nessa frase, que não condiz com a democracia, evidentemente, porque temos alternância de poder no Brasil. O povo vai julgar o Governo do Presidente Lula dia 1º de outubro e vai nos julgar a todos no dia 1º de outubro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Deputado José Dirceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, Deputado, mais uma pergunta só; senão, os outros inscritos não poderão falar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Jefferson, na primeira vez que tratou desse tema, que veio a público, numa série de relatos que fez, com muita ênfase contou uma história quando ele teria procurado V.Exa. e teria dito a V.Exa. que alguma coisa estranha estava acontecendo e que poderia o PT estar repassando dinheiro para partidos aliados, que o Delúbio poderia estar, de alguma forma, agindo de maneira equivocada, e que V.Exa. teria reagido com indignação, um gesto teatral. Ele chegava, V.Exa. teria batido na mesa, de forma indignada, protestado, e teria dito que jamais aceitaria ou concordaria com esse tipo de conduta. Mais adiante, quando as investigações continuaram, quando as denúncias se agravaram sobre os Correios, sobre IRB, sobre Furnas, o ex-Deputado Roberto Jefferson apresentou uma nova versão que caracterizava V.Exa. como o chefe do mensalão, evidentemente numa versão totalmente contraditória e diferente daquela versão original. Por que V.Exa. avalia que o ex-Deputado Roberto Jefferson tenha mudado tanto de versão? Porque num primeiro momento ele o colocava como alguém não só que não sabia como alguém que não toleraria esse tipo de conduta dentro do Governo, e, na medida em que as investigações foram avançando, tentou também envolver o seu nome como suposto chefe desse esquema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Eu já afirmei no Conselho de Ética que o Deputado Roberto Jefferson não pode transferir a prevaricação dele para terceiros, seja o Ministro José Dirceu, seja o Ministro Deputado Palocci, seja o Ministro Aldo Rebelo, seja o Ministro Ciro Gomes, ou o Deputado Miro Teixeira, ou o Ministro...



Não pode. Segundo, acredito que foi uma tentativa de desviar o foco completamente das investigações nos Correios e da participação dele. Ficou claro isso para o País e creio que para a Câmara também, que já o julgou. Acredito que a primeira versão dele é tão inverossímil que, da maneira como ele expôs pela primeira vez, ele não fala o nome Delúbio Soares, sou eu que entrego o Delúbio Soares. Quem lê a primeira vez que ele falou nisso, se dá conta disso. Como eu, por dever de ofício, sou obrigado a ler e reler 10 vezes, na terceira vez me dei conta disso, de que ele só fala — em tese, porque ele não fez essa fala comigo —, ele teria dito para mim que precisava ver, que é um absurdo, que os Deputados estariam pressionando, teria problemas no Congresso. Nunca usou a expressão, nem lembro se ele usou ou não já aquela expressão “mensalão” da primeira vez que ele fala disso, entendeu? Mas aí ele diz que eu respondo que o Delúbio não podia fazer isso, o que mostra... Por que eu responderia isto, ‘que o Delúbio não pode fazer isso’? Então, nem a primeira afirmação é verdadeira, nem a segunda é verdadeira. Eu nunca, o Deputado Roberto Jefferson nunca falou comigo sobre essa questão, até porque minha relação com o Deputado Roberto Jefferson era estritamente institucional. Nunca dei a ele o direito de ter qualquer outro tipo de relação comigo, entendeu? Tive relação com todos os Líderes de todos os partidos, todos os Presidentes, com centenas de Deputados, todos os que me visitaram sabem como me comportava, do que eu tratava e como eu tratava as questões do País e do Governo, certo? Nunca tratei nada com nenhum partido, com nenhuma Liderança, que não fosse dentro do que são as regras de composição do Governo no Brasil, que envolvem participação no Governo, que envolvem interesse em investimentos, em áreas e prioridades políticas, em Prefeituras, em Governos de Estado, em relação mútua com Governos Municipais e Estaduais, que envolvem emendas Parlamentares, jamais tratei qualquer outra forma de relação com o Parlamento, com os Deputados, com as Deputadas, com os Senadores e as Senadoras e muito menos com Líderes e Presidentes de partidos. E quando tratei de alianças políticas, tratei — o próprio Valdemar Costa Neto faz questão de dizer que eu disse que só discuto a participação do PL no Governo... Ele repetiu isso na CPI do Mensalão, que era a minha atribuição como Presidente do PT.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA – Teria outras perguntas, mas evidentemente em função do adiantado da hora abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Agradecemos a colaboração. Com a palavra o Deputado Marcelo Ortiz. Deputado, rapidamente, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Estou marcando minha hora, Sr. Presidente, para não exceder, 19h46min. Está correto? Vou ser rápido. Tinha uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Dezenove e quarenta e seis, mas agora no final são 3 minutos para cada um.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Rapidamente, Deputado, por favor. Vou encerrar às 20 horas, quem falou falou, quem não falou... V.Exa. está ocupando o tempo, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Então não vou fazer pergunta. Se são só 3 minutos que V.Exa. vai me dar, então não vou perguntar. V.Exa. me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não fale, Deputado. Faça a sua pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas V.Exa. que está impedindo que eu pergunte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, faça a pergunta.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Não pode ser 3 minutos. Todo mundo aqui esteve falando 20, 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, a Presidência pode encerrar à hora que quiser. Eu não vou encerrar em consideração a V.Exas. Já deveria ter encerrado.

Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Meu tempo vai começar agora, Presidente? Por favor. Eu queria dizer a V.Exa. que vou ser muito rápido, porque efetivamente eu não vou fazer a pergunta que eu gostaria de fazer, ela é extensa. O



que ocorre — V.Exa. sabe, como advogado, como sei eu e como sabe o José Luís, meu colega — até agora é que me dá a colocação que existem o que nós chamamos de provas circunstanciais. Mas eu queria afirmar... É a segunda vez que eu estou participando deste Conselho e pude notar pelas perguntas que são feitas a V.Exa. e pela preocupação muitas vezes de Deputados que apresentam e informam algumas incongruências, alguns choques, que não há uma predisposição de cassá-lo. Porque se eles tivessem a predisposição de cassá-lo — e eu estou falando agora como advogado —, eles não fariam, não apontariam essas incongruências e iriam apontá-las no momento próprio, do relatório, no momento final, dizendo: “olha, existem essas e aquelas incongruências” — que entendemos normais, porque V.Exa. já respondeu a muita coisa, e a gente tem até que admirar a sua preocupação de estar lendo todos os depoimentos. E é muito difícil, não só porque é uma situação difícil, e nós advogados temos essa preocupação de responder as coisas corretamente. Então, eu tenho enorme preocupação que haja um pensamento de V.Exa. nesse sentido. O que eu pude sentir é que há exatamente aquela preocupação que V.Exa. disse que quer fazer: convencer a todos nós, pelo convencimento racional, normal, lógico, de que V.Exa. é inocente. Isso a gente sente — como V.Exa. disse — olhando olho no olho, como eu estou olhando para V.Exa. Eu tinha uma pergunta, ela é extremamente extensa, como eu disse, não vou fazê-la.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Me faça que eu respondo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. Eu vou fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Faço questão.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu lhe passo a pergunta depois.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Se o senhor me permitir,...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Lógico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - ... pode me passar e eu respondo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Com prazer. Eu queria fazer uma pergunta a V.Exa. Eu acho que já foi perguntado várias vezes isso, mas há uma coisa que me preocupa bastante. Diz o Roberto Jefferson que ele comunicou o fato do mensalão ao Presidente. E ele inclusive encena, diz que o Presidente, naquele



momento, caiu às lágrimas. E eu faço a pergunta: o Presidente não disse nada a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, sobre essa questão, não, porque eu não estava mais na articulação política e meus despachos com o Presidente se atinham a questões governamentais. Essa questão veio depois à mesa na discussão da coordenação do Governo, depois das medidas que foram tomadas. Então, veio em coletivo; não individualmente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Como V.Exa. é depoente, e eu entendo, já houve casos aqui que não entenderam assim, mas o depoente, quando ele fala, ele tem todo o direito de fazer a sua própria defesa. V.Exa. não é testemunha. Mas V.Exa. não me responderia isso, que é mais uma questão de informação: V.Exa. não achou estranho esse procedimento do Presidente da República com uma pessoa como V.Exa., que era da alta confiança dele, era ou é ainda, não sei, não estou pondo dúvida, que ele não dissesse nada a V.Exa.? V.Exa. me parece que sempre foi, pelo menos é o nosso entendimento, aquela pessoa mais ligada ao Presidente, que o orientava nas suas ações. V.Exa. não achou estranho esse procedimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, porque o Presidente delegou aos responsáveis, Ministro Aldo Rebelo e o Líder Arlindo Chinaglia, as providências que se tornaram públicas, e na reunião da coordenação de Governo isso foi discutido e relatado. Eu estava presente, portanto, eu fui informado na primeira reunião que teve, pode ter sido no outro dia, pode ter sido algumas horas depois, eu não me recordo, com o Presidente. Eu fui informado junto com os outros Ministros. Não havia a necessidade de ele me informar pessoalmente. E, naquele momento, nós temos que levar isso em conta, o retorno que houve. Porque nós sempre temos que colocar também o Presidente, no devido lugar, da instituição, para não atribuímos a ele aquilo que não é de responsabilidade dele. O Presidente delegou aos seus Ministros, ao seu Líder e ao seu Ministro. Eles vieram à Câmara; a Câmara informou que tinha tomado 2 procedimentos: a Corregedoria e o Ministério Público. O Sr. Roberto Jefferson não sustentava; não sustentou a denúncia. Então, o Presidente, de certa forma, se sentiu atendido. Mas eu digo que o assunto, de certa maneira, saiu da agenda da Câmara e do Governo.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado, parece que mediu muito tempo entre esse fato que o Roberto Jefferson diz ter informado ao Presidente até que isso fosse público. Não foi de imediato.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU – Não. Da providência do *Jornal do Brasil* até o mês, não sei se foi janeiro, não tenho a memória, aqui, agora, já estou muito cansado, quando o Roberto Jefferson fala na reunião para o Presidente, passou um tempo longo. Mas o retorno para o Presidente de que a Câmara tinha tomado todas as medidas foi de imediato. O depoimento do Líder Arlindo Chinaglia e o do Ministro Aldo Rebelo esclarece isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado pela colaboração.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Quero dizer a V.Exa. que eu não ocupei os meus 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, aqui são 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas os outros falaram 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, vou fazer duas perguntas. A primeira em duas partes. Mas eu não vou fazer nenhum prolegômenos, vou ser extremamente rápido. E mais do que isso: vou também fazer as perguntas de tal forma que o Deputado José Dirceu possa também respondê-las o mais objetivamente possível.

A primeira pergunta é a seguinte: na entrevista que deu à *Folha*, nesse domingo, uma das perguntas foi a seguinte: “*O senhor declarou, recentemente, ter responsabilidade política sobre a crise do PT.*” Essa é a pergunta. “*Que ao contrário de muitos o senhor não foge dessa responsabilidade; assume os seus erros. Quem não assume?*” Resposta do Deputado José Dirceu: “*Muita gente. Parece que fui Presidente do PT sozinho, Secretário-Geral sozinho; o PT não foi construído assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são Prefeitos, Governadores, Ministros, Deputados e Senadores que participaram da construção de toda essa estratégia comigo*” — de toda essa estratégia. E aí continuando: “*E o Presidente?*” “*O próprio Presidente da República. É o que digo. A responsabilidade é de todos*



nós”. *Folha*: “O Presidente Lula participou de todas essas discussões?” “Participou; todos participaram. Mas eu quero discutir e avaliar que não aceito é a imagem de que fiz tudo sozinho”.

Deputado José Dirceu, quando o senhor diz “(...) *participaram da constituição de toda essa estratégia comigo*”. Que é a estratégia responsável pelos erros. Daí a palavra assumir a responsabilidade política pelos erros, pela crise. O que é essa estratégia?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - A entrevista está clara, Deputado, Mendes Thame: política de aliança, programa de governo, estratégia. E está claro também com relação aos outros problemas que o Presidente não teve participação nenhuma, nem eu tive participação nenhuma.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Pois é. É justamente da própria entrevista que a gente diz: se a responsabilidade tem que ser por alguma coisa negativa, é evidente, eu não vou ter responsabilidade por uma coisa positiva; quando eu quero compartilhar com os outros a responsabilidade, é por alguma coisa negativa. Agora, lá, à frente, eles perguntam: “*A crise atual não é uma consequência da política de alianças com esses partidos, de decisões, como a contratação de Duda Mendonça?*” Resposta: “*O erro não foi ter feito políticas de alianças e ter contratado o Duda; foi ter feito caixa dois*”. Mais à frente: “*A forma como o PT assimilou a mercantilização das campanhas, foi sim um erro*”.

Portanto, se o erro foi caixa dois e a mercantilização das campanhas, quando se refere à responsabilidade que tem que ser compartilhada com todos — e acho muito justo isso, aliás fiz perguntas nesse sentido, tentando ver quem são as pessoas que compartilhavam dessa responsabilidade —, mas é a primeira vez que vejo isso dito aqui de forma tão clara nessa *Folha*, de que são muitos os que compartilharam dessa responsabilidade. Se o erro foi o caixa dois e a mercantilização, o Sr. Presidente da República que responsabilidade ele tinha? Ele não tem responsabilidade no caixa dois, nem na mercantilização das campanhas?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Mendes Thame, mercantilização de campanha não tem nada a ver com caixa dois, como o senhor sabe. É só olhar no *Dicionário Aurélio*. Segundo, o senhor não ponha na minha boca aquilo que eu não falei. A entrevista está muito clara: que o Presidente da República



não teve nenhuma participação nas decisões de campanha, decisões de levantar recursos, decisões de caixa dois ou não. Eu estava falando de uma discussão — que o tempo aqui não permite que nós possamos —, que há um debate político no PT sobre os erros, ou não, que foram cometidos durante esses 10 anos, ao estabelecermos uma estratégia para chegarmos ao Governo com relação à política de aliança, à *Carta ao Povo Brasileiro*, ao *marketing* eleitoral. É disso que eu estou falando. Eu não estou falando — e digo isso na entrevista claramente —, não estou falando dos erros que foram cometidos com relação a levantamento de recursos pelo Marcos Valério, pelas empresas, ao repasse pelo Banco Rural, ao chamado caixa dois etc. etc. Não é disso que eu estou falando. É não, não, não. O Presidente não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sim. Mas, paradoxalmente, quem é que foi a primeira pessoa que anunciou que o PT fazia caixa dois, com outras palavras, com recursos não contabilizados? Foi o próprio Presidente da República numa entrevista dada em Paris um dia antes do anúncio do Delúbio aqui na *Globo*. O Presidente anunciou um dia antes. Quem o informou disso?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Deputado Mendes Thame, todos ouviram a entrevista do Presidente. Inclusive eu faço uma leitura dela — tenho direito como cidadão — que ele falou em tom crítico. Não falou em tom aceitando que no País havia prática de caixa dois, que isso não era atual. Foi isso que o Presidente disse, e não falou elogiando ou concordando. O Presidente falou indignado. Então, não tem nada a ver com a questão específica do Delúbio Soares ou não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Para encerrar. Então, é só uma, bem rápida. É o seguinte: aqui, no jornal de terça-feira, portanto, de hoje, diz: *“Lula acha que fala de Dirceu estica a crise”*. E, lendo ainda: *“há uma crítica velada de que essa crise poderia estar sendo resolvida se os Deputados já tivessem renunciado”* — portanto, não teria prolongado tanto; e que também essa afirmação dizendo *“que o Presidente teria responsabilidade política é considerada injusta pelo Planalto.”*



Na sua avaliação, o Planalto gostaria que esses Deputados renunciassem e não renunciaram por interferência sua, contrariando uma orientação do Palácio que gostaria de resolver o mais rapidamente possível, para encerrar as investigações?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Bem, aí é Chico Xavier de novo. O Presidente foi psicografado — eu sempre tenho dificuldade de falar essa palavra. Mas o Presidente foi psicografado. É evidente que nós só podemos tomar essa matéria, que merece respeito evidentemente do jornalista, como real se algum de nós ou a sociedade ouvir o Presidente falar isso ou se tiver uma gravação do Presidente falando isso. Eu não posso tomar matéria de jornal, que é um direito à avaliação, de ouvir dizer, de pegar uma informação aqui e outra e construir uma matéria, como verdade. Eu não renunciei e acho que os Deputados não renunciaram também porque querem defender seu mandato. Eu quero me declarar mais uma vez inocente. Agora, o Planalto é uma entidade evidentemente... Não vive no mundo dos mortais, é uma atividade espiritual. Isso aí é uma lucubração jornalística, não posso partir disso aí e fazer qualquer tipo de análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O último inscrito é o Deputado Babá e, posteriormente, o Relator.

Com a palavra o Deputado Babá por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Pois não, Sr. Presidente.

Primeiro, queria ressaltar aqui que seria ilógico vir aqui o Deputado José Dirceu assumir as suas culpas. Como ele fez desde o princípio, não sabia — como o Lula diz que não sabia —, que tudo é o Delúbio Soares que é culpado, que nunca Marcos Valério teve interferência. Diz ainda que o Presidente sempre esteve atento e o Governo vigiou e exerceu a vigilância. Vigilância essa nas estatais, segundo ele. Mas, pelo visto, tanto ele como a cúpula do PT — como o próprio Governo Lula e o próprio Lula, que nunca, nenhuma decisão do PT, historicamente, foi tomada sem a tomada de decisão junto com o Lula. Jamais. Nossa própria expulsão veio também de uma decisão do próprio Presidente da República.

Portanto, essa história de que nós não sabíamos de nada, que tudo é o Delúbio é óbvia. O Delúbio está assumindo a culpabilidade do José Dirceu e do Lula, porque o Lula sabia de tudo, sim. Essa história de que foram tomados de surpresa, não foram não, porque financiamento de campanha, caixa dois, isso é fruto,



justamente, não apenas das alianças espúrias que foram montadas, mas da forma de quererem eleger a qualquer custo. Parlamentares gastando fortunas imensas, fruto do caixa dois. Inclusive isso, esses financiamentos de campanha, redundaram na morte de Celso Daniel.

Obviamente, eu queria colocar essa situação, porque o Governo tentou, sim, inclusive, com a figura do Palocci, dizendo que iria liberar, na época, 400 milhões em emendas para tentar convencer Parlamentares a retirarem as suas assinaturas. E, aí, foi um comando direto do Palácio do Planalto, inclusive na figura do próprio Presidente interferindo aqui na Câmara dos Deputados para impedir a CPI. Na verdade, o mapa da corrupção que foi apresentado pelo Deputado José Dirceu no livro, eu acho que ele leu bastante e aprendeu bastante, porque copiou. Copiou do PSDB o ataque aos servidores públicos; copiou do Governo Fernando Henrique a entrega do País aos banqueiros, que é o maior dos mensalões; copiou do Fernando Henrique, sim, o processo de corrupção, e agora tentam tirar o corpo fora, como se todos os males que acontecem hoje dentro do PT fossem culpa do Delúbio Soares. E o Delúbio Soares assume tudo para si, tanto é que não foi expulso do PT.

Eu quero colocar isso aqui, Deputado José Dirceu, porque, obviamente, você pode tentar convencer aqui alguns Parlamentares, mas a Nação você não convence. De jeito nenhum. Aliás, essa Câmara está correndo o risco de, apenas 18 Parlamentares — porque são mais ... Na votação da reforma da Previdência, onde seu emissário, Waldomiro Diniz, navegava na Câmara dos Deputados cercado de Deputados por todos os lados, foi justamente neste período, do dia 4 de agosto de 2003 ao dia 14 de agosto de 2003, Valdemar da Costa Neto retirou do Banco Rural dois milhões, quinhentos e poucos mil reais. E, justamente, coincidentemente, a reforma da Previdência foi votada no dia 5 de agosto e a votação final dela foi no dia 13 de agosto. Aí, vamos vendo coincidências das votações que houve que, obviamente, foi sob a compra de Parlamentares. Porque se a CPI tivesse tomado a iniciativa, como nós tomamos, de quebrar o sigilo bancário de todos — quem não deve, não teme — de todos os Parlamentares, inclusive dos Parlamentares que mudaram de partidos, dos Parlamentares do PL, do PP, isso seria necessário para investigar, para ter uma verdadeira investigação.



Nós queremos colocar aqui que nessa discussão a Nação já vem tomando a sua posição. O próprio desgaste de Lula não está ausente desse processo, e todo mundo sabe. Aí, não corrompe ninguém, como se a corrupção fosse só o dinheiro vivo do Marcos Valério. Agora mesmo está aí: para tentar eleger o Aldo Rebelo, o Governo, novamente, diz que vai liberar quatrocentos ou quinhentos milhões. Não. Fique tranqüilo, Deputado. Estou tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, faça a pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Já concluirei. Já concluirei. Ainda mais um Deputado que nunca me ofendeu. Pelo contrário. Tenho o maior prazer de estar convivendo aqui com V.Exa.

Quero dizer, Deputado José Dirceu, que de democracia..., pode ser que no seu início, lá quando lutou na época da ditadura, mas, durante o mandato do PT, V.Exa. foi extremamente antidemocrático, quando interveio no Rio de Janeiro para impedir a candidatura do companheiro Vladimir Palmeira, para impor Garotinho; quando, no início da bancada do PT, que logo após Palocci ter ido apresentar o plano econômico neoliberal, foi lá, justamente na semana seguinte, o Deputado José Dirceu para dizer o seguinte — e aí ele diz que não sabe e que não interferia em nada —, foi lá para dizer à bancada do PT o quê? Que aqui nós fomos vitoriosos na política econômica, na política social, vai ser implementada essa política de negociação que foi feita, nós vamos implementar uma política para o Governo, que faz parte os acordos partidários e quem não quiser seguir essa política ou entregue seus cargos ou se submeta ao processo de expulsão. Foi assim com essas palavras.

Já concluirei, porque quero dizer nesta CPI, nesta Comissão de Ética que retrata a CPI, Deputado José Dirceu, que se esta Câmara for coerente, o que é difícil, porque tem muitos Parlamentares envolvidos, V.Exa. será cassado, poderá recorrer onde quiser recorrer, mas será cassado porque efetivamente jamais alguém de bom senso pode pensar que todas as decisões que foram tomadas durante o Governo Lula, tanto Lula como o Deputado José Dirceu não tomassem conhecimento. Foram executores inclusive disso aí. Delúbio foi apenas o aplicador do plano, ele com Silvinho Pereira e o Marcos Valério utilizando-se disso aí.



Portanto, a Nação está acompanhando todo este processo e agora mesmo novamente o Governo, para liberar os cofres, já gastou em um ano 67 milhões, de janeiro a setembro, 67 milhões de emendas. Agora só no mês de setembro liberou 72 milhões. Saiu na imprensa. Ou isso não é uma corrupção de Parlamentares para tentar eleger Aldo Rebelo Presidente da Câmara, para tentar acobertar todo esse processo em nome do Governo, como o Governo tentou acobertar essa CPI, como fez Fernando Henrique inclusive? Fernando Henrique impediu várias CPIs de serem instaladas, mas os senhores tentaram impedir a CPI dos Bingos, tentaram impedir a CPI dos Correios, porque se efetivamente os senhores tivessem tido êxito, nem essa CPI nem esta Comissão de Ética estariam atuando hoje.

Portanto, falo aqui tranqüilamente para dizer que a culpa desse processo não é apenas do Delúbio, mas é do Presidente Lula, é de V.Exa., é da cúpula do PT, que dirigiram este Governo a serviço do grande capital, que dirigiram este Governo a serviço dos grandes bancos e das grandes indústrias e para isso tiveram que comprar Parlamentares aqui para infelizmente votarem contra os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Sr. Presidente, o Deputado Babá, na verdade, fez um discurso político. Eu teria que usar o mesmo tempo para respondê-lo, mas eu não vou fazê-lo. Mas quero deixar registrado algumas questões, porque não posso deixar passar em branco. Em primeiro lugar que o meu sigilo bancário telefônico e fiscal foi quebrado, Deputado Babá. Não há nada que deponha contra mim. Em segundo lugar, foi o encontro nacional do PT que decidiu a intervenção no Rio de Janeiro, os delegados do encontro nacional que foram eleitos. Não fui eu que decidi. Eu defendi. Estava convencido de que era o melhor para o PT naquele momento e para a disputa eleitoral de 98, mas não se pode passar para a opinião pública essa idéia que se quer passar que eu decidia no PT as questões. Da mesma maneira que o Deputado Babá fala em nome dos servidores públicos, mas nunca um Governo deu ao servidor público o tratamento que esse Governo está dando nos últimos 20 anos, em todos os sentidos. O senhor é Deputado, eu ouvi e me calei, porque se fosse para fazer o que o senhor está fazendo, eu cortaria cada palavra que o senhor disse, porque todas elas me deixam indignado. E se o senhor quiser debater essa questão do servidor, nós vamos ter um longo período para debater



essa questão do servidor público, porque podemos debater aqui nesta Casa, na Comissão de Serviços Públicos, eu como Deputado e o senhor como Deputado, e na sociedade nas eleições de 2006. O Presidente Lula vai ter apoio da maioria dos servidores públicos do País, porque em todos sentidos foi o Governo que fez mais. Em matéria de política econômica, o País vai criar 5,5 milhões de empregos. Em política — isso porque o Deputado Babá fala sem nenhuma responsabilidade, porque não está governando, não está dirigindo — em comparação aos anos anteriores, estão sendo criados 10 vezes mais empregos por mês. A renda está melhorando. A cesta básica hoje é a cesta básica mais baixa dos últimos anos. E o País vai criar 11 milhões de empregos em quatro anos — formais e informais — no ritmo que está. Vai crescer mais... quase 4% em média nos últimos 4 anos. Fazia 20 anos que o País não crescia assim. Agora, o Presidente Lula não pode fazer milagre. O Presidente Lula não pode receber o País numa situação e durante 4 anos, num passe de mágica, mudar o País. O Governo, por necessidade da dívida interna, da situação que encontrou o País, pratica uma política de administração da dívida interna e uma política monetária e fiscal, que direta e indiretamente beneficia o sistema financeiro. Mas o Governo fortaleceu o sistema público bancário, Deputado Babá. O BNDES, que investe em infra-estrutura e desenvolvimento do País, a Caixa Econômica, que faz saneamento e habitação. Fortaleceu o Banco do Brasil da agricultura familiar, da agroindústria do país. Dentro das possibilidades, o Governo avançou na reforma agrária, na agricultura familiar, avançou nos programas sociais. Evidentemente que o Deputado Babá vai poder apresentar ao País agora, pelo partido dele, um programa de Governo, e o País vai julgar, dia 1º de outubro, tanto para eleger Deputados e Senadores, como o Presidente da República. Não é verdade que o Presidente Lula sabia, participou ou coordenou. Nem é verdade, porque o Deputado Babá jamais conviveu com o Presidente Lula, jamais conviveu com a direção do PT, jamais conviveu com o núcleo de legenda do PT, que o Presidente Lula decidiu a expulsão de alguém. No caso, que foi público, que houve uma participação maior dele, em 1985, da expulsão dos 3 Deputados, ele foi contra, porque ele entendia que o PT estava prejulgando, porque os Deputados não tinham ido ao Colégio Eleitoral, não tinham votado ainda em Tancredo Neves. Tinham apenas manifestado o voto a favor de ir ao Colégio Eleitoral e votar em



Tancredo Neves. Ele se manifestou contrário porque tem um sentido democrático. Então, não é verdade. Evidentemente que o Deputado tem o direito de expressar a opinião dele. E depois eu vou verificar esse dado — como eu fui Ministro durante 30 meses — que só se liberou 76 milhões de emendas até setembro. É praticamente impossível que esse dado seja verdadeiro. Impossível! Mas eu vou verificar e vou dar uma resposta depois ao Deputado Babá e a todos. O Deputado Aldo Rebelo é candidato a Presidente da Câmara — o senhor me obriga a entrar nisso, porque eu sou Deputado — por um conjunto de partidos. Ele tem — como os outros candidatos — legitimidade para ser candidato e para ser eleito ou não Presidente da Câmara, independentemente da posição do Governo ou do Presidente da República. Não é verdade que ele foi escolhido pelo Presidente da República. Ele foi escolhido pelo PSB e PCdoB, a partir de uma discussão que o PMDB não chegou a uma posição de apoiar um candidato do PT, que era o Arlindo Chinaglia, a partir de uma avaliação do Líder do PT e do Líder do Governo, que era o candidato, que ele devia retirar e apoiar Aldo Rebelo. O Presidente pode ter essa posição também. Mas dizer — como V.Exa. disse — que todos são imbecis, todos são... Quer dizer todos os Deputados que participaram disso, os 150, 180 Deputados que estão apoiando Aldo Rebelo, as lideranças partidárias, eles não têm opinião. O Presidente Lula tomou uma decisão e impôs o Aldo Rebelo à Casa. Isso não é crível. Nem é assim no PFL, nem no PSDB. Não é fácil escolher hoje um candidato para ser Presidente. Em qualquer partido houve discussão, debate. Está havendo divisão, vaivém, porque a Casa está vivendo um momento de crise, está vivendo um momento de impasse. Então, não vou passar recibo, não vou levar isso para casa, que o Presidente Lula impôs o ex-Ministro Deputado Aldo Rebelo para ser candidato dos partidos. Não impôs. O PCdoB e o PSB apresentaram o nome dele. Os outros partidos avaliaram. Aqueles que no PMDB apoiam o Governo, os Ministros. Por que os Ministros não podem participar? Sempre participaram no Brasil. Os Ministros dos partidos que fazem coalizão — ou não é verdade isso? — sempre participaram. O Presidente da República sempre participou. Ou, por acaso, os Presidentes eleitos nos 20 anos anteriores para presidir esta Casa, os Presidentes da República e os partidos que estavam no Governo não trabalharam para eles serem eleitos? Isso faz parte do sistema político democrático brasileiro. Mesmo se fosse parlamentarismo seria



assim também. Parece que não têm legitimidade o Presidente da República e os Ministros, que são filiados. No Brasil, para ser candidato, precisa ser filiado a partido político. Temos de dar legitimidade aos partidos. O Presidente da República tem o direito de ter opinião sobre quem vai ser o Presidente da Casa. E não acredito que os Deputados daqui vão eleger esse ou aquele no caso de mais ou menos emendas parlamentares, até porque, se dependesse de mim, as emendas parlamentares seriam liberadas automaticamente, obrigatoriamente. O que temos de fiscalizar é a obra, é a licitação, é a prioridade da emenda parlamentar, e não o direito de os Parlamentares apresentarem emenda ou não, porque o cidadão pode apresentar, os Prefeitos, os Governadores, as entidades empresariais, os sindicatos podem, os movimentos sociais podem apresentar emendas no Brasil. Então, quero dizer ao Deputado Babá que respeito a opinião dele, mas não posso concordar com a exposição que o Deputado fez.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Sr. Presidente, queria a réplica, tenho direito. Pelo Regimento Interno, tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Não, não diria... Mas, por favor. Mas não exagere, por favor.

O SR. DEPUTADO BABÁ - Não vou exagerar, mas acompanhei a greve dos bancários no ano passado, Deputado José Dirceu, quando vocês pediram interdito proibitório para proibir piquete de greve de um presidente que foi piqueteiro de greve. E fizeram duas vezes inclusive para colocar os trabalhadores a 50 metros da porta de banco. Dias atrás, na greve dos Correios, colocaram, num piquete de greve, lá no Rio de Janeiro, o "caveirão", que é aquele tanque de guerra colocado nos morros para matar, reprimir, supostamente para enfrentar os traficantes, mas que, na verdade, atinge as crianças e atinge os trabalhadores dos morros. Foi colocado para piquete de greve para 0,01% dos servidores públicos? Isso é um ataque brutal. É a política que está colocada aqui, eu afirmo. Porque vocês fazem uma avaliação... Parece que estão fora da realidade. Sai à realidade para ver a quantidade de desempregados, milhões de pessoas. Vão ao campo, lá no Pará, onde as pessoas não foram assentadas, não têm água, não têm luz, e esse dinheiro foi destinado, sim, para pagamento, meta de superávit primário altíssima, como



neste ano, neste mês, que foi de 10 bilhões, 6,25%. Isso é um processo de ataque brutal aos trabalhadores.

Agora, evidentemente, encerro aqui, Presidente, para reafirmar meu pensamento. O Presidente Lula, José Dirceu e a cúpula do PT tinham conhecimento de tudo e, obviamente, escolheram Delúbio Soares como depositário de toda a corrupção da qual eles querem se ver livres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, queria fazer uma reclamação, num segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Só queria dizer a V.Exa. que, na forma do inciso V — é a segunda vez que V.Exa. faz isso comigo — do art. 12 do nosso Código de Ética, diz o seguinte: “Será concedido a cada membro o prazo de 10 minutos improrrogáveis para formular perguntas e o tempo máximo de 3 minutos para réplica”. Na vez anterior, V.Exa. me disse que eram 5 minutos. E V.Exa. me disse novamente que eram de 5 minutos o meu direito. Então, quero deixar provado — e V.Exa. conhece — que o meu direito era de 10 minutos. Só isso. Essa é a minha reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria de responder a V.Exa, que está assumindo agora o Conselho de Ética, que nós, na primeira reunião do Conselho, há 40 reuniões, decidimos, para agilizar os trabalhos — foi um acordo feito dentro deste Conselho de Ética, e coloquei em votação —, que em vez de 10 minutos seriam 5 minutos, com uma réplica de 3 minutos. Então, estou respondendo a V.Exa. o que foi decidido aqui no Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Mas, Sr. Presidente, V.Exa. sabe, tenho acompanhado. É por mais de 10 minutos, 15, 20, que V.Exa. permite...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Relator, para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O depoente, como todos nós... Na realidade, estamos aqui há mais de 5 horas e temos de terminar a instrução em



função de questionamentos. Respeito e quero dizer que algumas teses, por exemplo, do embate político que foi travado aqui, a responsabilidade do Conselho, a responsabilidade de instruir um processo importante como este. Em função dos questionamentos que foram levantados aqui, gostaria de concluir, Deputado José Dirceu. E aí lhe faço mais cinco ou seis indagações para que possamos concluir dentro do horário para apresentar nossos requerimentos. E se V.Exa. já tiver respondido, pode dizer: “já respondi”, para podermos adiantar, “sim” ou “não”, monoliticamente, para que possamos transcorrer o nosso depoimento.

V.Exa. foi membro do Conselho de Administração da PETROBRAS, disse aqui em resposta à pergunta do Deputado Jairo Carneiro. Qual o período que se deu esse exercício?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Fui membro... Quer dizer, eu não tenho, posso depois mandar... Janeiro e fevereiro de 2003.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Recebeu alguma remuneração nesse período?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Recebi o pagamento que se faz por... a cada reunião do Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Janeiro e fevereiro. Qual foi o período que V.Exa. disse?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - De 2003.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Geralmente uma função de conselheiro de administração de um órgão público de limpeza pública, em regra os membros desses órgãos de administração são eleitos pela assembleia geral para períodos mais longos. V.Exa. saiu e ficou no curto período por quê motivo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Porque as minhas atribuições na Casa Civil tornaram-se incompatíveis com o exercício de forma correta, no Conselho de Administração, o papel que eu tinha que exercer.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. procedeu alguma consulta à Mesa da Câmara a respeito da questão?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não tenho certeza, preciso verificar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. pode dar essa resposta depois para o Conselho?



O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Posso, posso.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Qual que era a frequência de visitas a V.Exa. ou a outros membros do Sr. Marcos Valério na Casa Civil?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - A mim, a mim foram as que eu declarei aqui, só.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas quantas que o senhor declarou?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Se eu não me engano, foram três que eu declarei.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - No registro oficial, no registro oficial de visitas do Sr. Marcos Valério à Casa Civil constam doze visitas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, não. Ao Chefe da Casa Civil, ao meu gabinete, três, que eu citei aqui; reuniões comigo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A Sra. Renilda Soares de Souza, mulher do Sr. Marcos Valério, afirmou perante a CPI dos Correios que V.Exa. sabia dos empréstimos feitos ao PT, e chegou a se reunir com a direção dos bancos para acertar isso. V.Exa. confirma essa informação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. Os bancos negam, eu nego e o Sr. Delúbio Soares nega que eu tivesse conhecimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - V.Exa. já disse aqui que participou de um jantar em Belo Horizonte, que ocorreu no dia 6 de agosto, conforme disse a Deputada Ann Pontes..., quem marcou esse encontro, teria sido agendado pela secretária do banco; quem estava presente, V.Exa. já disse. Durante o jantar, foi discutida a dívida do PT com o banco?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, em 6.7.2005, no dia 20 de fevereiro de 2003, três dias após o BMG ter feito um empréstimo de 2,4 milhões para o PT, V.Exa. encontrou-se com o então Presidente do banco, Sr. Flávio Guimarães. O senhor confirma esse encontro?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Preciso observar na agenda, mas eu tive um encontro com ele, pode ter sido esse. Preciso ver na agenda.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Em algum momento, neste encontro, mesmo sendo, por coincidência, próximo — a data V.Exa. está checando —, a esse encontro, tratou da dívida do PT com o banco BMG?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A Sra. Kátia Rabello, em depoimento prestado ao Conselho de Ética, confirmou que o empréstimo concedido pelo Banco Rural à Sra. Ângela Saragoça, sua ex-esposa, não era uma transação corriqueira do banco, não fazendo parte do foco de negócios do banco. O empréstimo teria sido feito a pedido do Sr. José Augusto Drummond, que tinha, segundo ela, relações muito próximas ao Sr. Marcos Valério. V.Exa. teve algum papel nesse empréstimo concedido de forma não corriqueira pelo Banco Rural à Sra. Ângela Saragoça?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Conforme notícia veiculada na imprensa, o Sr. Marcos Valério teria também intermediado, junto ao Sr. Flávio Guimarães, principal acionista do BMG, um emprego para sua ex-mulher — a mesma: Ângela Saragoça. V.Exa. já respondeu — na única agência do banco, em São Paulo. Marcos Valério teria agido, mais uma vez, como intermediário desse pedido do emprego ao Sr. Flávio Guimarães?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, desconheço. Não participei, não tive nenhuma participação nessa questão.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O acordo que culminou com o repasse ou não da totalidade dos 20 milhões do PT para o PTB foi de conhecimento de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não. E o PT não reconhece que houve esse acordo, nem o Delúbio Soares, nem o José Genoíno, pelos depoimentos que eu li deles nas CPIs.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O PT não reconhece?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não, pelos depoimentos que eu li. Só conferindo os depoimentos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quais os acordos, sejam políticos, financeiros ou eleitorais, que o PT celebrou com os partidos integrantes da base de



sustentação, ou dos partidos aliados no primeiro turno que V.Exa. tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - No primeiro turno das eleições presidenciais?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Com o PL. Acordo político-eleitoral, que eu já relatei aqui nos termos que foi feito.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Só com o PL?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Só com o PL.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Com o PTB, mesmo esse depois de 2004 não é do conhecimento de V.Exa?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Por último, minha última pergunta, Sr. Presidente: o Partido dos Trabalhadores, durante toda sua história, tem pretendido apresentar-se ao País — e esta foi uma bandeira que nós mesmos, em algum momento, acreditamos — a única alternativa ética para a política. Neste momento, diante de todas as denúncias envolvendo a cúpula dirigente do Partido, a reação não é de indignação — de certa parte é, mas não somente. Procura lembrar casos havidos em governos anteriores, o que provaria que todos fazem o que o PT fez, ou que o PSDB, como V.Exa. disse aqui, teria feito empréstimo, ou que outros partidos tenham tido essa postura. Ao ser diferente, ao ter uma bandeira diferenciada de ética — e o PT tem feito o que os outros partidos fizeram, a exemplo do caixa dois —, isso não parece uma contradição?

O SR. DEPUTADO JOSÉ DIRCEU - Eu já falei sobre isso tanto na minha intervenção, no Conselho de Ética, no dia 2 de agosto, como hoje, aqui, e já falei na entrevista na *Folha de S.Paulo*: o PT errou, reconhece seu erro, já pediu desculpas ao País; está tomando as medidas internas cabíveis; vai tomar as medidas... vai propor, vai ajudar, vai trabalhar para que a legislação do País mude, e não se justifica, porque os outros fizeram, que o PT tenha feito. Agora, o que não se pode, Relator, nobre Deputado Júlio Delgado... Quem pode ficar indignado, quem pode cobrar do PT são os eleitores do PT, são milhões e milhões de brasileiros. Quem não pode é quem praticou isso no passado. Até pode, mas não tem autoridade



moral. É nesse sentido que eu falo. Eu reconheço a tragédia do que aconteceu, reconheço também que o PT precisa mudar — e está mudando, já está tomando uma série de providências nesse sentido. Agora, isso não justifica a campanha que começa a ser feita contra o PT e os termos desta campanha, como se o PT fosse um partido corrupto, como já repeti aqui à exaustão, de quadrilheiros, termos que setores da Oposição usam para tratar do PT, para tratar dos Parlamentares do PT, para tratar do Partido como um todo. Porque se isso fosse verdade, valeria para outros partidos também do Brasil. Um partido político se constrói com erros e acertos, com recuos e avanços. O importante é saber se esse partido está fazendo uma avaliação, está tomando as medidas adequadas, está assumindo os seus erros, e se está ajudando que o País aprove uma reforma política que evite que isso se repita.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, antes de fazer meus agradecimentos, quero dizer que eu encaminhei à Mesa dois requerimentos, e queria submetê-los aos membros do Conselho. Um, eu posso pedir, como Relator, a juntada dos autos do Processo nº 4/05... A cópia do depoimento do Deputado José Dirceu como testemunha no Processo 105 que figurava como representado o ex-Deputado Roberto Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já está deferido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E, ao fazê-lo, apresentando esses requerimentos, quero agradecer aos nobres Parlamentares que ficaram até o momento: ao Presidente; ao Deputado José Dirceu, que veio contribuir com a instrução desse processo, porque não tem juízo prejudgado; ao Dr. José Luís; a todos os profissionais da imprensa e assessores que cobriram esta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, eu gostaria de lembrá-los que vamos ter na quinta-feira, às 10h da manhã, a oitiva do Deputado Sandro Mabel. Todos estão convocados para quinta-feira, às 10h da manhã, no Plenário 11.

São dois os requerimentos do Deputado Júlio Delgado. Um *que “Solicita ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convidar o ex-Tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para prestar esclarecimentos.”*



Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

E o outro que *“Solicita ao Conselho de Ética a requisição de prestações de contas do Partido dos Trabalhadores para instrução do processo.”*

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está encerrada a reunião.